

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Ruth Armando Chau

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

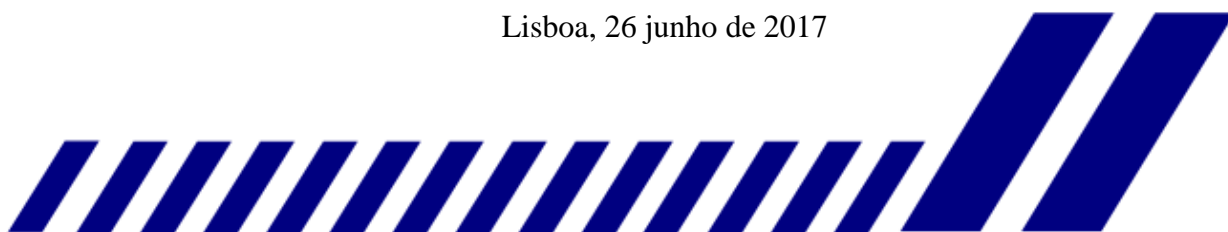
XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Direito à Liberdade e à Segurança no Estado de Direito Democrático: *Os Limites da Atuação Policial – Uma perspetiva jurídico-constitucional da Polícia da República de Moçambique*

Orientador:

Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Lisboa, 26 junho de 2017



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Ruth Armando Chau

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

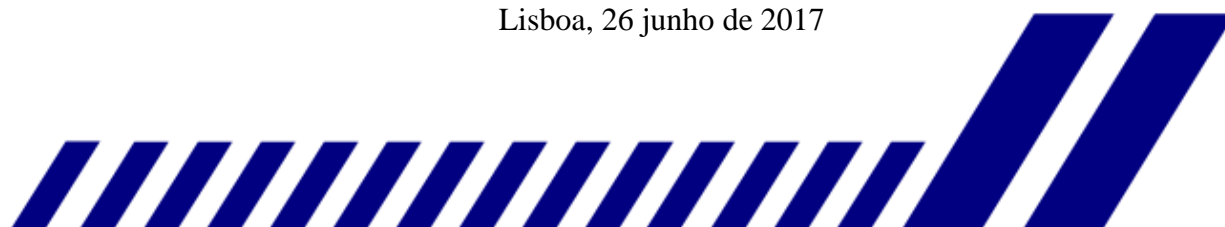
Direito à Liberdade e à Segurança no Estado de Direito

Democrático: *Os Limites da Atuação Policial – Uma perspetiva
jurídico-constitucional da Polícia da República de Moçambique*

Orientador:

Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Lisboa, 26 junho de 2017





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXIX CFOP

Orientador: Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Título: Direito à Liberdade e à Segurança no Estado de Direito Democrático: *Os limites da Atuação Policial – Uma perspetiva jurídico-constitucional da Polícia da República de Moçambique.*

Autor: Ruth Armando Chau

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 26 junho de 2017

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente.

EPÍGRAFE

“A normatividade da segurança deve subordinar-se à prossecução da liberdade e dos demais direitos fundamentais pessoais, sociais, económicos, culturais e políticos para que possamos falar em democracia e em cidadania democrática no século XXI”.

Manuel Valente (2015, p. 155)

A Deus,

Em memória da minha mãe Helena

Ao meu pai, irmãos e queridos filhos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial na minha vida, cumpre-me agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente para concretização do meu sonho.

Agradeço a Deus todo-poderoso por ter iluminado os meus caminhos, pela força e sabedoria.

Ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente, pela disponibilidade, pelo apoio e pelo interesse demonstrado durante a orientação da minha dissertação de Mestrado. Muito obrigada.

Ao meu pai Armando Chau e minha mãe, Helena Nhamua, que infelizmente já não se encontra entre nós. Paz à sua alma. Obrigado por fazer-me acreditar na educação, no amor e carinho que sempre demostraram por mim. Muito obrigada.

Aos meus filhos, Shelton e Luísdy, perdoem-me a minha ausência. Vocês são a minha fonte de inspiração.

Ao meu namorado Taylor, pelo amor, apoio, carinho, paciência e amizade transmitido. Muito obrigada por tudo.

Aos meus irmãos David e Luís, agradecer-vos a força, a confiança e o incentivo que sempre me deram, fizeram de mim, hoje, uma vitoriosa.

À minha cunhada Carla, por ter cuidado dos meus filhos durante a minha ausência.

Aos meus sobrinhos, pela força e encorajamento.

Agradeço ao ISCPSI, pela formação e acolhimento. Aos docentes e aos funcionários do ISCPSI, pela formação e partilha de conhecimentos durante estes 5 anos.

Aos meus camaradas do XXIX CFOP, pela camaradagem, amizade, força e por tudo que juntos superamos. Sinto-me orgulhosa e muito agradecida. Ao Aspirante António Pinheiro, pela disponibilidade, apoio. Muito obrigada.

À Polícia da República de Moçambique, pela oportunidade da bolsa de estudos que me foi concedida.

À Agente Principal Maria Teresa Antunes, pela disponibilidade e pela amizade, muito obrigada.

A todos o meu humilde e sincero agradecimento.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Al.	Alínea
AJ	Autoridade Judiciária
Apud	Citado por
Art.º	Artigo
APC	Autoridade de Polícia Criminal
CADHP	Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos
CADH	Convenção Americana sobre os Direitos Humanos
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos Humanos
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CPM	Código Penal Moçambicano
CPP	Código Penal Português
Cfr.	Conforme
CPPM	Código de Processo Penal de Moçambique
CPPP	Código de Processo Penal Português
CRM	Constituição da República de Moçambique
CRP	Constituição da República Portuguesa
Dec. Lei	Decreto-lei
DDV	Declaração de Direitos de Virgínia
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
JIC	Juiz de Instrução Criminal
LBOFAPM	Lei de Base da Organização e Funcionamento da Administração Pública
LOPRM	Lei Orgânica da PRM
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LSI	Lei de Segurança Interna

LRFVAPM	Lei que Regula a Formação da Vontade da Administração Pública de Moçambique
MCLA	Magna Carta Libertatum (Grande Carta das Liberdades)
MP	Ministério Público
N.º	Número
<i>Op.cit</i>	Obra citada
OPC	Órgão de Polícia Criminal
ONU	Organização das Nações Unidas
P.	Página
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
PDS	Política de Defesa e Segurança
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PRM	Polícia da República de Moçambique
PSP	Polícia de Segurança Pública
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UA	União Africana
Vol.	Volume

RESUMO

O Estado de direito democrático implica o reconhecimento dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados e, conseqüentemente, a subordinação do Estado e de todos os organismos que o compõem, à Constituição e à legalidade democrática. Os direitos fundamentais constituem o fundamento de qualquer Estado de direito democrático e Moçambique não deve ser exceção. Moçambique é uma República e um Estado de direito organizado democraticamente e respeitador dos direitos, liberdades e garantias fundamentais de todos os cidadãos.

Face à constante evolução da globalização e aos novos desafios, a segurança dos cidadãos e do próprio Estado, torna-se fundamental ter uma Polícia à altura desses novos desafios sem nunca pôr em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente, os direitos à vida, à integridade pessoal, à liberdade e à segurança.

Pretendemos, assim e neste trabalho, analisar os limites da atuação da Polícia da República de Moçambique face ao direito à liberdade e à segurança, por ser a organização do Estado com a missão de garantir as condições necessárias para o gozo desses direitos por parte dos cidadãos, sabendo que muitas vezes a atuação policial colide com esses mesmos direitos. Com o objetivo de encontrar o equilíbrio entre estes dois direitos, analisaremos os princípios que devem reger a atuação policial num Estado de direito democrático como o moçambicano.

Palavras-Chave: Direito; Liberdade; Segurança, Polícia e Estado de Direito Democrático.

ABSTRACT

The Democratic rule of law implies the recognition of the constitutionally consecrated fundamental rights, and consequently, the subordination of the state and all the organisms that compose it, to the constitution and the democratic legality. The fundamental rights are the fundament of any state of democratic rule and Mozambique should not be an exception. Mozambique is a republic and a state of law organized democratically and respectful of the rights, freedoms and fundamental guarantees of all citizens.

Taking into account globalization's constant evolution and the new challenges, the security of the citizens and the state itself, it becomes fundamental to have a police force that can face these new challenges without disrespecting the citizens' fundamental rights, namely, the rights to life, personal integrity, freedom and security.

The being said, in this work we intended to analyse the limits of the actions of the Police of the Republic of Mozambique given the right to liberty and security, for being an organization of the state with a mission to assure the necessary conditions that allow the citizens to exercise those rights, knowing that the police force's action collides with these same rights many times. We will analyse the principles that should rule the police force's action in a state of democratic rule of law like Mozambique, with the objective of finding the balance between these two rights.

Keywords: Law; Freedom; Security, Police Force and Democratic rule of law

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
SIGLAS E ABREVIATURAS	II
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE.....	VI
INTRODUÇÃO	1
a) Contexto de Investigação	3
b) Problemática de Investigação	4
c) Objetivos de Estudos	5
d) Metodologia	5
CAPÍTULO I: ESTADO E AS FORMAS DO ESTADO: BREVE REFLEXÃO....	7
1. Noções fundamentais	7
I.1.1. Breves Conceções de Estado	7
I.2. Tipologias do Estado	9
I.2.1. O Estado Absoluto.....	9
I.2.2. Estado Liberal.....	10
I.2.3. Estado Constitucional do Século XX	12
I.2.4. Estado de Direito Democrático	13
I.2.5. Aceção de Estado na Pós-modernidade.....	18
CAPÍTULO II: DIREITO À LIBERDADE E À SEGURANÇA	20
II.1. Direito à Liberdade	20
II.1.1. Da liberdade como Princípio.....	21
II.2. Direito à Segurança	22
II.2.1. Da segurança como função fundamental do Estado	23
	VI

II.2.2. Das funções de polícia como garantia dos direitos dos cidadãos à liberdade e à segurança.....	26
CAPÍTULO III: DA POLÍCIA DE MOÇAMBIQUE.....	28
III.1. Origem da expressão Polícia	28
III.1.1. Breve Evolução das Instituições Policiais	28
III.1.2. Direito de (a) Polícia.....	29
III.1.3. A Polícia no Estado de Direito Democrático.....	30
III.2. Caracterização da Polícia da República de Moçambique.....	31
III.2.1. Estrutura e Missões da Polícia da República de Moçambique	32
III.2.2. A Polícia da República de Moçambique como Órgão de Polícia Criminal	34
III.3. Os Princípios Regentes da Atuação Policial em Moçambique.....	35
III.3.1. Princípios da Legalidade e da Constitucionalidade	36
III.3.2. Princípio da Proibição do Excesso ou da Proporcionalidade <i>Lato Sensu</i>	38
III.3.3. Princípios da Igualdade e da Justiça	39
III.3.4. Princípios da imparcialidade e da isenção	40
III.3.5. Princípio da Prossecução do Interesse Público.....	40
III.3.6. Princípio da Boa-fé	41
III.3.7. Princípio da Oportunidade da Atuação Policial.....	42
III.3.8. Princípio Democrático na Atuação Policial.....	42
III.3.9. Princípio do Respeito dos Direitos e Interesses Legalmente Protegidos dos Cidadãos.....	43
CAPÍTULO IV: OS LIMITES ÀS RETRIÇÕES DOS DIREITOS À LIBERDADE E À SEGURANÇA NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	44
IV.1. Medidas de Privação ou Limitação da Liberdade à Luz dos Regimes Jurídicos Moçambicano e Português.....	44

IV.1.1. Da Detenção	44
IV.1.2. Noção de Flagrante Delito no Ordenamento Jurídico Moçambicano .	44
IV.1.3. Finalidades da Detenção a Luz do Ordenamento Jurídico Moçambicano	45
IV.1.4. Da “Prisão” em Flagrante Delito no Regime Jurídico Moçambicano.	46
IV.1.5. Da “Prisão Preventiva” Fora de Flagrante Delito no Regime Jurídico Moçambicano	47
IV.2. Noção de Flagrante Delito no Ordenamento Jurídico Português	48
IV.2.1. Finalidades da Detenção à Luz do Ordenamento Jurídico Português .	49
IV.2.2. Da detenção em Flagrante Delito no Regime Jurídico Português	51
IV.2.3. Da Detenção Fora de Flagrante Delito no Regime Jurídico Português	51
IV.3. Prisão Preventiva	53
IV.4. Presunção de Inocência	53
IV.5. Libertação por Detenção Ilegal	54
IV.6. Habeas Corpus em Virtude de Detenção Ilegal.....	54
IV.7. Breve Análise da Jurisprudência Moçambicana.....	55
IV.7.1. Acórdão do Conselho Constitucional de Moçambique	56
IV.8. Medidas Cautelares e de Polícia.....	58
V. CONCLUSÃO	59
V.1.1. Limitações da Investigação e Orientações Futuras	62
BIBLIOGRAFIA	63
Legislação	66
Jurisprudência	67
Anexos	68
Anexo I - Relatório da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos sobre os Procedimentos de Detenção e Tratamento dos Detidos (2014).....	68

Anexo II – Relatório das Nações Unidas Sobre os Direitos Humanos em Moçambique de 30.01.2014	69
--	----

Anexo III – Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia da República de Moçambique.	70
---	----

Índice de anexos:

Anexos-----	66
Anexo I - Relatório da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos sobre os Procedimentos de Detenção e Tratamento dos Detidos (2014)-----	66
Anexo II - Relatório das Nações Unidas Sobre os Direitos Humanos em Moçambique de 30.01.2014-----	67
Anexo III - Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia da República de Moçambique-----	68

INTRODUÇÃO

O Estado, em democracia, deve garantir a todos os cidadãos uma vida harmoniosa num clima de paz e tranquilidade pública. O regime democrático impõe certas obrigações ao Estado e a toda a Administração Pública, em especial a Polícia. Ao Estado cabe a defesa e garantia dos direitos fundamentais individuais nos quais destacamos o direito à liberdade e à segurança consagrados no artigo 59.º da Constituição da República de Moçambique (CRM). O discurso referente a estes dois direitos não é novo e já se arrasta a longos anos e continua(rá) a dominar a agenda dos Estados modernos, sendo que cada vez mais se assiste a novos fenómenos criminais: ameaças transnacionais [tráfico de armas, tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos humanos, tráfico de droga, corrupção, (etc.)] o terrorismo, entre outros. Estes constituem um grande desafio para os Estados de direito democrático no que diz respeito aos direitos, à liberdade e à segurança. Na verdade, como escreve Eduardo Correia o “binómio liberdade e segurança assume-se desde sempre como um verdadeiro paradigma, na dialética exaustiva do poder político sobretudo quando o Estado deseja manter o Estado de libertador e protetor”¹. Ainda segundo o mesmo Autor a liberdade requer a compreensão de opções que procedam a escolha e a cedência, de acordo com a noção individual de responsabilidade. Já a segurança, como bem comum, é mantida por via de convenções sociais aceites pela sociedade².

Ao longo da história da humanidade assistiu-se a vários acontecimentos em que os direitos, liberdades e garantias foram simplesmente aniquilados pela ação do próprio Homem. As duas Grandes Guerras Mundiais, algumas formas de governo como o autoritarismo e totalitarismo, o fascismo e nazismo são alguns dos episódios onde verificou-se o maior desrespeito pelos direitos fundamentais que na altura não eram reconhecidos pelos Estados. Em resposta a esta situação, os cidadãos começaram a demonstrar o seu descontentamento através de vigílias e manifestações de modo a terem os seus direitos reconhecidos pelo Estado.

Atendendo a todas as atrocidades praticadas contra a humanidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos

¹ Correia, E. P. (2015). *Liberdade e Segurança*, Lisboa: ISCPSI, p. 8.

² *Idem*, p. 8.

(DUDH)³, que reconhecia a dignidade a todos os seres humanos, assim como os direitos inalienáveis à condição humana como o verdadeiro fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. De forma a se “evitar uma convivência anárquica, os Estados de direito democrático empenham-se em criar leis de proteção do homem contra a prepotência, arbítrio e a injustiça protagonizada por outrem ou pelo próprio Estado”⁴. O artigo 43.º da Constituição da República de Moçambique (CRM) consagra que os preceitos relativos aos direitos fundamentais são interpretados e integrados em harmonia com a DUDH e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP)⁵.

Manuel Valente defende que “o equilíbrio, que se impõe na construção de uma sociedade em *liberdade* – princípio [valor] e direito – e em *segurança* – direito impõe que se solidifique em plena concordância prática aferida da conflitualidade constante entre os princípios, axiomas, regras e normas assumidos e aprovados em um Estado de direito democrático como o português [*moçambicano*]”⁶. Nesta esteira, podemos afirmar que o Estado moçambicano deve procurar estabelecer um equilíbrio desejável entre o direito à liberdade, tarefa de dimensão complexa e que muitas das vezes não se consegue manter, acabando por se privilegiar um destes direitos em detrimento do outro.

Podemos enunciar que a “liberdade de cada um é relativizada pela liberdade de todos, é condicionada pela organização política da sociedade a que se pertence, pelas normas de conduta estabelecidas e em vigor e pelas pressões sociais decorrentes das tradições, e dos costumes e dos padrões culturais predominantes nas comunidades onde se vive”⁷.

Na verdade, o direito à liberdade pode ser alvo de algumas restrições ou limitações quando estiver em causa outros direitos constitucionalmente consagrados, contudo esta restrição ou limitação deve obedecer aos pressupostos consagrados na Constituição⁸ e na lei. A maioria destas restrições ou limitações é levada a cabo pela Polícia da República de

³ Cfr. o art.º 3.º da DUDH.

⁴ Matsimbe, M. A. (2012). *Detenção em flagrante delito – Comparação dos regimes jurídicos vigentes em Moçambique e Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI, p. 10.

⁵ Do mesmo modo se pode aferir na ordem jurídica portuguesa, quanto à DUDH e CEDH, conforme artigo 16.º da CRP.

⁶ Valente, M. M. G. (2015). *Liberdade e Segurança – Olhar Integrador*, In: Correia, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, p. 154.

⁷ Dias, M. D. A. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*, Coimbra, Almedina, p. 7.

⁸ Cfr. art.º 60.º, 64.º e art.º 72 todos da CRM.

Moçambique (PRM)⁹, através das Autoridades de Polícia Criminal (APC) e Órgãos de Polícia Criminal (OPC), pois é atribuição da Polícia da República de Moçambique (PRM) garantir a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e a segurança das pessoas¹⁰.

Pedro Clemente considera que a *segurança* “não significa necessariamente menos liberdade, antes pelo contrário, salvo para o delinquente – não há uma relação aritmética entre (mais ou menos) liberdade e (menos ou mais) segurança, mas sim quântica; *mais segurança promove mais liberdade*”¹¹.

A PRM, no âmbito da prossecução das suas atribuições de defesa e garantia do direito à liberdade e à segurança, tem a obrigação de respeitar os princípios dos Estados de direito democrático e os princípios da atuação policial. Ou seja, a PRM tem a missão de garantir a “primeira de todas as liberdades, a segurança garante o exercício tranquilo de direitos pessoais, liberto de ameaças”¹².

a) Contexto de Investigação

A Constituição da República de Moçambique (CRM), no artigo 254.º, debruça-se sobre a polícia entendendo que toda a polícia nacional, com as valências de polícia de segurança, administrativa e judiciária. Sendo uma organização com enormes responsabilidades na garantia dos direitos fundamentais, em especial do direito à liberdade e à segurança, pretendemos saber se a PRM está dotada de instrumentos legais necessários para cumprir a missão que lhe é confiada.

Reconhecemos que não é uma tarefa fácil garantir o equilíbrio desejável entre o direito à liberdade e à segurança num Estado de direito democrático sem que haja maior ou menor conflito com a liberdade e/ou a segurança dos cidadãos.

Com o nosso estudo trataremos de um tema indispensável no Estado de direito democrático, que são os direitos fundamentais dos cidadãos. O presente estudo enquadra-se no âmbito da Dissertação Final do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, onde

⁹ Cfr. o art.º 254.º da CRM.

¹⁰ Cfr. n.º 1 do art.º 254.º da CRM e art.º 3.º da LOPRM.

¹¹ Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, p. 108.

¹² *Idem*, p. 94.

se pretende levar a cabo um estudo sobre **Direito à Liberdade e à Segurança no Estado de Direito Democrático: Os Limites da Atuação Policial - Uma Perspetiva Jurídico-constitucional da Polícia da República de Moçambique**.

b) Problemática de Investigação

A problemática de investigação é fulcral em qualquer investigação, uma vez que demonstra, desde logo, o que o investigador se propõe a estudar. Pois, “uma investigação pressupõe a existência de um determinado problema (...)”¹³.

Sendo Moçambique um Estado de Direito Democrático, as instituições públicas, nomeadamente a Polícia da República de Moçambique deve cumprir integralmente as normas constitucionais e as demais leis vigentes no país. O Estado deve, desta forma, “institucionalizar uma força coletiva organizada jurídica e funcionalmente [Polícia] que tenha por fim realizar os interesses gerais e/os princípios socialmente aceites”¹⁴. Logo, a PRM deve, como todas as outras instituições públicas, cumprir a sua missão de harmonia com as normas vigentes para que a sua atuação seja legítima e legal.

O sucesso das organizações policiais é, em larga medida, determinado pelo grau com que estas atingem os seus objetivos. No Estado de direito democrático esses objetivos são plenamente atingidos de acordo com o grau de equilíbrio entre os direitos da liberdade e segurança.

No contexto do presente estudo torna-se indispensável que nenhum cidadão seja preso ou submetido ao julgamento senão nos termos da lei (n.º 1 do artigo 59.º da CRM). Nos termos do referido artigo 254.º da CRM, a instituição policial no seu todo tem na sua atuação a difícil tarefa de garantir a segurança dos cidadãos ao mesmo tempo que devem respeitar os direitos fundamentais desses mesmos cidadãos. Assim, pretende-se com a presente investigação **saber quais são os limites da atuação policial em função dos conflitos gerados entre direito à liberdade e à segurança?**

¹³ Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*, Coimbra: Almedina, p. 45.

¹⁴ Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*, 3.ª Edição, Coimbra, Lisboa: Almedina, p. 105.

c) Objetivos de Estudos

A definição dos objetivos de estudo afigura-se de extrema importância para o investigador, pois é a partir dos objetivos que o investigador direciona a sua pesquisa. Ora, no âmbito da temática a que nos propomos investigar pretendemos de forma geral alcançar o seguinte objetivo:

- Analisar os conceitos jurídico-constitucionais de direito à liberdade e à segurança e estabelecer a relação entre eles face à atuação policial num Estado de direito democrático, como Moçambique, no âmbito da proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Quanto aos objetivos específicos estabelecemos os seguintes:

1. Elencar os princípios da atuação policial no Estado de direito democrático;
2. Identificar os principais constrangimentos dos conceitos liberdade e segurança na atividade policial;
3. Apontar o carácter das detenções ou “prisão” como forma de privação do direito à liberdade e garantias de direito à segurança dos cidadãos

d) Metodologia

A palavra método pressupõe o caminho que se percorre para se atingir ou alcançar um fim. A metodologia em ciências sociais “corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente”¹⁵. A metodologia respeita à maneira como o investigador irá realizar a sua investigação, tendo como propósito a obtenção dos resultados.

Na realização do presente trabalho iremos recorrer a análise documental e bibliográfica, pesquisa de conteúdo e relatórios, fazendo assim um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Segundo Carmo e Ferreira, “a análise documental e bibliográfica sobre a matéria em estudo assume-se como a passagem de testemunho, dos que investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos”¹⁶. Desta feita, o investigador poderá dar continuidade a um estudo já desenvolvido, seguir ou não a mesma linha de pensamento,

¹⁵ Espírito Santo, P. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Silabo, p. 11.

¹⁶ Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia de investigação – Guia para Auto- Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 59.

servindo o tal testemunho de que o autor aponta como fio condutor para o apuramento de novos resultados.

Atendendo a temática supramencionada, é nossa intenção levar a cabo um estudo que se afigura no modelo de investigação qualitativo de carácter descritivo, com ênfase para análise bibliográfica e documental, em particular o quadro normativo, doutrinário e a jurisprudência. Este método “descreve fenómenos, identifica variáveis e inventaria factos”¹⁷, promovendo uma recolha e análise de informação de uma forma controlada e sistemática.

O método qualitativo é o que melhor se enquadra num estudo de carácter descritivo como o nosso. Assim, numa primeira fase iremos fazer uma recolha e pesquisa aprofundada de referências bibliográfica, visando a revisão da literatura, ou melhor, aferir o estado da arte. Na perspectiva de Coutinho este tratamento visa a “identificação, localização e análise de documentos (...) potencia a credibilidade da investigação ao relacionar e conectar a investigação prévia com o problema da investigação”¹⁸. Finda a primeira fase caracterizada essencialmente por uma abordagem ao tema do nosso estudo baseado na análise da doutrina e jurisprudência, iremos optar pela visão que melhor responde ao nosso problema do estudo.

¹⁷ Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, p. 8.

¹⁸ Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina, p. 55.

CAPÍTULO I: ESTADO E AS FORMAS DO ESTADO: BREVE REFLEXÃO

1. Noções fundamentais

I.1.1. Breves Concepções de Estado

O conceito *Estado* emerge dos tempos de Platão e Aristóteles, da antiguidade clássica. Há muitos anos teve lugar o processo de civilização que as sociedades sofreram no passado, decorrente da necessidade de criar mecanismos para controlar os seus membros, garantindo assim uma boa convivência entre todos os indivíduos pertencentes à comunidade.

Não há uma única concepção aceite por todos, sendo que o conceito de *Estado* depende de vários aspetos, nomeadamente, a forma como se encontra organizado. Para Marcello Caetano, o Estado é visto como “um povo fixado num território, de que é senhor, e dentro das fronteiras desse território institui, por autoridade própria, órgãos que elaborem as leis necessárias à vida colectiva e imponham a respectiva execução”¹⁹ ou seja, no fundo a figura de Estado é criada pelo povo para responder aos anseios do povo primando sempre pelo bem do coletivo. Do ponto de vista de Norberto Bobbio, na “concepção tradicional, o Estado é por necessidade um aparato coativo porque deve refrear os súditos; na concepção marxiana, o Estado é por necessidade um aparato coativo porque somente através da força a classe dominante pode conservar e perpetuar o seu próprio domínio”²⁰. Nestas duas concepções verifica-se que a fundamentação para o uso da força é distinta, pois, na primeira concepção tem a ver com a ganância dos súditos, a segunda tem a ver a ganância da classe dominante.

Segundo Edmir Netto de Araújo, o *Estado* é “uma entidade abstracta criada pelo povo para disciplinar a vida dos indivíduos na sua convivência como os outros indivíduos na coletividade”²¹. Nesta ordem de ideia, para que o *Estado* seja considerado como uma entidade abstrata é preciso que se verifiquem determinados critérios que são fundamentais para a própria criação do Estado, como também para o seu funcionamento, enquanto ente soberano dotado de poderes e obrigações.

¹⁹ Cfr. Caetano, M. (2009). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6.ª Ed., Tomo I, Reimpressão, Coimbra: Almedina, p. 122.

²⁰ Bobbio, N. (2000). *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, p. 123.

²¹ Araújo, E. N. (2009). *Curso de Direito Administrativo*, 4.ª Ed., São Paulo: Editora Saraiva, p. 3.

Podemos dizer que o *Estado* é uma instituição criada pelo povo, que tem poderes que lhe permitem decidir em nome do povo o melhor para a coletividade. O Estado para cumprir com as suas obrigações conta com conjunto de organizações públicas à sua disposição onde, naturalmente, se encontra a instituição Policial, que depende diretamente do poder político por fazer parte da Administração Pública.

Na perspetiva de Sousa Lara, o *Estado* é a “nação politicamente organizada por leis próprias; terras ou países, sujeitos à mesma autoridade ou jurisdição; conjunto de poderes políticos de uma nação”²². Este Autor defende, ainda, que o *Estado* nasce em função dos seus fins: como, a segurança, a justiça e o bem-estar económico e social, fins esses que se afiguram fundamentais para o seu bom funcionamento, bem como para que haja uma convivência harmoniosa entre todos os cidadãos, respeitando sempre os princípios constitucionais do Estado de direito democrático.²³

Pedro Clemente, por sua vez, defende que o *Estado* “incorpora um sistema de funções, destinado a realizar certos fins. Para alcançar os fins de segurança, justiça e bem-estar, o Estado desenvolve um conjunto de atividades, por tempo indefinido, denominadas funções do Estado”²⁴. É nestes fins: económicos, justiça, segurança e educação que a Polícia desenvolve a sua missão, fazendo parte das instituições que têm como principal objetivo garantir a segurança e bem-estar dos cidadãos, criando condições para que todos possam gozar efetivamente dos direitos, e liberdades fundamentais. Estes fins representam valores que o *Estado* visa alcançar tendo em conta a realidade social e as exigências do povo. No entendimento de António Santos, os fins do Estado têm como propósito a defesa da liberdade das pessoas, a qual se fundamenta no direito natural.²⁵

O *Estado* pode ser visto como uma entidade máxima que dispõe de ferramentas que lhe permitem dirigir através de normas (uma comunidade) detendo um leque alargado de competências. Nesta linha, adotamos a posição de Zippelius, quando escreve que “a

²² Crf. Lara, A. S. (2009). *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão*, 5.^a Edição, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 307.

²³ *Idem.* p. 307.

²⁴ Cfr. Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança* Lisboa- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2015, p. 53.

²⁵ Cfr. Santos, A. R. (2007). *A Origem do Estado*, *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, ISCSP-UTL, n.º 1, p. 194.

comunidade estatal é uma totalidade de indivíduos cujas condutas são coordenadas de maneira específica: a comunidade, no fundo constitui-se como estrutura de condutas orientadas por um determinado sentido, e a comunidade estatal, em especial, constitui-se como estrutura de acção juridicamente organizada”²⁶.

I.2. Tipologias do Estado

Ao longo da história da humanidade temos vivenciado várias tipologias de Estado – absoluto, liberal, constitucional do século XX, democrático que se marcam e caracterizam segundo a forma de exercício da legitimidade do poder e o respetivo poder.

Faremos de seguida uma reflexão sobre as tipologias mais marcantes de Estado de modo a integrarmos as aceções de Estado a que a República de Moçambique obedece.

I.2.1. O Estado Absoluto

Esse modelo de Estado faz parte do subtipo do Estado moderno que esteve sempre associado à monarquia absoluta que teve o seu auge nos séculos XVII e XVIII. Na monarquia absoluta a figura do rei é soberana, estando acima da própria lei. Aliás, era o rei quem ditava as leis, impondo sempre a sua vontade sobre todos os domínios da comunidade. Qualquer forma de Estado tem os traços que o caracteriza, é assim no absolutismo, também é assim no liberalismo e na democracia. Nessa perspectiva, Freitas do Amaral apresenta-nos os seguintes aspetos políticos que caracterizam um Estado absoluto, a saber: centralização completa do poder real; enfraquecimento da nobreza, ascensão da burguesia; não convocação das Cortes; a vontade do rei como lei suprema (o Estado sou eu); culto da razão do Estado; incerteza do direito e extensão máxima do poder discricionário Estado de polícia; O Estado como reformador da sociedade e distribuidor das luzes - o despotismo esclarecido; recuo nítido em matéria de garantias individuais face ao Estado”²⁷.

O rei representa o Estado e todos devem-lhe respeito, sendo que o poder real é transversal a todos os níveis (social, económico e cultural) da vivência dos cidadãos.

²⁶ Zippelius, R. (1997), *Teoria Geral do Estado*, 3.ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 61.

²⁷ Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.ª Edição. Coimbra: Almedina. p. 67.

Mas é importante frisar que o absolutismo se pode verificar nas Repúblicas que assentam a sua legitimidade de poder no chefe de Estado ou no chefe de governo, que funcionaram no séc. XX, Estados totalitários e ditatoriais²⁸.

I.2.2. Estado Liberal

Estado Liberal emergiu como resultado da Revoluções Americanas e Francesa no século XVIII, que domina o século e decai no séc. XX²⁹. Foi com essas revoluções que os povos americanos e franceses manifestaram o seu descontentamento relativamente ao modelo político vigente que proibia qualquer tipo de afirmação individual e pouco ou nada defendia a garantia dos direitos individuais face a interferência do Estado.

Um grande marco digno de registo no Estado liberal é o facto de este tipo de Estado ser o pioneiro onde se verificou a separação de poderes entre o poder central e os administradores de justiça³⁰.

Em França, por exemplo, a administração executiva antes da Revolução Francesa pertencia a nobreza que detinha todos poderes, até os tribunais estavam sob a alçada da mesma, ou seja, “nas mãos da antiga nobreza”³¹. Facto que originou alguma indignação e revolta por parte dos tribunais que passaram a exigir a implementação do “novo regime, das novas ideias, da nova ordem económica e social.”³² É evidente que não existia o princípio da separação de poderes e de funções. Neste sentido e de acordo com Freitas do Amaral, o poder político cria mecanismos para impedir as intromissões do poder judicial no normal funcionamento do poder executivo situação que faz emergir o princípio da separação dos poderes em França³³.

Quanto a Moçambique, este princípio vem consagrado no artigo 134.º da CRM: “os órgãos de soberania assentam nos princípios de separação e interdependência de poderes consagrados na Constituição e devem obediência à Constituição e às leis”. Na verdade, o

²⁸ Quanto ao chefe de Estado, podemos falar do modelo hitleriano ou italiano de Mussolini, e no segundo modelo o Estado novo em Portugal, cujo Presidente do Conselho tinha centralizado todo o poder.

²⁹ Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.ª Edição. Coimbra: Almedina. p. 77.

³⁰ *Idem*, p. 77.

³¹ *Idem*, p. 101.

³² *Idem*, p. 101

³³ *Idem*, p. 101.

poder legislativo, judicial e executivos devem gozar de total independência sem ser alvo de intromissão sem prejuízo, da existência de estabelecer entre si relações institucionais em prol do interesse público institucionais.

Os principais aspetos políticos do Estado Liberal, segundo Feitas do Amaral³⁴, são os seguintes:

- “aparecimento das primeiras Repúblicas nos grandes países ocidentais;
- adopção do constitucionalismo como técnica de limitação do poder político; proclamação da igualdade jurídica de todos os homens;
- reconhecimento da existência de direitos do homem, princípio da soberania nacional;
- plenitude do Estado-Nação; aparecimento de partidos políticos, do sistema de governo representativo e do parlamentarismo;
- subordinação do Estado à lei; reforço substancial das garantias individuais face ao Estado”³⁵.

Na verdade, no Estado liberal verifica-se uma afirmação e abertura para a liberdade individual face a intervenção do Estado. Ou seja, a intervenção do Estado passou a ser mínima na vida das pessoas. Ficando ao seu cargo essencialmente, três obrigações a saber: proteger a nação contra todos os atos de violência e ataques provenientes de outras nações; salvaguardar todos membros pertencentes a nação contra agressões ilegais dos seus concidadãos e, criação e manutenção de algumas instituições básicas fundamentais para sobrevivência da nação.³⁶ Na perspectiva de Zippelius³⁷, o *iluminismo* teve um papel fulcral para o aparecimento do *liberalismo moderno* ao colocar o indivíduo no centro da existência social como sendo a peça fundamental. Tanto o iluminismo como liberalismo defendem e reconhecem o ser humano como sendo o ser mais importante detentor de direitos e deveres, destaca-se aqui as liberdades individuais sobre os quais o Estado não deve interferir sem a devida fundamentação legal.

³⁴ *Idem*, p.77.

³⁵ *Idem*, p. 77.

³⁶ Cfr. Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado*, 3.ª Edição, p. 376.

³⁷ *Ibidem*.

No entanto é preciso ter atenção com o modelo de Estado liberal para não conduzir a aquilo que o Zippelius denomina de “liberalização excessiva onde o egoísmo e a sofreguidão dos indivíduos se convertam num mal social (...) conceder liberdade a menos, sufocando, desta forma, uma necessidade elementar, ou deixar liberdade a mais, abrindo demasiado a porta às possibilidades de abuso a que se está sempre disposto a recorrer”³⁸. É fundamental que haja um verdadeiro equilíbrio naquilo que é efetivamente a esfera privada dos indivíduos e aquilo que, mesmo fazendo parte dessa esfera privada, obedece a normas traçadas pelo Estado para que exista a harmonia e paz social: vida em comunidade.

Assume-se permanentemente o risco quando se procura o equilíbrio seja para o que for, é assim, sempre que se fala do equilíbrio desejável, no entanto, quando se trata de matérias sensíveis como as que regulam os direitos, liberdades e garantias individuais mais complicado ainda se torna. O Estado tem o seu campo de atuação e só em casos extremos pode(rá) intervir na esfera privada dos cidadãos e, consequentemente, restringir a liberdade dos mesmos em prol dos fins da coletividade tendo em conta ao princípio da proporcionalidade e na defesa de valores superiores.

I.2.3. Estado Constitucional do Século XX

Sufragando as ideias de Freitas do Amaral³⁹, afirmamos que o Estado Constitucional é o subtipo de Estado moderno do século passado, sendo ainda muito cedo para recorrer a perspectiva histórica para o definir. Na perspectiva de Zippelius, a “Constituição em sentido material é conjunto de regras fundamentais relativas à convivência sob forma de comunidade de Estado, enquanto a Constituição em sentido formal diz respeito às normas constitucionais consagradas num documento constitucional, que têm a sua base de validade no poder constituinte”⁴⁰. A Constituição aparece aqui como a lei mãe e todos devem subordinar-se a ela, cumprindo todos os princípios nela consagrados. Uma vez mais recorreremos a Freitas do Amaral⁴¹ para elencar alguns aspetos políticos que se destacam nesse modelo de Estado, a saber:

³⁸ *Idem.* p. 381.

³⁹ Cfr. Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.ª Edição, p. 81.

⁴⁰ Cfr. Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado*, 3.ª Edição, p. 66.

⁴¹ Cfr. Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.ª Edição, p. 82.

- todos os Estados têm uma Constituição, no entanto isso por si só “não significa sempre um modo de limitação do poder”, muitas vezes representa “uma forma de legitimação do arbítrio estatal”⁴²;
- em todos os países se prevê o princípio da legalidade, mas infelizmente em muitos casos a razão do Estado se sobrepõem a esse princípio;
- reconhecem-se os direitos económicos, sociais e culturais, a par dos direitos, liberdades e garantias pessoais;
- verifica-se uma intervenção do Estado mais acentuada no âmbito económico.

I.2.4. Estado de Direito Democrático

A liberdade sempre esteve associada a restrição e o controlo de poder por parte do Estado. O Estado constitucional emergiu em resposta a outros modelos mais restritivos das liberdades individuais. Como o objetivo de pôr cobro a esta situação e garantir as liberdades individuais, assim como prevenir o mando do Estado foi necessário desenvolver algumas medidas para que todos desempenhassem as suas missões seguindo uma lei com a definição clara daquilo que cabia ao Estado e os cidadãos. Ou seja, como aquilo que se pretendia é, como defende Zippelius “vincular o executivo à lei e ao controlo”⁴³. Nessa perspectiva, o Estado mesmo sendo a entidade suprema, também devia ter o seu raio de ação positivado e “controlado através de regras (relativos aos procedimentos legislativos, administrativos e judiciais) protegendo-a contra o arbítrio”⁴⁴. Assim, os princípios do Estado de direito formal dizem respeito ao modo como o mesmo desenvolve a sua ação, enquanto os princípios do Estado de direito material estão ligados ao conteúdo destacando-se, especialmente, aqueles que dizem respeito as garantias dos direitos fundamentais.

Segundo Zippelius, “os direitos de liberdade e de igualdade são, além disso, materialmente enriquecidas pela ideia do Estado Social e pela missão nela contida de realizar a justiça social”⁴⁵. Quando se fala em Estado de direito quase que se torna imprescindível apontar alguns dos acontecimentos de maior vulto que concorrem para que se tornasse

⁴² *Idem*, p. 81-84.

⁴³ Cfr. Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado*, 3.ª Edição, p. 385.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*.

possível o reconhecimento e a garantia dos direitos, liberdades individuais, a saber: *A Magna Carta Libertatum* (MCL), aprovada em Inglaterra em 15 de junho de 1215 que, na altura, previa a proteção dos direitos individuais face as detenções e apreensões arbitrárias por parte do poder do reino, no seu artigo 39.º dizia “que nenhum homem livre será detido ou sujeito a prisão, ou privado dos seus bens, ou colocado fora da lei, ou exilado, ou de qualquer modo molestado (...) senão mediante um julgamento regular dos seus pares ou de harmonia com a lei do país”.

A 12 de junho de 1776, aprovou-se nos Estados Unidos da América (EUA), a Declaração de Direitos de Virgínia (DDV), que é um acontecimento fundamental na história do povo americano. Essa declaração previa no seu artigo 1.º refere que “todos os Homens são por natureza igualmente livres e independentes e possuem determinados direitos inatos (...) [a saber], ao gozo da vida e da liberdade, bem como à possibilidade de adquirir e possuir propriedade, de procurar e obter felicidade e segurança”.

Seguiu-se a França, com a Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, em 26 de agosto de 1789, com vários pontos semelhantes à Declaração Americana. Por sua vez, a Organização das Nações Unidas (ONU) através da sua Assembleia Geral cria a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, que faz menção ao direito à liberdade e igualdade, direitos à segurança, económico, social e cultural entre outros. No mesmo sentido, aparece a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), em 4 de novembro de 1950, em que os Estados membros se comprometem reconhecer os direitos, liberdades e garantias a qualquer pessoa independentemente da sua origem⁴⁶. E, por fim temos a União Africana (UA)⁴⁷ com a Carta Africana dos Direitos Homem e dos Povos (CADHP), em 21 de outubro de 1986, onde os Estados membros se comprometem igualmente a reconhecer e respeitar os direitos, liberdades individuais.

Contudo, importa-nos destacar que os direitos fundamentais têm como objetivo a defesa da área de liberdade individual contra a intervenção do poder do Estado. Assim, o Direito deve ser o mecanismo de regulação do exercício do poder, limitando-o para que seja garantida e respeitada a liberdade de todos os cidadãos. Na verdade, a ideia de direitos

⁴⁶ Cfr. o art.º 1.º a 14.º da CEDH.

⁴⁷ Antes Chamava-se Organização da Unidade Africana.

inalienáveis ao Homem, que não podem passar para alçada do Estado, vem desde o tempo de John Locke com a teoria contratualista⁴⁸.

Importa, também, fazer referência ao conceito de Direito para melhor se compreender toda organização de um Estado e, avaliar se o mesmo cumpre ou não com os requisitos necessários para se considerar um Estado de direito. Nesse sentido, recorremos a Oliveira Ascensão, que entende o direito como uma “ordem existente com sentido de um dever ser, em cada sociedade, destinada a estabelecer os aspectos fundamentais da convivência e a criar condições para a realização das pessoas, e que se funda em regras com exigência absoluta de sobrevivência”⁴⁹.

Já no entender de Germano Marques da Silva, o Direito é “constante e universal, mas não se materializa de igual forma sendo necessário para a promoção de solidariedade e para a resolução de conflitos de interesse”⁵⁰. E atendendo a sua importância o direito existe em todas as comunidades politicamente organizadas. Seguindo ainda na ótica do Autor, o direito é “sistema de normas coercivas destinado a reger as relações humanas no interior de um determinado sistema geopolítico”⁵¹.

A Revolução Francesa em 1789 permitiu o reconhecimento dos direitos e valores éticos e morais do homem numa altura em que se falava de tudo menos dos direitos dos homens, porque até à data não lhe eram reconhecidos. A partir desse momento passa a existir uma mudança na maneira de pensar e agir no âmbito político, social, moral e jurídico. Começa-se a falar na igualdade, na liberdade, na propriedade e segurança como direitos naturais reconhecidos sem grandes problemas⁵². De facto, foi a partir dessa altura que se começou a ter em conta a dignidade da pessoa humana, houve uma mudança de discurso passando a vigorar certos princípios nomeadamente, a liberdade, a igualdade e a fraternidade que até hoje, vigoram e devem ser respeitados pelo Estado e pelos cidadãos.

⁴⁸ Locke, John cit in: Zippelius, R. (1997), *Teoria Geral do Estado*, 3.ª Edição, p. 436.

⁴⁹ Cfr. Ascensão, J. de O. (2001). *O Direito: Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso- Brasileira*, 11.ª Ed., Revista, Coimbra: Almedina, p. 201.

⁵⁰ Cfr. Silva, G. M. (2009). *Introdução ao Estudo do direito*, 3.ª Ed. Revista e Actualizada, Lisboa: Universidade Católica, 2009, p. 12.

⁵¹ *Idem*, p. 29-34.

⁵² Cfr. Faria, M. J. (1992). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, Lisboa: Escola Superior de Polícia, p. 32.

De acordo com Gomes Canotilho, a supremacia do Estado constitucional compreende o Estado de direito e Estado democrático⁵³. Com uma visão mais abrangente, Miguel Faria refere que o “Estado de direito tem sua génese fundamentada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (...) assente na garantia dos direitos naturais e prática tripartidária dos poderes (legislativo, executivo e judicial)”⁵⁴. Na esteira de Oliveira Ascensão, o conceito do Estado de direito “começou por se inclinar demasiadamente para a legalidade e para a proteção jurídica meramente formais deixando para o segundo plano o conteúdo do direito”⁵⁵. Na mesma linha do pensamento, Marcello Caetano ensina-nos que o Estado de Direito em sentido material, significa “a realização de certo conceito de justiça, (...) cujo poder político se traduz como um mero meio de realização de garantias dos direitos individuais naturais”⁵⁶.

No nosso entender, o Estado de direito (moderno) é aquele em que as pessoas gozam dos seus direitos plenamente e exercem os seus deveres, cabendo ao Estado a tarefa de garantir as condições necessárias para que isso aconteça, naturalmente cumprindo com o estipulado na Constituição e na lei, cabendo à Polícia, em representação do Estado, garantir as condições necessárias para o bom funcionamento das instituições e o cumprimento dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, entre eles o direito à liberdade e à segurança.

Após uma breve abordagem sobre o Estado e o Estado de direito passaremos a tratar da democracia. Nesse sentido, recorremos a Marcello Caetano, que vê a democracia como “uma forma de governo em que os governados são considerados titulares do poder político e o exercem directamente ou mediante representantes temporários periodicamente eleitos”⁵⁷. Por sua vez, Barbosa de Melo defende que “democracia é a vontade do povo e o princípio

⁵³ Canotilho, G. (1999). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Almedina. 3.ª Edição – Reimpressão, p. 89.

⁵⁴ Cfr. Faria, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, 3.ª Edição. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI, p. 103-104.

⁵⁵ Cfr. Ascensão, J. de O. (2001). *O Direito: Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso- Brasileira*, 11.ª Ed., Revista, Coimbra: Almedina, p. 52-54.

⁵⁶ Cfr. Caetano, M. (2009). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6.ª Ed., Tomo I, Reimpressão, Coimbra: Almedina, p. 321.

⁵⁷ Cfr. *Idem*, p. 321.

da separação dos poderes o que implica a distribuição do poder em três ramos”⁵⁸, ou seja, poder executivo, legislativo e judicial.

Em 1990, Moçambique procedeu a uma revisão da Constituição e se existiam dúvidas quanto ao modelo político adotado pelo país, elas deixaram de existir desde essa altura. Nesse sentido, essas alterações vieram reforçar a ideia do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Alguns anos mais tarde, em 2004, o país teve a necessidade de efetuar uma nova revisão à CRM, por forma a estar mais ajustada e adequada à situação de vida dos moçambicanos. Hoje, Moçambique tem uma Constituição que consagra de forma clara todos os direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos e estabelece também de forma clara todos os princípios atinentes à garantia desses mesmos direitos por parte do Estado moçambicano, conforme se pode verificar os artigos 1.º, 3.º e 134.º da CRM.

No entanto, como em tudo na vida, importa referir que o país precisa de melhorar e evoluir em alguns aspetos, até porque a democracia é um desafio constante. A Polícia constitui uma das faces do Estado de direito democrático e como tal, deve ser bem utilizada para não pôr em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Como ensina Manuel Valente, o Estado de direito democrático deve implicar “o conhecimento da ciência policial como escopo de legitimar o poder soberano e a vontade do povo”⁵⁹. De acordo com Luís Fiães Fernandes “no Estado de direito democrático, a base da ação do Estado repousa no reconhecimento do direito à liberdade e segurança”⁶⁰, reconhecimento esse, que são assegurados em parte, pelos atores do sistema de segurança interna”.⁶¹

Temos a plena noção de que a democracia moçambicana é ainda muito jovem e precisa de tempo para se poder afirmar como uma referência a nível mundial no que concerne ao Estado de direito democrático. No Estado de direito democrático, é necessário o cumprimento da Constituição por parte do Estado em primeira instância, através das medidas que adota, para que todos os cidadãos se possam sentir inseridos na sociedade onde o

⁵⁸ Cfr. Melo, A. M. M. (2009). A Administração da Justiça Estado de Direito Democrático: o Caso Português. In *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LXXXV, Coimbra, p. 1-27.

⁵⁹ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Ciências Policiais: Ensaio*, Lisboa, Universidade Católica, Unipessoal, p. 42.

⁶⁰ Cfr. Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*, Lisboa, Edição ISCPSP, p.10.

⁶¹ Cfr. *Idem*. p. 10.

principal garante da Constituição seja também o primeiro a cumprir com as obrigações e deveres previamente positivados.

A democracia é um sistema político que permite a todos os indivíduos oportunidade de concorrerem uns com os outros na luta pelo poder e pela influência. Segundo Freitas do Amaral “actualmente, e fora dos regimes totalitários, a Administração está submetida ao Direito. É assim em todo o mundo democrático: a Administração aparece vinculada pelo Direito, sujeita a normas jurídicas obrigatórias e públicas, que têm como destinatários tanto os próprios órgãos e agentes da Administração como os particulares, os cidadãos em geral. É o regime da legalidade democrática”⁶². O Estado democrático é um regime da legalidade democrática

I.2.5. Aceção de Estado na Pós-modernidade

Ao longo dos tempos tem-se falado em vários critérios para se classificar a forma do Estado, no entanto, parece-nos que o critério de maior importância que se pode recorrer para se classificar a forma do Estado baseia-se, no número de pessoas que intervêm de forma direta ou indiretamente nas decisões fundamentais de cariz jurídico e político⁶³. O termo *Estado* abarca, hoje e em si mesmo, várias aceções, recorremos ao Freitas do Amaral⁶⁴ que nos apresenta três aceções que mais se destacam, a saber:

- *aceção internacional* falamos do “Estado soberano, titular de direitos e obrigações na esfera internacional”;
- *aceção constitucional* o Estado assume-se como “comunidade de cidadãos que, nos termos do poder constituinte que a si própria se atribui, assume uma determinada forma política para prosseguir os seus fins nacionais”;
- *aceção administrativa* o Estado, enquanto organização administrativa é a “pessoa coletiva pública que, no seio da

⁶² Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.^a Edição, p. 122.

⁶³ Como defende Zippelius, R. (1997), *Teoria Geral do Estado*, 3.^a Edição, p. 203.

⁶⁴ Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.^a Edição, p. 211- 212.

comunidade nacional, desempenha, sob a direção do Governo, a atividade administrativa”⁶⁵.

O Estado moçambicano abarca estas aceções por ser soberano, por ser uma comunidade político-jurídica de cidadãos e por si apresentar como uma organização administrativa.

⁶⁵ *Idem*, p. 211-212.

CAPÍTULO II: DIREITO À LIBERDADE E À SEGURANÇA

II.1. Direito à Liberdade

O Estado de direito democrático tem a incumbência de garantir os direitos, liberdades e garantias individuais dos seus cidadãos. Sendo que a liberdade individual vai-se materializar na valorização da dignidade da pessoa humana, no direito à vida, no direito de não ser detido ou preso, impedido de se movimentar, na proteção da intimidade e na defesa contra as agressões de outrem. Nesse sentido, importa destacar que o ordenamento jurídico moçambicano consagra os deveres fundamentais do Estado, onde passamos a destacar no âmbito do presente estudo o objetivo que se refere ao reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade dos cidadãos perante a lei⁶⁶. Segundo Aristóteles, a liberdade é um conjunto complexo de direitos e de deveres que os homens e as suas instituições definem e proclamam e como realidade inerente ao ser humano⁶⁷. No que diz respeito aos direitos fundamentais, a CRM é clara e não deixa qualquer margem para dúvidas, ao prever que os preceitos constitucionais, que versam sobre os direitos fundamentais, devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) e com a CADHP⁶⁸.

Na perspetiva de Manuel Valente, a “liberdade não só é, indubitavelmente, um direito natural, um valor, um ideal, mas é também um princípio que deve ser cultivado pela polícia/OPC de modo que cada sujeito de direitos e deveres possa auto determinar-se, escolher voluntária e espontaneamente, (...) e seu ideal crescimento e desenvolvimento no seio comunitário”⁶⁹. Nesse âmbito e com vista a se garantir efetivamente os direitos, liberdades e garantias fundamentais, a DUDH estabelece que o Estado deve “promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática”⁷⁰, a CRM, vai de encontro com o que se encontra estipulado na DUDH, consagrando o direito à

⁶⁶ Cfr. al. f), do art.º 11.º da CRM.

⁶⁷ Cfr. Aristóteles *apud* Rawls, J. *Uma teoria para Justiça*, (Tradução de Correia, C. P. (1993), Lisboa: Editorial, p. 197.

⁶⁸ Cfr. art.º 43.º CRM.

⁶⁹ Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral ...*, 3.ª Edição, p. 224-225.

⁷⁰ N.º 2, do art.º 29.º da DUDH.

liberdade e à segurança onde estipula que “todos tem direito à segurança, e ninguém pode ser preso e submetido a julgamento senão nos termos da lei”⁷¹.

Gomes Canotilho e Vital Moreira defendem que o direito à liberdade significa direito à liberdade física, à liberdade de movimento, ou seja, direito de não ser detido, aprisionado ou de qualquer modo fisicamente confinado a um determinado espaço, ou impedido de se movimentar⁷².

Com o advento da Revolução Francesa em 1789, reconhece-se juridicamente o direito à liberdade e à igualdade de liberdade do ser humano, ao consagrar que “os homens nascem e são livres e iguais em direitos”⁷³. Importa, contudo, ressaltar que atualmente o Estado de direito democrático tem valorizado e protegido o direito à liberdade, por se relacionar diretamente com os direitos fundamentais. No entanto, esse direito pode ser suscetível de limitações, quando estiverem em causa outros direitos de igual ou maior valor consagrado na constituição e demais leis. Para Miguel Faria, a liberdade pessoal significa que ninguém pode ser preso senão em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança⁷⁴, que no ordenamento jurídico moçambicano, está postulado no n.º 1, artigo 59.º da CRM.

À luz da DUDH a liberdade consiste em poder *fazer tudo o que não prejudique* outrem, sendo que o exercício dos direitos naturais de cada homem só tem como limites os que asseguram aos outros membros da sociedade o exercício desses mesmos direitos: portanto, esses limites só podem ser determinados por lei⁷⁵.

II.1.1. Da liberdade como Princípio

A liberdade deve estar presente em qualquer Estado de direito democrático e os cidadãos devem sentir-se livres para gozarem e exercerem dos seus direitos, os quais devem ser garantidos pelo Estados através de organismos de que dispõe para o efeito,

⁷¹ Cfr. n.º 2, do art.º 59.º do CRM.

⁷² Cfr. Canotilho, G. e Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, p. 478.

⁷³ Cfr art.º 1.º da DUDH.

⁷⁴ Cfr. Faria, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais ...*, volume I, 3.ª Edição Revista e ampliada, p. 185

⁷⁵ Cfr. art.º 4.º da DUDH.

nomeadamente, a instituição policial. No caso de Moçambique, a Constituição consagra que o “Estado de direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem” (artigo 3.º da CRM). Na perspetiva de Manuel Valente, a liberdade compreende um conjunto de vários direitos e obrigações que os homens e as instituições das quais fazem parte definem e celebram e como facto inseparável ao ser humano⁷⁶, tendo a Polícia um papel fundamental para a efetivação desse Direito. O Autor afirma, ainda, que a liberdade “só se concretiza quando a justiça, como (insubstancial que de nada depende, mas do qual, no mundo jurídico, tudo depende), se enraíza em princípios como os da igualdade e da imparcialidade enformadores da atividade policial”.⁷⁷

No âmbito da atuação policial deve verificar-se sempre, como defende José Vieira de Andrade, o “princípio *in dubio pro libertate*, optando-se sempre por soluções menos restritivas para a esfera da livre atuação dos indivíduos”⁷⁸. Aliás, “a liberdade se apresenta ao lado de direito, como valor mais elevado da justiça (...)”⁷⁹.

No entendimento de Manuel Valente, a liberdade, enquanto princípio, “tem de ser pública na qual todos os cidadãos se revejam e se sintam membros de uma comunidade, na qual participam activamente e para a qual dirigem os seus intentos éticos, morais e religiosos, e na qual encontram a legalidade da atuação policial, baluarte de garantia”⁸⁰. Nesse sentido “a liberdade coloca-se sobretudo também como tarefa de distribuição justa das oportunidades de desenvolvimento pessoal, condicionada pela comunidade”⁸¹.

II.2. Direito à Segurança

O Estado tem a incumbência de garantir as condições necessárias de maneira que haja uma boa convivência social, e bom funcionamento das instituições democráticas. Se

⁷⁶ Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral ...*, 3.ª Edição, p. 224.

⁷⁷ Cfr. *Idem*, p. 224.

⁷⁸ Andrade, J. V. (2012). *Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Reimpressão da 5.ª Edição, Almedina, p. 309.

⁷⁹ Kant, I. (1994). *Op. Cit.* Valente, M. M. G. (2015). In Correia, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança – Olhar integrador*, ISCPSI, 2015, p. 154.

⁸⁰ Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral ...*, 3.ª Edição, p. 225.

⁸¹ Zippelius, R. (1997), *Teoria Geral do Estado*, 3.ª Edição, p. 451.

olharmos para o ordenamento jurídico moçambicano, nomeadamente a CRM [n.º 1, do artigo 59.º], verificamos que o direito à liberdade se encontra associado ao direito à segurança. Isso demonstra que o direito à segurança se relaciona com o direito à liberdade, no entanto, sabemos que essa interligação faz divergir as opiniões daqueles que tratam desse tema. Segundo Manuel Valente, “a segurança como bem jurídico coletivo ou supra-individual ou individual não pode ser vista em uma perspectiva limitativa dos demais direitos fundamentais, mas tão-só uma visão humanista e humanizante, como garantia da liberdade física e psicológica para usufruto pleno dos demais direitos fundamentais”⁸². Segundo o Autor, face a esse cenário torna-se fundamental a criação de uma força coletiva (polícia) com a capacidade garantir o nível de segurança expectável para um Estado de direito democrático⁸³.

De acordo com o Gomes Canotilho e Vital Moreira, a segurança deve ser vista numa perspetiva de “garantia de exercício seguro e tranquilo dos direitos, libertos de ameaças ou agressões”⁸⁴. Manuel Valente, aprofundando o pensamento dos constitucionalistas de Coimbra, defende que o direito à segurança “não pode nem deve ser encarado como um direito absoluto do cidadão, nem como uma garantia absoluta de todos os outros direitos, porque estes podem ser garantido não só através de uma ação ativa do Estado, mas também através de medidas e ações preconizadas pelos próprios cidadãos, que devem ter um papel dinâmico e ativo fundamental na prossecução e desenvolvimento de um Estado que se quer de direito e democrático”⁸⁵.

II.2.1. Da segurança como função fundamental do Estado

É tarefa fundamental do Estado garantir a segurança dos seus cidadãos e de todos aqueles que fazem parte da comunidade. O ordenamento jurídico moçambicano prevê o conceito de Segurança de Estado que é entendida como “actividade desenvolvida pelo Estado tendente a assegurar, no respeito da Constituição e da lei produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional, à garantia da segurança nacional, ao

⁸² Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral* ..., 3.ª Edição, p. 105.

⁸³ *Idem*, p. 105.

⁸⁴ Cfr. Canotilho, G. e Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª Edição, Coimbra, Editora Coimbra, p.184.

⁸⁵ Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral*..., 3.ª Edição, p. 540.

funcionamento dos órgãos de soberania e demais instituições no quadro da normalidade constitucional e à proteção⁸⁶. Quanto a esse propósito recorremos a Manuel Valente que defende que a segurança “impõe não só a organização de uma força capaz de servir os interesses vitais da comunidade política, a garantia da estabilidade dos bens, mas também a durabilidade credível das normas e a irrevogabilidade das decisões do poder que respeitem interesses juntos e comuns”⁸⁷.

A CRM consagra na al. e), do artigo 11.º, como um dos objetivos fundamentais do Estado moçambicano, a “defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei”. Logo, não restam dúvidas de que o direito à segurança aparece aqui consagrado como tarefa fundamental do Estado de Moçambique. Para que o Estado Moçambicano cumpra com o exposto na Constituição, o mesmo recorre a uma política, designada de Política de Defesa e Segurança (PDS), que compreende um conjunto de princípios, objetivos e diretrizes, com vista a defender a independência nacional, preservar a soberania e integridade do país e garantir o normal funcionamento das instituições e a segurança dos cidadãos⁸⁸.

Nesse sentido, partilhamos a ideia de Manuel Valente, ao afirmar que “a prossecução garantia da segurança (interna) é função da polícia enquanto braço prossecutor de uma das tarefas fundamentais do Estado de direito democrático, cabendo aquela promovê-la, defendê-la e repô-la dentro dos princípios norteadores da actividade policial enquadrante do pilar dos Estados pós-modernos: o princípio do respeito da dignidade de pessoa humana”⁸⁹.

Por sua vez, Sousa Lara defende que, “formalmente, o Estado existe, por conseguinte, para satisfazer esses objetivos (segurança externa, interna e justiça) colectivos em regime de exclusividade, embora a globalização desenvolvida no século XX tenha acelerado mecanismos de confederação, de associação internacional, de participação e de cogestão das soberanias (...)”⁹⁰. Mesmo com o processo que tem vivido e que tem aumentado o número de atores que participam na segurança o Estado, por meio da sua polícia, não deixou de ter

⁸⁶ Crf. art.º 14.º da Lei n.º 17/97, de 1 de outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança de Moçambique.

⁸⁷ Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 109.

⁸⁸ Crf. art.º 1.º da Lei n.º 17/97 de 1 de outubro.

⁸⁹ Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 116.

⁹⁰ Cfr. Lara, A. de S. (2007). *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 4.ª Edição, p. 199-210.

um papel importante no que diz respeito à garantia da segurança dos cidadãos. Aliás, como defende José Fernandes o “Estado existe porque a sociedade acredita que sem ele não é possível manter a paz interna e assegurar a defesa externa”⁹¹.

A segurança das pessoas e dos valores é “uma das primeiras finalidades do Estado”⁹². No entanto, o Autor defende, ainda, que nenhum Estado consegue garantir a segurança e a ordem, senão tratar da sua proteção em primeiro lugar⁹³. O Estado funciona um pouco como os seres vivos, tendo como uma das principais finalidades a sua própria sobrevivência, que se pode resumir na segurança externa e segurança interna. Na perspetiva de José Fernandes, cabe ao poder político estabelecer os critérios, instrumentos e medidas, recorrendo, se necessário for, aos meios adequados para conseguir garantir a segurança, a paz e a harmonia entre os cidadãos⁹⁴.

Contudo, importa ressaltar que a manutenção e garantia da segurança interna não é apenas só do Estado através dos seus órgãos, também depende dos cidadãos em geral. Segundo Mário Dias, a “segurança interna, tradicionalmente considerada, a par da segurança externa e da proteção civil, como umas das funções essenciais do Estado, estando directamente relacionadas com a sua própria existência e sobrevivência, constituem, também, condições indispensáveis à protecção, bem-estar e desenvolvimento da comunidade social”⁹⁵.

Importa realçar que as Forças e Serviços de Segurança têm responsabilidades acrescidas quando se fala da segurança dos cidadãos, aliás essa é a essência das forças policiais num Estado de direito democrático. Nesse sentido, António Sousa defende que a “ordem e a segurança pública, enquanto funções da polícia, não constituem um fim em si mesmo, mas são condições prévias à existência do Direito como um todo e ao exercício dos

⁹¹ Cfr. Fernandes, J. A. (1991). *Ciência Política, Teorias, métodos e Temáticas*, Escola Superior de Polícia, p. 130.

⁹² Cfr. *Ibidem*.

⁹³ Fernandes, J. A. (2004). *Poder Político e a Segurança Interna*, In: Manuel Monteiro Guedes Valente. (coord), *I Colóquio de Segurança Interna*, p. 30.

⁹⁴ *Idem*, p. 33.

⁹⁵ Cfr. Dias, M. G. (2006). *Segurança Interna*, In: Valente, M. M. G. (coord), *II Colóquio de Segurança Interna*, p. 13.

direitos e liberdades”⁹⁶. Na perspectiva de José Fontes, “a segurança das pessoas e de bens é dos valores mais estrategicamente relevantes porque pode colocar em crise a confiança no Estado e nas suas instituições”⁹⁷, prosseguindo ainda na senda do supracitado Autor, só uma lei justa e a lei equilibrada podem garantir à segurança a todos os cidadãos⁹⁸.

Em democracia, tanto o direito à liberdade como direito à segurança são direitos fundamentais e sem a observância dos mesmos não se pode falar em Estado de direito democrático. Aliás, a esse propósito Raquel Duque ensina que “os valores da liberdade e da segurança são indissociáveis e interdependentes numa sociedade democrática [e] dificilmente existe[rá] liberdade num ambiente onde escasseie segurança e, do mesmo modo, não se pode pensar que se vive em segurança numa sociedade onde não esteja garantida a liberdade suficiente que permita exercer a capacidade de escolha e de acção individual”⁹⁹.

No fundo, deve haver um equilíbrio entre esses dois direitos e deve ser bem gerido, de maneira a que não haja restrições injustificáveis de outros direitos constitucionalmente protegidos. Nesse sentido, a polícia desempenha um papel crucial, uma vez que será ela a grande defensora e proporcionadora do equilíbrio desejável. O Estado para “garantir a manutenção da força pública e despesas da administração é indispensável uma contribuição comum, (...) igualmente repartida por todos os cidadãos, em função das suas disponibilidades”¹⁰⁰.

II.2.2. Das funções de polícia como garantia dos direitos dos cidadãos à liberdade e à segurança

A segurança é uma “preocupação governativa vital das comunidades, mas a sua definição continua por concretizar”¹⁰¹, ou seja, ainda não se conseguiu criar um conceito de

⁹⁶ Crf. Sousa, A. F. (2006). *A Polícia na Constituição Portuguesa*, In: Valente, M. M. G. (coord), *II Colóquio de Segurança Interna*, p. 38.

⁹⁷ Crf. Fontes, J. (2015). *A Superioridade Ética do Estado*. In: Correia, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança*, p. 43.

⁹⁸ *Idem*, p. 42.

⁹⁹ Cfr. Duque, R. (2015). *Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*. In: Correia, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança*, p. 55.

¹⁰⁰ Cfr. art.º 13.º da DUDH.

¹⁰¹ Cfr. Duque, R. (2015). *Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*. In: Correia, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança*, p. 57.

segurança capaz de ser aceite por todos, atendendo ao carácter subjetivo que lhe está associado. No âmbito da Lei da Defesa e Segurança de Moçambique a Segurança Interna é definida como sendo a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade, contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições, o exercício dos direitos liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela Constituição e pela lei conforme (artigo 11.º da Lei 17/97, de 1 de outubro).

Cabe ao Estado o monopólio do uso da força e no âmbito da segurança interna esse monopólio é transferido para a Polícia da República de Moçambique, que tem a missão de garantir a segurança interna e o exercício dos direitos, liberdades e garantias a todos os cidadãos. Na senda de Manuel Valente, “só podemos falar em segurança quando está ao serviço da democracia e do povo, quando está ao serviço da liberdade enquanto valor supremo da justiça, porque a verdade e a liberdade vencem sempre, mesmo quando muitos pensam que estão a sucumbir”¹⁰². Nesse sentido, a garantia “dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força pública é por isso instituída em benefício de todos e não para a utilidade particular daquele a quem é confiada”¹⁰³.

¹⁰² Cfr. Valente, M. M. G. (2015). *Liberdade e Segurança – Olhar Integrador*, In: Correia, E. P. *Liberdade e Segurança*, p.158.

¹⁰³ Cfr. artigo 12.º da DUDH.

CAPÍTULO III: DA POLÍCIA DE MOÇAMBIQUE

III.1. Origem da expressão Polícia

A expressão Polícia já existe há muitos anos e tem-se visto o seu sentido alterar várias vezes ao longo do tempo. Segundo Pedro Clemente o “vocábulo polícia surge da expressão grega *politeia*, étimo de polícia simboliza o governo da urbe”¹⁰⁴. A Polícia surge como parte integrante do Estado para vigiar e regular a vida em comunidade, por forma a que todos os membros da comunidade vivam em harmonia.

Para João Raposo “tanto na linguagem corrente como na linguagem científica a expressão *polícia* surge utilizado com vários sentidos”¹⁰⁵. O termo Polícia nem sempre é utilizado somente para questões de natureza policial, uma vez que, em muitos casos, o vocábulo é utilizado para se caracterizar o modelo político vigente numa determinada sociedade e, também, pode(rá) demonstrar até que ponto o Estado garante as condições para que os seus cidadãos gozem e exerçam os seus plenos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

III.1.1. Breve Evolução das Instituições Policiais

As instituições policiais que hoje conhecemos passou por várias transformações ao longo da sua história, no passado a polícia tinha sobre a sua alçada um leque muito alargado de competências e se ocupava com quase todos os aspetos da vida social. Graças ao papel muito ativo que a Polícia desempenhava, as instituições policiais eram vistas como “administração pública”¹⁰⁶. Após o contrato social, a polícia ganhou a legitimidade necessária para garantir a segurança a todos os membros da comunidade de harmonia com os preceitos legais. Como ensina Pedro Clemente a polícia é “braço da lei, com a incumbência de travar a vingança privada, que se aparece como uma atividade de controlo social”¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*, p. 60.

¹⁰⁵ Raposo, J. (2006). *Direito Policial – I*, ICPOL – Coleção do Centro de Investigação do ISCPSP, Coimbra: Almedina, p. 21.

¹⁰⁶ Caetano, M. (2004). *Manual de Direito Administrativo – Vol. II*, 7.ª Reimpressão da 10.ª Edição, p. 1145.

¹⁰⁷ Cfr. Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*, p. 53.

O cumprimento da Constituição e da lei deve ser o primeiro fundamento das instituições policiais. Com o passar do tempo as instituições policiais foram se abrindo ao mundo e hoje temos a polícia mais perto das pessoas, como nos ilustra o conceito de polícia apresentado por Marcello Caetano no direito contemporâneo, a Polícia é definido pelo “o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”¹⁰⁸.

Com o passar do tempo a polícia foi perdendo a arbitrariedade ao mesmo tempo que viu a sua atividade ser regulada por leis, com a Revolução Francesa. Essa revolução constitui um marco importantíssimo na afirmação dos direitos dos cidadãos, valorizando o espírito humanista onde o homem passa a ser visto como figura de maior destaque. Assim, os reinos viram-se obrigados a respeitar à Constituição. Isso fez com que polícia deixasse de agir somente com base na arbitrariedade e passando a agir com base na Constituição e na lei. Atualmente, a atividade de polícia tende a ser desenvolvida por forma a que os cidadãos notem que a polícia existe para os servir, e que podem contar com a polícia para a resolução dos problemas que os afetam.

No Estado de direito democrático, a polícia “é ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado”¹⁰⁹, ou seja, é o braço armado do Estado com a legitimidade de recorrer a força físicas quando necessário para levar os cidadãos a adotarem um certo comportamento ou atitude, essa ideia foi durante vários anos utilizada por poder político para cimentar o seu poder perante os cidadãos.

III.1.2. Direito de (a) Polícia

A atuação da polícia está regulada por normas jurídicas e sociais que se complementam e devem ser vistas numa lógica de complementaridade para o bom funcionamento das instituições policiais. É nesse sentido que achamos por bem tratar essa temática que é fundamental para uma melhor compreensão da nossa temática. Segundo

¹⁰⁸ Caetano, M. (2004). *Manual de direito Administrativo*, Volume II, 10.ª Edição, 7.ª Reimpressão, p. 1150.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 46

Manuel Valente, o Direito da Polícia não quer dizer a mesma coisa que o Direito de Polícia, o primeiro “compreende os princípios, as normas positivadas, as decisões jurídicas, as decisões administrativas e a doutrina aplicáveis internamente aos elementos pertencentes à organização policial”¹¹⁰. Ainda na esteira do mesmo Autor, o Direito de polícia “compreende os princípios gerais, as normas regulares da atuação e da conduta policial na prossecução das suas atribuições e competências na defesa da legalidade democrática, na garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos, cujos destinatários se encontram indeterminados e indefinidos no espaço do território nacional ou da União Europeia e, até mesmo, internacional”¹¹¹.

III.1.3. A Polícia no Estado de Direito Democrático

No passado a polícia detinha um largo espectro de poder e de competência em regimes políticos democráticos, desempenhava missões que hoje já não se verifica. Os tempos mudaram e atualmente a polícia tem as suas missões bem definidas pela Constituição e leis, que regulam todos os aspetos relativos à organização e funcionamento das instituições democráticas. Foram também, definidos os princípios da atuação policial que devem ser respeitados no âmbito de uma atuação policial para que a mesma seja legítima.

Para Manuel Valente “uma polícia pós-moderna procura evitar que condutas de pessoas singulares e/ou coletivas possam afetar interesses gerais ou coletivos e interesses singulares e individuais”¹¹². O mundo atual obriga as instituições policiais a não serem estáticas, mas antes a serem muito dinâmicas, para acompanharem os novos fenómenos económicos, sociais e criminais sob pena de ficarem desatualizadas e desajustadas.

Manuel Valente ensina, que a polícia compreende “a atividade de natureza executiva – ordem e tranquilidade públicas e administrativa - dotada de natureza judiciária no quadro de coadjuvação e de prossecução de actos próprios no âmbito da legislação processual penal, cuja função jurídico-constitucional se manifesta na concreção da defesa da legalidade democrática, da garantia da segurança interna e da defesa e garantia dos direitos do cidadão e da prevenção criminal quer no vector da vigilância quer no vector da prevenção criminal

¹¹⁰ Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 28.

¹¹¹ *Idem*, p. 29.

¹¹² Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 49.

strict sensu, podendo para cumprimento das suas funções fazer o uso da força – coação – através de medidas de polícia – actos materiais e jurídicos - dentro dos limites do estritamente necessário e no respeito pelo direito e pela pessoa humana”¹¹³.

III.2. Caracterização da Polícia da República de Moçambique

A Polícia da República de Moçambique (PRM) é a única Força de Segurança do País com a responsabilidade de garantir a ordem e a segurança públicas, garantir o livre exercício dos direitos dos cidadãos, bem como o bom funcionamento das instituições democráticas. A PRM teve a sua origem no tempo da colonização portuguesa e na altura tinha como missão a garantia das instituições coloniais, proteção dos mesmos assim como os seus bens. Com o processo da transição¹¹⁴. A partir desse momento a garantia da ordem e a tranquilidade públicas passaram a pertencer à Polícia de Segurança Pública (PSP) e aos elementos das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Depois de se reunirem todas as condições, cria-se o Corpo de Polícia de Moçambique com a missão de garantir a manutenção da ordem, segurança das pessoas e seus bens, a defesa do interesse do Estado e do Povo de Moçambique.

Consumada a independência de Moçambique, em 25 de junho de 1975, o Corpo de Polícia de Moçambique vem dar lugar à Polícia Popular de Moçambique (PPM) conforme DL n.º 5/79, de maio de 1975. Mais tarde, a PPM evolui e deu lugar a atual Polícia da República de Moçambique (PRM), com a criação da Lei n.º 19/1992, de 31 de dezembro. A PRM passou por várias transformações ao longo da sua existência através de mudanças de vários diplomas referentes a sua orgânica e funcionamento¹¹⁵.

A Polícia da República de Moçambique é uma polícia projetada para responder os anseios do povo moçambicano, aberta ao mundo, ou seja, atenta a tudo o que se passa a volta, com especial atenção as novas ameaças transnacionais que podem pôr em causa a segurança interna do país. Segundo o plano Estratégico da Polícia da República de

¹¹³ Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 106.

¹¹⁴ Cfr. Acordo de Lusaka, Assinado em 07 de setembro, de 1974. Esse acordo só entrou em vigor um ano depois se materializou na criação do Decreto-Lei n.º 54/75, de 17 de maio, que criou o Governo de Transição.

¹¹⁵ Cfr. Foram introduzidas várias alterações coma entrada em vigor da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PRM.

Moçambique 2004-2016 (PEPRM), espera-se que a PRM seja uma *polícia integral*, e cumpra as suas obrigações, *moderna* e que *garanta* efetivamente *as condições necessárias* para que os cidadãos moçambicanos gozem exerçam do seu pleno direito.

III.2.1. Estrutura e Missões da Polícia da República de Moçambique

Antes de explanarmos sobre a estrutura e as missões da PRM, consideramos por bem fazer uma breve alusão à República de Moçambique.

Moçambique localiza-se junto da costa do Oceano Índico e está dividida administrativamente, em três regiões, as quais passamos a destacar: Região Sul, onde se encontra a capital do país (Maputo); Região Centro e a Região Norte. Com isso, importa salientar que a PRM desenvolve as suas atividades em todo território Moçambicano, podendo, ainda à luz da lei vir a desempenhar missões no estrangeiro no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Moçambicano. Ao nível nacional, para o cumprimento das suas missões, nomeadamente, a ordem e a segurança pública, a PRM tem os comandos provinciais, distritos, esquadras e postos policiais existentes no país.

O quadro legal vigente em Moçambique constitucionaliza a polícia e a sua função. Os artigos 254.º e 255.º da Constituição consagram a Polícia da República de Moçambique tem como função “garantir o cumprimento da lei e a ordem, salvaguarda de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”¹¹⁶.

Nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PRM (LOPRM), a PRM é um serviço público apartidário, de natureza paramilitar na direta dependência do Ministério do Interior, tendo um único Comando na pessoa do Comandante Geral e obedece a uma forte hierarquia de comando para todo o território nacional, algo que se configura como uma das características notáveis da instituição policial moçambicana. A PRM é a única Força de Segurança do país com a “responsabilidade de garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e dos direitos liberdades fundamentais dos cidadãos”¹¹⁷.

¹¹⁶ Cfr. n.º 1.º do art.º 254.º da CRM de 2004.

¹¹⁷ Cfr. art.º 3.º da Lei nº 16/2013, de 12 de agosto – LOPRM.

No âmbito da sua atuação a PRM deve cumprir os princípios estipulados pela Constituição e leis vigentes, numa constante observância pelo princípio do respeito pelas instituições democráticas, obediência ao Presidente da República, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança. A PRM deve pautar sempre a sua conduta pelo cumprimento da legalidade democrática, imparcialidade, isenção, objetividade, igualdade de tratamento e respeito pelos direitos humanos conforme o estipulado nos artigos 254.º e 255.º da CRM conjugado com o artigo 2.º da Lei nº 16/2013, de 12 de agosto (LOPRM).

Quanto à estrutura, o Comando Geral da PRM tem a sua sede no mesmo edifício onde se encontra o Ministério do Interior e exerce a tutela política sobre a instituição. Assim, para melhor servir os cidadãos, o Comando Geral da PRM subdivide-se em várias Direções e Gabinetes que passamos a destacar: Direção de Operações; Direção de Pessoal e Formação (DPF); Direção de Logística e Finanças (DLF); Direção de Informação Interna (DII); Gabinete de Gestão e Coordenação de Projetos; Gabinete de Relações Públicas e Imagem; Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação; Gabinete de Assessoria; e o Gabinete do Comandante Geral da PRM e os estabelecimentos de ensino a saber: a Académia de Ciências Policiais (ACIPOL), onde se formam Oficiais de Polícia e a Escola Prática de Matalane (EPM), onde se formam os agentes antes do ingresso nas respetivas fileiras da PRM.

Algumas dessas divisões têm missões específicas, destacando-se, por exemplo, o Ramo da Polícia de Ordem e Segurança Pública, o Ramo da Polícia de Investigação Criminal e as Forças Especiais e de Reserva. Nos termos da lei também fazem parte da Direção do Comando-Geral da PRM: a Inspeção-Geral; a Direção de Doutrina e Ética Policia; o Ramo da Polícia de Fronteiras; o Ramo da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial; a Unidade de Intervenção Rápida; a Unidade de Proteção de Altas Individualidades; a Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns; a Unidade Canina; a Unidade de Cavalaria; e a Unidade de Desativação de Engenhos Explosivos e de Reserva¹¹⁸.

¹¹⁸ Cfr. art.º 13.º da Lei 16/2013 - LOPRM.

III.2.2. A Polícia da República de Moçambique como Órgão de Polícia Criminal

Se analisarmos a CRM¹¹⁹ e a LOPRM verificamos logo o que se pretende é que a PRM seja uma Polícia íntegra, moderna e adaptada as realidades socioeconómicas e culturais do país, ao mesmo tempo preparada para adaptar-se às novas dinâmicas internacionais. A LOPRM, ao revogar a lei 19/92, de 31 de dezembro, cria uma única Polícia designada por Polícia da República de Moçambique (PRM) que esta organizada em Ramos sobre os quais já tivemos o cuidado de tratar na nossa investigação.

Na verdade, como defende Manuel Valente¹²⁰, o legislador “procurou, desde cedo, unificar formal e materialmente as atribuições e competências adstritas à polícia em uma só polícia (...) sob o princípio da *unidade jurídica*, (...), o que permite a concreção dos princípios de *comando único* e da *responsabilização política e jurídica* (...)”¹²¹. São esses Ramos da PRM, que têm a responsabilidade de entre outros, no âmbito das suas competências, garantir as condições necessárias para que os cidadãos gozem dos seus direitos liberdades fundamentais, onde destacamos, o direito à liberdade e à Segurança que são os nossos objetos de estudo.

Após uma análise ao ordenamento jurídico moçambicano verificamos que o termo de Órgão de Polícia Criminal (OPC) não se encontra bem definido, ou seja, a lei não clarifica de forma clara o que se deve entender por OPC.

No entanto, para suprir essa lacuna recorremos ao Código de Processo Penal Português (CPPP) de 1986, na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 1.º, que define os OPC como “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinadas pelo Código de Processo Penal”. À luz do ordenamento jurídico moçambicano são considerados OPC os órgãos que compõem o Ramo da Investigação Criminal nos termos da alínea *j*) do artigo 4.º da Lei n.º 22/2007, de 1 de agosto. Entendemos que o legislador não foi totalmente claro ao consagrar os OPC existentes

¹¹⁹ Cfr. art.º 254.º Constituição da República de Moçambique. Maputo: Plural Editora. 2004. Conjugado com a Lei n.º 16/2013, de 23 de agosto (LOPRM).

¹²⁰ Valente, M. M. G. (2006). *Da Polícia da República de Moçambique* (Parecer). Por solicitação do Coordenador do Projecto “Apoio ao Cidadão no Acesso a Justiça”, da União Europeia/ Programa da Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento (PNUD), supervisionado pelo Ministério da Justiça da República de Moçambique, p. 151.

¹²¹ *Idem*, p.150.

em Moçambique existe uma lacuna quanto a esta matéria uma vez que a lei não consagra de forma expressa os agentes da PRM como sendo um OPC. Esta situação deve[rá] ser pensada pelos decisores políticos (executivo) uma vez que toda atuação policial deve ter um fundamento legal.

Nesse âmbito, como ensina o Manuel Valente, a Polícia, na sua atuação no plano processual penal, “pressupõe a existência de um facto ou de um perigo de existência desse facto – plano material penal – para que possa intervir dentro das normas jurídico processual penais conformes à Constituição”¹²².

Na verdade, o conceito de OPC parece um pouco restrito e delimitativo, porque se o analisarmos rigorosamente, verificamos que nele só se enquadram aqueles que têm a função de prevenção criminal. Nos termos das alíneas *k*), n.º 1 do artigo 14.º; alínea *b*) do artigo 18.º e alínea *i*) n.º 1 do artigo 24.º da LOPRM e do artigo 55.º do CPPP consideramos que os elementos da PRM enquadram na definição apresentada. Importa referir que no âmbito da prevenção e investigação, todos os OPC têm a obrigação de coadjuvar as Autoridades Judiciárias para o bom andamento da investigação. Os OPC desempenham “duas actividades distintas, mas complementares: coadjuvação das autoridades judiciárias e medidas cautelares e de polícia e actos de autoridade de polícia criminal”¹²³. A coadjuvação poder-se-á materializar em colher notícias do crime, descobrir os seus agentes e praticar atos necessários e urgentes para assegurar os meios de provas¹²⁴.

III.3. Os Princípios Regentes da Atuação Policial em Moçambique

Espera-se que os elementos policiais atuem sempre com zelo e profissionalismo no cumprimento da lei durante a sua intervenção, sob pena da mesma vir a ser considerada ilegal, pela Inspeção Geral do Comando Geral da PRM ao nível interno e pelas autoridades

¹²² Cfr. Valente, M. M. G. (2013). *Do Ministério Público e da Polícia: Prevenção criminal e acção penal como execução de uma política criminal do ser humano*, Lisboa: UCE, p. 269.

¹²³ Cfr. Henriques, M. (2015). *A Investigação Criminal no Estado de Direito Democrático: Autonomia e Dependência da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCSPI, p. 26.

¹²⁴ Cfr. n.º 2 do art.º 55.º, 249.º e 250.º, do CPPP.

judiciárias, que têm, de facto, a competência para o efeito de fiscalização da atuação dos elementos policiais.

É, nesse âmbito, que aparecem os princípios inerentes à atuação policial por forma a padronizar e a estabelecer protocolos de atuação que se devem verificar na intervenção policial. Segundo Pedro Clemente “[a]través do comportamento da polícia, o povo toma consciência do carácter democrático do seu Estado”¹²⁵. Ou seja, a Polícia tem uma responsabilidade acrescida na afirmação e aceitação do modelo político estatuído”¹²⁶.

No mesmo sentido e com uma visão mais concreta, Manuel Valente afirma que Polícia deve agir de acordo com o Estado de direito, cumprindo todos os princípios que fazem parte do mesmo, assim como os princípios respeitantes ao sistema jurídico¹²⁷.

III.3.1. Princípios da Legalidade e da Constitucionalidade

Quando falamos dos princípios que norteiam a atuação policial num Estado de Direito Democrático, como é o caso de Moçambique, sobressaem logo os princípios da constitucionalidade e da legalidade, os quais estão consagrados na CRM nos artigos 1.º, 2.º, 38.º, n.º 2 do artigo 249.º, n.º 3, do 254.º e artigo 3.º da LOPRM.

O princípio da constitucionalidade impõe à polícia o cumprimento das normas consagradas na Constituição, ou seja, a obediência a este princípio pode ser vista como “o caminho” para a legitimação da ação de qualquer polícia do Estado de direito democrático. Logo, a Polícia da República de Moçambique subordina-se à Constituição moçambicana e reconhece-a como a “lei fundamental”.

O princípio da legalidade, de acordo com Reinhold Zippelius, significa “transportar uma legitimidade democrática da acção do Estado: pelo facto de esta se nortear em todas as suas formas de manifestação”¹²⁸, cabendo ao Estado a tarefa de ser o primeiro a primar pelo cumprimento e respeito do princípio da legalidade e da constitucionalidade no Estado de

¹²⁵ Clemente, P. J. L. (2009). *A Ordem em Público*. In: Valente, M. M. G. (Coord), *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*, Coimbra: Almedina, p. 128.

¹²⁶ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 46.

¹²⁷ *Idem*, 2014, p. 185.

¹²⁸ Cfr. Zippelius, R. *cit.* In: Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, 4.ª e 3.ª Edições Coimbra: Almedina, p. 584..., 3.ª p. 387 (respetivamente).

direito democrático. O princípio da legalidade na intervenção policial tem a sua consagração no regime jurídico português no n.º 1 do artigo 272.º da CRP e no n.º 1. do artigo 254.º da CRM. Pois, sendo parte integrante da administração pública “deve obediência à lei e ao direito, dentro dos limites e fins dos poderes que lhe estejam atribuídos por lei”¹²⁹.

A legalidade representa “a garantia do respeito e cumprimento das leis em geral, aquilo que concerne à vida da colectividade, e todos os cidadãos têm o dever de respeitar a ordem constitucional”¹³⁰. Nesse caso, a Polícia vê-se obrigada a “actuar sob a vinculação do Direito – ordem jurídica material vigente do Estado de direito democrático – e no respeito e na prossecução da efectiva defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão”¹³¹. Há uma forte ligação entre esses dois princípios, quando se fala do princípio da constitucionalidade é preciso estar ciente de que este associa-se ao princípio da legalidade. Contudo, não é exequível prender a Administração a uma “obediência cega à lei” com uma “presunção absoluta da constitucionalidade” da mesma, sob pena da Administração se resumir a “um poder nulo”¹³².

O princípio da legalidade impõe limites à atuação da Polícia quer no âmbito da aplicação das medidas cautelares e de polícia como em qualquer outro ato de polícia. Pois, como refere Manuel Valente, a “Administração [Polícia] está vinculada à lei, mas também está vinculada à aplicabilidade directa dos preceitos constitucionais referentes aos direitos liberdades e garantias fundamentais pessoais (...)”¹³³.

Em Moçambique, como referimos a Constituição e a LOPRM que consagram que atuação policial deve basear-se no respeito do princípio da legalidade e da Constitucionalidade¹³⁴.

¹²⁹ N.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 14/2011, de 10 de agosto, que Regula a Formação da Vontade da Administração Pública, estabelece as normas de defesa dos direitos e interesses dos particulares, e revoga a reforma administrativa ultramarina.

¹³⁰ Henriques, M. (2015). *A Investigação Criminal no Estado de Direito Democrático: Autonomia e Dependência da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCSPI, p. 27.

¹³¹ Valente, M. M. G. (2013). *Do Ministério Público ...*, p. 263.

¹³² Andrade, J. C. V. (2001). *Os Direitos Fundamentais na Constituição ...*, 2.ª Edição, pp. 206-211.

¹³³ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 190.

¹³⁴ N.º 3 do art.º 254.º da CRM e n.º 3 da LOPRM.

III.3.2. Princípio da Proibição do Excesso ou da Proporcionalidade *Lato Sensu*

No que diz respeito ao princípio da proibição do excesso, este obriga a PRM a orientar a sua atuação pelo princípio de proporcionalidade previsto no n.º 4 do artigo 2.º, da LOPRM e no artigo 6.º da Lei n.º 14/2011, de 10 de agosto, que Regula a formação da vontade da Administração Pública de Moçambique (LRFVAPM).

Neste contexto Jorge Reis Novais defende que o princípio da proporcionalidade e princípio da proibição de excesso têm o mesmo significado¹³⁵. A Polícia deve atuar no plano da proibição de excesso como sendo um dos “principais limites à limitação dos direitos fundamentais”¹³⁶. Por sua vez, Manuel Valente defende que o princípio da proibição de excesso ou da proporcionalidade *lato sensu* “é um princípio de consolidação de Estado de direito material social e democrático (...)”¹³⁷, refere ainda que o mesmo se subdivide em três corolários:

- a) *O princípio da adequação*, obriga a que as medidas restritivas legalmente previstas devem ser as mais adequadas para a prossecução dos fins visados por lei, salvaguardando sempre outros direitos ou bens jurídicos protegidos;
- b) *O princípio da necessidade*, nesse caso as medidas restritivas previstas na lei devem revelar-se necessárias, melhor, nunca transpor as exigências dos fins de prossecução do interesse tutelar.
- c) *O princípio da proporcionalidade em sentido restrito* obriga a que os meios legais restritivos e os fins obtidos situam-se em uma justa e proporcionada medida, impedindo-se a adoção de medidas legais – formais e materiais – restritivas desproporcionadas, excessivas em relação os fins alcançados.

¹³⁵ Cfr. Novais, J. R. (2004). *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora, p. 161 e seguintes.

¹³⁶ Feldens, L (2012). *Direitos Fundamentais e Direito Penal – A Constituição Penal –*, 2.ª Edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado.

¹³⁷ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 170.

Assim, o princípio da proibição de excesso ou da proporcionalidade acaba por ser o princípio informador e confrontador de toda atividade da polícia¹³⁸, apresentando-se como limite dos poderes de Polícia¹³⁹.

III.3.3. Princípios da Igualdade e da Justiça

Todos os órgãos da Administração Pública obedecem ao princípio da igualdade, devendo desde logo, cumprir com os preceitos constitucionais e as leis vigentes. A Polícia mais do que qualquer outro organismo público deve sempre tratar de igual forma os cidadãos quer no âmbito de uma fiscalização como no âmbito de uma operação. O mais importante é que a tal atuação seja justa, e considerada ética e moralmente válida.

Nesse sentido, Germano Marques da Silva defende que é “o princípio de que todos os seres humanos são iguais [e] faz hoje parte da ortodoxia política e ética dominante e fundamenta-se na igual dignidade social de todos os cidadãos, que não é mais do que um corolário da igual dignidade humana de todas as pessoas”¹⁴⁰. Esses princípios aparecem positivados nos artigos 35.º, 36.º e n.º 2 do artigo 249.º da CRM e artigo 6.º e 7.º da LRFVAPM, e obriga a polícia a ser justa na sua ação sem que haja tratamentos diferenciados em idênticas situações. Aliás, a Constituição prevê que a promoção da igualdade como um dos objetivos fundamentais do Estado Moçambicano.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), consagra o princípio da igualdade como forma de “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade entre os portugueses (...)”¹⁴¹, sendo que todos devem ter a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. No mesmo sentido temos a CADHP que tem como objetivos essenciais a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade para as legítimas aspirações dos povos africanos. A CRM vai de harmonia com o que está plasmado na DUDH e CADHP, no que diz respeito à igualdade, “todas as pessoas beneficiam de uma total igualdade perante a lei. Todas as pessoas têm direito a uma igual proteção da lei”¹⁴².

¹³⁸ Canotilho, G. e Moreira, V. (1993). *Constituição da República...*, 3.ª edição, p. 924.

¹³⁹ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral ...*, 4.ª Edição, p. 588.

¹⁴⁰ Cfr. Silva, G. M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa: ISCPSI, p. 57.

¹⁴¹ Cfr. art.º 9.º da CRP.

¹⁴² Cfr. art.º 1º. DUDH e art.º 3.º da CADHP.

A Polícia da República de Moçambique está obrigada a atuar no respeito pelo princípio da igualdade e de justiça, assumindo uma função de afirmação de democracia.

III.3.4. Princípios da imparcialidade e da isenção

Os princípios da imparcialidade e da isenção estão consagrados no n.º 2 do artigo 249.º e n.º 3 do artigo 254.º da CRM, conjugado com o n.º 3 do artigo 2.º da LOPRM e no artigo 7.º da LRFVAPM.

São esses princípios que levam os elementos da PRM a serem no fundo um verdadeiro árbitro desmarcando-se de afinidades durante o processo de tomada de decisão de um determinado caso em concreto, devendo o mesmo ser visto e analisado à luz do quadro legal vigente e no caso de ser necessário recorrer ao poder discricionário a decisão deverá ser a mais justa possível.

III.3.5. Princípio da Prossecução do Interesse Público

A Polícia integra a administração pública e não pode deixar de cumprir as regras que regem essa mesma administração. Logo, a Polícia submete-se às normas que regulam toda a Administração Pública conforme o artigo 5.º da Lei n.º 14/2011, de 10 de agosto, que Regula a Formação da Vontade da Administração Pública de Moçambique (LRFVAPM). Daí que, a prossecução do interesse público por parte da Polícia no âmbito das suas atividades – quer de ordem e tranquilidade pública, quer administrativa, quer judiciária entendida como prevenção criminal¹⁴³, concorrem para os fins da Administração em geral. Esse princípio encontra-se positivado no artigo 249.º da CRM e obriga a Polícia, como integrante da Administração, a respeitar e a cumprir os preceitos constitucionais e a lei. Acrescentamos que só a prossecução do interesse público interessa à Polícia, devendo a mesma desmarcar-se dos restantes interesses que não constam na lista dos interesses públicos.

Na perspetiva de Manuel Valente, a prossecução do interesse público é baseada no “interesse radicalmente objetivo, não individualizado nem individualizável”, corresponde a uma necessidade pública e de um grupo indistinto de indivíduos, apresenta-se, duplamente, à Polícia como fundamento e como “um dos mais importantes limites da margem de livre

¹⁴³ Cfr. Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p. 190.

decisão”¹⁴⁴. Portanto a “Administração pública é todo um conjunto de necessidades colectivas cuja satisfação é assumida como tarefa fundamental pela colectividade, através de serviços por esta organizados e mantidos (...) [pois] à Administração Pública não compete apenas promover a execução das leis: cumpre-lhe também, por um lado, executar as directrizes e opções fundamentais traçadas pelo poder político”¹⁴⁵.

III.3.6. Princípio da Boa-fé

Este princípio obriga todas as entidades públicas no âmbito da prossecução das suas atribuições cumprimento de regras de confiança conforme os artigos 8.º da LRFVAPM e artigo 23.º da Lei n.º 7/2012, de 8 de fevereiro, que aprova a Lei de Base da Organização e Funcionamento da Administração Pública de Moçambique (LBOFAP).

A atuação policial deve ser leal e de forma igual para todos os cidadãos, só assim se pode transmitir confiança no seio da comunidade. No entendimento de Manuel Valente o princípio da boa-fé “é o espelho do princípio da lealdade no âmbito processual penal, que a Polícia deve materializar no labor da prevenção criminal”¹⁴⁶.

O mesmo Autor afirma que o princípio da boa-fé deixa de ser um mero princípio de intenção moral e tornou-se um verdadeiro princípio legitimador da atividade da administração pública e, em especial da polícia¹⁴⁷.

Este princípio contribui imenso para que se estabeleça uma relação de confiança entre a Polícia e os cidadãos. Seguindo Manuel Valente, entendemos que este princípio funciona como legitimador da atividade da administração em geral e, em especial da polícia¹⁴⁸, ou seja, a Polícia na sua intervenção face aos bens jurídicos fundamentais não se pode deixar cair no erro e praticar atos que possam favorecer uma pessoa em detrimento da outra por motivos pessoais ou não ilegítimos.

¹⁴⁴ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 211.

¹⁴⁵ Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.ª Edição, p. 29.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 215.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 214.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 214

III.3.7. Princípio da Oportunidade da Atuação Policial

A atuação da polícia no que observa o princípio da oportunidade “deve reger-se segundo critérios de objectividade e de isenção para que não se aniquile o princípio da legalidade e da boa-fé da intervenção policial”¹⁴⁹. Como já referimos o cumprimento extremamente obsessivo do princípio da legalidade poderá ter consequências desastrosas no que refere a limitação e restrição dos direitos liberdades e garantias individuais e “não se coaduna com a concepção do Homem fraco e naturalmente propenso a errar”¹⁵⁰.

O princípio da oportunidade da intervenção policial não se encontra previsto, no entanto, entendemos que a atividade policial e especial deve-se reger segundo este princípio uma vez que as decisões são tomadas em diferentes contextos atendendo vários critérios para que a ação não seja desproporcional. A Polícia deve escolher o melhor momento, a melhor técnica e tática para intervir e fazer cessar a ameaça com os meios necessários e adequados e lesando o mínimo possível os direitos do cidadão.

Atualmente, a realidade moçambicana é mais exigente do que passado, uma vez que a nova geração está cada vez mais ligada ao processo de globalização. Esse sentido é transversal a todos sectores da sociedade moçambicana, pois este processo exige cada vez, um acompanhamento por parte da PRM. Neste sentido, a formação tem sido uma aposta constante da Polícia moçambicana. A formação dos integrantes da PRM, apesar de ser hoje muito superior do que no início do Estado democrático moçambicano, sabemos que não é suficiente para podermos afirmar que pode socorrer-se da dimensão dogmática do princípio da oportunidade como tem sido construída pelos autores europeus, em especial portugueses.

III.3.8. Princípio Democrático na Atuação Policial

Na perspetiva de Manuel Valente, a Polícia é a “face visível do povo e da administração da justiça”¹⁵¹. Sendo parte integrante da Administração Pública a Polícia deve obediência ao princípio democrático que se impõem ao Estado e todos os entes públicos. Aliás, a Polícia é o *instrumento* de eleição num Estado de direito democrático para proteger e garantir os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

¹⁴⁹ Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral...*, 3.ª Edição, p.197

¹⁵⁰ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 216.

¹⁵¹ *Idem*, 219.

Podemos afirmar que a essência do princípio democrático é a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos¹⁵². Segundo Manuel Valente, a Polícia tem a incumbência de promover o cumprimento efetivo dos princípios e dos direitos que caracterizam um Estado de direito democrático, ou seja, a legitimação de poder será sustentada por essa materialização¹⁵³. A PRM deve recorrer aos meios legalmente previstos para prosseguir as suas funções de polícia de ordem pública, administrativa e de polícia criminal.

III.3.9. Princípio do Respeito dos Direitos e Interesses Legalmente Protegidos dos Cidadãos

A Polícia desenvolve uma atividade que quase sempre embate com os direitos individuais dos cidadãos, que devem ser respeitados e protegidos. No entanto, leva-nos a pensar que a “ideia de que a prossecução do interesse público não é ilimitada, mas tem como barreira o direito e interesse legalmente protegido”¹⁵⁴. Neste sentido espera-se que a Polícia proteja e garanta todos os direitos fundamentais, evitando ações que possam lesar esses mesmos direitos. Na verdade, a Polícia tem a incumbência de proteger “todos os direitos e os fundamentais por excelência – apresenta-se como uma obrigação do Estado, quer em uma *vertente positiva* defendendo-os e garantindo-os face à ameaça de outrem-quer em uma *vertente negativa* não actuar de modo que os ofenda e sacrifique arbitrariamente e desmesuradamente”¹⁵⁵.

À luz deste princípio a atuação policial deve ter em conta também o princípio da legalidade uma vez, que o respeito dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos impõem ao Estado limites de maneira que os cidadãos não sejam tratados com “desrespeito dos parâmetros de juridicidade da actuação administrativa”¹⁵⁶. Entendemos, pois, que a proteção e garantia dos direitos individuais não se esgota numa pessoa em concreto, mas sim no interesse geral ou coletivo em que se espera que as regras de direito sejam a base de todo o processo penal desenvolvido pelo Estado.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ *Idem*, p. 220.

¹⁵⁴ Amaral, D. F. (1988). *Direito administrativo* – Volume II, Lisboa, p. 81-82.

¹⁵⁵ Cfr. Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 4.^a Edição, p. 208.

¹⁵⁶ Cfr. Sousa, M. R e Matos. A. S. (2004). *Direito Administrativo Geral - Introdução e Princípios Fundamentais*, Tomo I, Lisboa, Dom Quixote, p. 204.

CAPÍTULO IV: OS LIMITES ÀS RETRIÇÕES DOS DIREITOS À LIBERDADE E À SEGURANÇA NO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

IV.1. Medidas de Privação ou Limitação da Liberdade à Luz dos Regimes Jurídicos Moçambicano e Português

IV.1.1. Da Detenção

A detenção é uma medida de privação da liberdade operada normalmente¹⁵⁷ pelos OPC, ou seja, é uma “medida cautelar privativa da liberdade (...) [com] natureza precária – sujeita ao limite temporário e sujeitas à apreciação e validação pela AJ”¹⁵⁸. O n.º 1 do artigo 59.º CRM consagra que nenhum cidadão pode(rá) ser preso ou julgado fora dos termos consagrados na lei. Pelo que, só haverá lugar à detenção (privação da liberdade) quando os pressupostos estiverem conforme o positivado na constituição.

Quando o OPC optar pela detenção de um cidadão, esta ação deve ter em conta o bem jurídico protegidos pela lei e essa medida deve ser necessária, adequada e proporcional a atingir os fins pretendidos. A detenção tem a consagração no ordenamento jurídico moçambicano nos artigos 287.º a 295.º do CPPM e nos artigos 254.º e 261.º do CPPP.

IV.1.2. Noção de Flagrante Delito no Ordenamento Jurídico Moçambicano

À luz do quadro legal vigente em Moçambique considera-se “flagrante delito todo o facto punível que se está cometendo ou que se acabou de cometer. Reputa-se também flagrante delito o caso em que o infractor é, logo após a infracção, perseguido por qualquer pessoa, ou foi encontrado a seguir à prática da infracção com objetos ou sinais que mostrem claramente que a cometeu ou nela participou”¹⁵⁹. Da noção positivada no ordenamento jurídico moçambicano sobre o flagrante delito, vê-se claramente que o legislador faz a distinção entre o flagrante delito propriamente dito, o quase flagrante delito e a presunção de flagrante delito, o que vai de encontro com o previsto nos números 1 e 2 do artigo 256.º do Código de Processo Penal Português (CPPP).

¹⁵⁷ Podem deter um agente de crime as autoridades judiciárias, policiais e, até mesmo, um cidadão, cabendo a este entregar de imediato a pessoa detida a uma daquelas autoridades.

¹⁵⁸ Valente, M. M. G (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 346.

¹⁵⁹ Cfr. o art.º 288º do Código de Processo penal de Moçambicano (CPPM).

Contudo, o regime jurídico moçambicano apresenta uma lacuna ao não prever a situação do crime permanente, e como tal, é nosso entendimento que a semelhança do que acontece no regime português, estando em causa a prática de crime permanente, o estado de flagrante delito só se mantém enquanto existirem sinais claros que demonstram que a infração está a ser cometida estando o infrator a participar no mesmo¹⁶⁰.

IV.1.3. Finalidades da Detenção a Luz do Ordenamento Jurídico Moçambicano

A detenção priva o cidadão da sua liberdade e é uma matéria muito sensível uma vez que restringe o direito à liberdade da pessoa detida. Assim, as autoridades só podem efetuar e/ou ordenar a detenção nos termos previstos na lei, a saber: para julgamento em processo sumário¹⁶¹; para garantir a presença do arguido no primeiro interrogatório judicial no prazo máximo de quarenta e oito horas após a detenção, sem prejuízo nas situações previstas nas leis de Polícia¹⁶²; para a aplicação de medida de coação de “prisão preventiva”¹⁶³; em caso de internamento por anomalia psíquica¹⁶⁴ e para cumprimento da sentença judicial condenatória e em caso da extradição por decisão judicial. Para Manuel Valente, a detenção tem as seguintes finalidades específicas: comparência em tribunal, expulsão ou extradição de um cidadão, proceder a identificação de suspeitos, e internamento compulsivo em razão dos problemas mentais¹⁶⁵.

Na verdade, a CRM, no seu n.º 1 do art.º 59.º, consagra que o cidadão não pode ser preso ou submetido a julgamento fora dos casos previstos na lei. No mesmo sentido, os artigos 60.º e 61.º da CRM ressalvam que o cidadão só pode ser condenado por atos criminais que prática, sendo proibidas as penas e medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade revestido de tempo ilimitado.

A CRM consagra, no artigo 72.º, os casos em que as autoridades podem suspender o exercício de direitos, liberdades e garantias individuais. Na verdade, este artigo fala em

¹⁶⁰ Crf. n.º 3 do art.º 256.º do CPPP que prevê a detenção em flagrante delito em caso de crime permanente

¹⁶¹ Cfr. art.º 556.º e seguintes do CPPM.

¹⁶² Art.º 290.º do CPPM a dilatação do prazo da entrega do arguido ao poder judicial.

¹⁶³ Art.º 286.º do CPPM.

¹⁶⁴ Art.º 132.º do CPPM conjugado com art.º 68.º do Código Penal moçambicano (CPM).

¹⁶⁵ Valente, M. M. G (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 344.

suspensão ou limitação temporária em virtude da declaração do estado de guerra, estado de exceção (estado de sítio ou de emergência), sendo que a suspensão ou limitação tem um carácter geral e abstrato e devem ter a fundamentação legal bem especificada¹⁶⁶. Por sua vez, o artigo 288.º da CRM faz menção às detenções levadas a cabo no âmbito do estado de exceção (estado de sítio ou de emergência) já mencionados no nosso trabalho de investigação para ser presente ao juiz, no prazo máximo de dez dias.

IV.1.4. Da “Prisão” em Flagrante Delito no Regime Jurídico Moçambicano

O ordenamento jurídico moçambicano fala da “prisão em flagrante delito”¹⁶⁷ que parece-nos ser uma expressão muito forte. Neste sentido, acreditamos que o legislador escreveu prisão quando na verdade quis dizer detenção. Aliás, a detenção é uma medida de carácter essencialmente cautelar ao que Germano Marques da Silva acrescenta ainda outras características como a “natureza precária, temporária ou provisória com finalidades específicas”¹⁶⁸.

Só há lugar à detenção quando o crime praticado for punível com pena de prisão, neste caso estamos a falar dos crimes públicos¹⁶⁹ e semipúblicos, conforme o n.º 1 do artigo 333.º do CPPM. Tratando-se do crime semipúblico, “a detenção do suspeito só se mantém quando em acto a ela seguido, o titular de direito de queixa o exerça”¹⁷⁰, ficando a mesma registada em auto escrito. Após a detenção, a entidade policial que a tiver efetuada deve comunicar imediatamente ao Juiz que emitiu o mandado, se a mesma tiver a finalidade de assegurar a presença imediata do detido em ato processual, e ao Ministério Público (MP) nos demais casos.

O regime jurídico moçambicano prevê a entrada da APC/OPC em domicílio ou local não aberto ao público onde está a ser praticado o crime ou ainda onde o infrator se encontra abrigado exibindo a ordem de captura (artigo 302.º do CPPM). Como uma das salvaguardas

¹⁶⁶ Art.º 72.º da CRM.

¹⁶⁷ Art.º 287.º do CPPM tem como epígrafe “Prisão em flagrante delito”.

¹⁶⁸ Silva, G. M. (2008). *Curso de Processo Penal II*, 4.ª Edição, Lisboa, Verbo, Revista actualizada, p. 209.

¹⁶⁹ Os crimes em que o procedimento criminal não depende de queixa nem da acusação particular. Crime semipúblico quando o procedimento criminal depende de queixa por parte do ofendido ou dos seus representantes. Crime particular o procedimento criminal depende de queixa ou denúncia e de acusação particular.

¹⁷⁰ Art.º 292.º do CPPM.

do direito à liberdade do arguido a entidade policial providencia para que o mesmo seja entregue no mais curto prazo possível a autoridade judiciária sob pena de incorrer em crime e consequentemente, em processo disciplinar ao nível interno.

Em alguns casos os elementos policiais não apresentam o arguido detido a autoridade judiciária dentro do prazo de quarenta e oito horas, ficando o arguido a aguardar nas instalações policiais. Esta situação tem a ver com vários fatores a saber: o desconhecimento da lei por parte de alguns elementos policiais; burocracia processual; fraca coordenação entre a PRM e outras entidades do sistema de justiça criminal.

IV.1.5. Da “Prisão Preventiva” Fora de Flagrante Delito no Regime Jurídico Moçambicano

À luz do quadro legislativo vigente em Moçambique nomeadamente, o CPPM, à semelhança daquilo que acontece com a detenção em flagrante delito, o legislador mais uma vez utiliza a expressão “prisão preventiva” quando no nosso entender seria detenção. Segundo o artigo 291.º e seguintes do CPPM, a “prisão preventiva” fora de flagrante delito só é legítima quando se verificarem cumulativamente os seguintes pressupostos, a saber: em caso de crime doloso punível com pena de prisão superior a um ano; por forte suspeita¹⁷¹ da prática do crime pelo arguido e, pela inadmissibilidade provisória ou insuficiência desta para a realização dos seus fins. No mesmo sentido, também é admissível a “prisão” fora de flagrante delito, em caso de incumprimento das condições impostas para arguido em liberdade provisória.

A própria lei estabelece os casos em que não são aceites a liberdade provisória, devendo às autoridades efetuar a “captura” do arguido quando forem praticados os crimes puníveis com as penas previstas nos números 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do artigo 55.º do Código Penal Moçambicano (CPM) e quando os crimes forem praticados por reincidentes, vadios ou análogos, compreendendo a pena de prisão superior a um ano, conforme as alíneas *a)* e *b)* do n.º 2 do artigo 291.º do CPPM. Ou seja, entendemos que se deve estabelecer um padrão de atuação para os crimes mais graves evitando o risco das decisões da PRM basearem-se no poder discricionário. Assim, fica claro que quando estiver em causa o referido catálogo

¹⁷¹ Há forte suspeita da prática do crime quando se encontra comprovado o seu cometimento pelo arguido.

criminal estão reunidos os pressupostos para se proceder a detenção ou captura como refere o regime jurídico moçambicano.

Importa referir que a liberdade individual prevalece quando se verifica que o crime foi cometido em situações que atenuam a responsabilidade criminal do arguido (por exemplo em legítima defesa, estado de necessidade) e nos casos já mencionados de crime semipúblico ou particular, ou seja, as autoridades policiais não devem efetuar a detenção do arguido¹⁷².

O artigo 293.º do CPPM foi declarado inconstitucional pelo Acórdão n.º 04/CC/2013, de 17 de setembro, proferido pelo Conselho Constitucional, por prever que os Diretores, Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal (PIC), os Oficiais da PRM e os Administradores de Conselho de Distrito ou Presidentes de Conselho Executivo de localidade, onde não haja oficiais da Polícia pudessem emitir mandado/ordem de captura ou detenção fora de flagrante delito. Esta decisão parece-nos importante e defendemos que só o juiz e MP em casos previstos na lei têm a competência para ordenar a detenção de um cidadão fora de flagrante delito, restringindo assim o seu direito à liberdade.

IV.2. Noção de Flagrante Delito no Ordenamento Jurídico Português

No que diz respeito a esta matéria o ordenamento jurídico português prevê que flagrante delito compreende “todo o crime que se está a cometer ou se acabou de cometer. Também é considerado flagrante delito, o caso em que o agente for, logo após ao crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com objectos ou sinais que mostrem claramente que acabou de o cometer ou nele participar”¹⁷³.

Como já referimos o CPPP também prevê três situações que integram o flagrante delito, a saber: a situação de flagrante delito propriamente dito; o quase flagrante delito e a presunção de flagrante delito. Segundo Germano Marques da Silva, o principal fundamento presente na detenção em flagrante delito é o facto de o infrator ser surpreendido no momento em que pratica o crime ou com sinais que o associa a prática do mesmo, sendo que todos esses aspetos legitimam a detenção por parte de qualquer autoridade, entidade policial e de qualquer cidadão¹⁷⁴.

¹⁷² Art.º 292.º do CPPM.

¹⁷³ Crf. art.º 256.º do CPPP.

¹⁷⁴ Silva, G. M. (2008). *Curso de Processo Penal II*, 4.ª Edição, p. 266.

Tanto o regime jurídico moçambicano, como o regime jurídico português a conceção de flagrante delito são muito semelhantes, o que nos ajuda a perceber melhor como os dois países lidam com estas matérias, que é muito sensível e, por sinal, também muito complexa, atendendo aos bens jurídicos protegidos pelo direito. Na esteira de Germano Marques da Silva, o flagrante delito¹⁷⁵ tem como características: a evidência quanto a prova, a atualidade e a presença de testemunhas¹⁷⁶.

No quase flagrante delito¹⁷⁷, como o próprio nome diz, o infrator não é apanhado a cometer o crime, mas é logo surpreendido instante após o ter praticado, ainda no local onde cometeu o crime. O fator surpresa associado ao local e a infração em si evidenciam o seu autor¹⁷⁸ e por fim, na presunção de flagrante delito¹⁷⁹ o infrator não é apanhado a praticar o crime ou logo após o seu cometimento, nem no local do mesmo. Considera-se quase flagrante delito, quando, imediatamente a seguir a um crime, se dá a perseguição do mesmo por entidade policial, judicial ou por qualquer cidadão, quando não tiver presente no local entidade policial ou judicial e não for possível contactá-las atempadamente, contudo o cidadão detido deverá ser entregue imediatamente a uma das referidas entidades conforme consagra no n.º 2 do artigo 333.º do CPPM.

IV.2.1. Finalidades da Detenção à Luz do Ordenamento Jurídico Português

O artigo 27.º da CRP, que tem como epígrafe *direito à liberdade e à segurança*, consagra os casos em que o cidadão poderá ser detido: alínea *a*) em flagrante delito; alínea *b*) detenção ou prisão preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso punido com a pena superior a três anos; alínea *c*) prisão, detenção ou outra medida de coação, situação de entrada e permanência ilegal no território português ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão; alínea *f*) detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão do tribunal ou para assegurar comparência perante a autoridade

¹⁷⁵ Consagrado no n.º 1 do art.º 256.º do CPPP e no n.º 1 do art.º 334.º do CPPM.

¹⁷⁶ Silva, G. M. (2008). *Curso de Processo Penal II*, 4ª edição, p. 214 e 215.

¹⁷⁷ Consagrado na primeira parte do n.º 2 do art.º 256.º do CPPP e na primeira parte do n.º 2 do art.º 334.º do CPPM.

¹⁷⁸ Cfr. Ferreira, M. C. (1981). *Curso de Processo* – Vol. 2º, Lisboa, p. 388.

¹⁷⁹ Que tem a consagração na 2.ª parte do n.º 2 do art.º 256.º do CPPP e na 2.ª segunda parte do n.º 2 do art.º 334.º do CPPM.

judiciária competente; alínea g) detenção para identificação; e detenção para internamento de cidadão possuidor de anomalia psíquica.

Em Portugal, a detenção pode ter várias finalidades como se pode perceber com a leitura do artigo 254.º do CPPP. Assim, nos termos do referido artigo às autoridades e/ou qualquer cidadão poderá efetuar a detenção: “para no prazo máximo de quarenta e oito horas, o detido ser apresentado sob forma sumária ou ser presente ao juiz para primeiro interrogatório ou para aplicação ou execução de medida de coação; para assegurar a sua presença imediata ou, não sendo possível, no mais curto prazo, sem nunca exceder vinte e quatro horas e, para aplicação ou execução da medida de prisão preventiva em caso de detenção fora de flagrante delito”¹⁸⁰.

Em todos os casos descritos, a Polícia deve comunicar, imediatamente, ao Ministério Público a detenção para efeitos de validação com exceção dos casos que se inserem na alínea b) do artigo 254.º do CPPP, onde a comunicação deve ser feita ao juiz responsável pelo mandado de detenção. Para Manuel Valente, a detenção constitui uma exceção ao princípio geral da privação da liberdade e só pode ser executada quando estiverem reunidos os pressupostos constitucionais consagrados¹⁸¹.

Contudo, importa destacar que a “detenção como medida cautelar e privativa da liberdade, encerra finalidades próprias ou específicas tendo em conta o cenário factual finalístico da intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC) e da Autoridade de Polícia Criminal (APC) o da Autoridade Judiciária (AJ), independentemente de ser em flagrante ou fora de flagrante delito (...) mas tendo presente a natureza do processo – sob a forma comum ou sob a forma sumária ou sob a forma especial de processo – e a natureza do crime – público, semipúblico ou particular”¹⁸².

Da análise feita ao regime jurídico português e regime jurídico moçambicano notamos que houve da parte do legislador uma preocupação em definir de forma clara o que se pretende com a detenção, ou seja, as suas finalidades.

Como já foi referido no presente trabalho de investigação o direito à liberdade constitui um dos direitos fundamentais mais importantes do Estado de direito democrático,

¹⁸⁰ Art.º 254.º do CPPP.

¹⁸¹ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 344.

¹⁸² *Idem*, p. 46.

ou seja, qualquer Estado democrático deve ter como uma das suas preocupações garantia do direito à liberdade e à segurança dos seus cidadãos.

IV.2.2. Da detenção em Flagrante Delito no Regime Jurídico Português

Em território português só se admite detenção quando tiver em causa os crimes puníveis com pena de prisão, ou seja, crimes de natureza pública ou semipública. Sempre que estiver em causa um crime passível de pena de prisão qualquer autoridade judiciária ou entidade policial procede a detenção e, em caso de ausência dessas entidades, qualquer cidadão pode efetuar a detenção agente do crime conforme o previsto nas alíneas *a* e *b*) do artigo 255.º do CPPP.

Tratando-se da detenção efetuado por um cidadão o mesmo deve imediatamente, apresentar o arguido detido a autoridade policial ou judiciária, devendo a mesma documentar a entrega em auto escrito, conforme o previsto n.º 2 do artigo 255.º, isto é, a partir do momento que o cidadão detentor chega à uma Esquadra policial para entregar o arguido detido por si, a entidade policial, que receber o detido deve(rá) redigir um auto de entrega sob detenção, devendo ainda, de imediato levar ao conhecimento do Juiz que emitiu o mandado de detenção se for para ser presente a autoridade judiciária e em todos os outros casos deve comunicar ao MP¹⁸³. Se o crime praticado for de natureza semipública ou necessário que, logo de seguida, o titular de direito de queixa exerça o seu direito e se assim for o caberá a Autoridade de Polícia Criminal (APC) ou Órgão de Polícia Criminal (OPC) lavrar o auto em que a queixa fique registada.

IV.2.3. Da Detenção Fora de Flagrante Delito no Regime Jurídico Português

Em Portugal só três entidades podem emitir o mandado de detenção fora de flagrante delito, a saber¹⁸⁴:

- o Juiz¹⁸⁵;

¹⁸³ Alínea *b*) do art.º 254.º do CPPP.

¹⁸⁴ Quanto a esta situação consulte o art.º 257.º e seguintes do CPPP.

¹⁸⁵ Quanto a este assunto Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral ...*, 4.ª Edição, p. 357. Defende que está é uma prerrogativa constitucional originária do juiz.

- o MP

- quando existir fundadas suspeitas de que o agente do crime não fosse por iniciativa própria apresentar-se as autoridades judiciais à data marcada,
- quando se verifica as situações art.º 204.º (tendo a detenção efeito acautelador), e
- se for a única forma de garantir a proteção/segurança da vítima;

- As APC podem ordenar a detenção:

- quando estiver em causa crime onde se pode aplicar a prisão preventiva;
- indícios que indiquem o receio de fuga ou de continuação da prática do crime;
- em caso que é possível aguardar pela chegada da autoridade judiciária (por exemplo nos casos em que a demora poderá pôr em causa a segurança das pessoas).

Segundo Manuel Valente, o MP e APC reforçaram as competências na matéria referente a detenção fora de flagrante delito com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2010, de 30 de agosto¹⁸⁶. Para o Autor o facto do legislador “dotar as APC de um instrumento jurídico-processual cuja concordância com a Constituição se nos afigura duvidosa (...) na era tecnológica e, mais grave, na era dos tribunais de turno”¹⁸⁷. Importa referir que o mandado deve obedecer os pressupostos estabelecidos no art.º 258.º do CPPP para serem válidos. Na verdade, a detenção em flagrante delito é uma exceção a regra e deve-se cumprir os pressupostos consagrados no n.º 2 artigo 27.º da CRP. Manuel Valente defende que a “detenção fora de flagrante delito e a ordem de detenção têm de preencher pressupostos materiais¹⁸⁸ – devem aferir-se conforme a entidade que emite o mandado ou ordem de detenção: juiz, MP ou APC; pressupostos formais¹⁸⁹ ou mandado de detenção emitido pelo Juiz ou MP ou mandado/ordem emitido/pela APC”¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 354.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 355.

¹⁸⁸ No que diz respeito aos pressupostos materiais artigos 141.º do CPPP, n.º 1 do art.º 254.º, al. b) do n.º 1 do art.º 254.º 116.º do CPPP.

¹⁸⁹ Quanto aos pressupostos formais o art.º 258.º do CPPP.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 358-362.

IV.3. Prisão Preventiva

A prisão preventiva tem a consagração no artigo 64.º da CRM e nos artigos 286.º e 291.º do CPPM, é também uma medida de privação da liberdade, mas não é igual à detenção. Pois, a prisão preventiva é a medida de coação de privação de liberdade mais gravosa para a liberdade da pessoa sobre a qual recai pelo que, como refere Manuel Valente, “reveste ou devia revestir carácter excepcional e subsidiário, por privar o preso preventivo da liberdade pessoal por decisão de um juiz”¹⁹¹, como se pode retirar da leitura do artigo 28.º da CRP e 202.º do CPPP. O juiz aquando da aplicação desta medida de coação deve ter em conta os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

A prisão preventiva destina-se a assegurar o cumprimento de obrigações a que o arguido, como tal, se encontra sujeito, contudo, não se deve privar a liberdade do cidadão quando outros meios menos gravosos garantam o cumprimento dessas obrigações.

IV.4. Presunção de Inocência

Conforme o consagrado na DUDH o direito a presunção de inocência significa que “toda pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas”¹⁹².

A CRM consagra o princípio da *presunção de inocência* até a decisão judicial definitiva bem como a CRP¹⁹³, logo a Polícia está obrigada a cumprir este imperativo constitucional no âmbito da sua atuação. Fica claro que deve sempre prevalecer a liberdade individual. O cidadão só poderá ser privado a sua liberdade em casos em que a própria lei prevê. A presunção de inocência vem acabar com a presunção de culpa como a primeira medida a ser adotada pelos elementos policiais.

A Polícia não pode restringir os direitos, liberdades e garantias individuais com base em simples deduções, por razões políticas, religiosas, culturais ou económicas. De acordo

¹⁹¹ Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral...*, 4.ª Edição, p. 366.

¹⁹² N.º 1 do art.º 11.º da DUDH.

¹⁹³ N.º 2 do art.º 59.º do CRM, art.º 32.º, n.º 2 da CRP, do mesmo modo confere al. b) n.º 1, do art.º 7.º, n.º 2, do art.º 8.º da CADHP e n.º 2, do art.º 6.º da CEDH

com Manuel Valente, o princípio da presunção de inocência preenche conteúdo do princípio da presunção de inocência até trânsito em julgado. Na mesma esteira, Germano Marques da Silva reforça que à presunção de inocência implica a que “toda decisão condenatória deve ser precedida sempre de uma suficiente actividade probatória, impedindo a condenação sem provas”¹⁹⁴.

IV.5. Libertação por Detenção Ilegal

Sempre que uma autoridade judiciária ou autoridade de polícia criminal ordenar ou efetuar a detenção de um cidadão quando não tiverem preenchidos os pressupostos previstos na Constituição e na lei a mesma deve proceder ou ordenar a libertação imediata do cidadão detido.

O n.º 1 do artigo 261.º do CPPP determina a libertação imediata em caso detenção por erro sobre a pessoa; casos em que não era legalmente admissível a detenção ou que a medida se torne desnecessária. Na perspetiva de Manuel Valente, a libertação imediata ou ordem de soltura vem reforçar a ideia da defesa do princípio da legalidade da detenção ao mesmo tempo que serve de controlo da própria detenção através do despacho fundamentado por parte da autoridade judiciária - MP e Juiz de Instrução Criminal (JIC)¹⁹⁵.

IV.6. Habeas Corpus em Virtude de Detenção Ilegal

Esta é uma faculdade da qual dispõe o cidadão detido ilegalmente, ou seja, quando a detenção é feita à margem da lei. A CRP consagra que haverá *habeas corpus* “quando existir o abuso de poder, em caso de prisão ou detenção ilegal devendo o arguido ou outras pessoas permitidas por lei requer junto do tribunal competente conforme o artigo 31.º da CRP.

Na mesma esteira, o artigo 66.º da CRM prevê a providência de *habeas corpus* perante a prisão ou detenção ilegal por parte do cidadão. Tanto a CRP como a CRM só consagram a providência de *habeas corpus* cabendo o CPPP e CPPM a sua regulação.

Assim, no CPPP o regime de *habeas corpus* encontra-se regulado nos artigos 220.º a 244.º do referido diploma. Segundo o Acórdão de Supremo Tribunal de Justiça (Ac. STJ) de

¹⁹⁴ Silva, G. M. (2008). *Curso de Processo Penal*, 4.ª Edição, Revista e Actualizada. p. 122.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 366.

19-11-2008, sobre a providência de *Habeas corpus* e atualidade da prisão ou detenção ilegal destacamos que o pedido de *habeas corpus*, deve ser apresentado enquanto estiver a decorrer a ilegalidade, detenção ou prisão.

Na verdade, a providência de *habeas corpus* tem um carácter excecional, e visa garantir a liberdade individual contra o abuso de autoridade¹⁹⁶. Na mesma esteira Germano Marques da Silva ensina que a providência de *habeas corpus* tem “por finalidade resolver de imediato situações actuais de detenção ilegal”¹⁹⁷. Pois o Autor refere que o *habeas corpus* “não é um recuso, é uma providência extraordinária com a natureza de ação autónoma com fim cautelar, destinada a pôr termo em muito curto espaço de tempo a uma situação de ilegal da privação de liberdade”¹⁹⁸.

O n.º 1 do artigo 220.º do CPPP e artigo 312.º do CPPM consagram os pressupostos para se interpor a providência de *habeas corpus* a saber:

- a) quando o prazo para a entrega ao poder judicial for excedido;
- b) quando a detenção for mantida fora dos locais legalmente permitidos;
- c) detenção efetuada ou ordenada por entidade incompetente;
- d) detenção motivada por facto pelo qual a lei não permite.

IV.7. Breve Análise da Jurisprudência Moçambicana

Resta-nos, agora, recorrer a jurisprudência para tentar perceber como é que se tem tratado o direito à liberdade e à segurança no Estado de direito democrático, ou seja, tentar perceber como é que os tribunais têm selecionado as demandas entre estes dois direitos fundamentais sobretudo, quando há restrição da liberdade no âmbito da atuação policial ou no âmbito das medidas cautelares de polícia (detenção, condução à uma Esquadra para identificação, revista e buscas). Pretendemos somente focar em aspetos que se relacionam com o objeto de estudo ficando de fora tudo que não faça parte do mesmo.

¹⁹⁶ Ferreira, M. C. (1986). *Curso de Processo Penal* – Vol. 1, Editora Danúbio, Lda, p. 273.

¹⁹⁷ Silva, G. M. (2008). *Curso de Processo Penal*, 4.ª Edição, Revista e Actualizada, p. 280.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 357.

IV.7.1. Acórdão do Conselho Constitucional de Moçambique¹⁹⁹

O Acórdão n.º 04/CC/2013, de 17 de setembro, descreve um caso em que vários cidadãos viram a sua liberdade ser restringida por entidades Magistrado do Ministério Público diretores, Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal, oficiais da Polícia da República de Moçambique com funções de comando, administradores de distrito, chefes de posto administrativo ou presidentes de conselho executivo de localidade, respetivamente, onde não haja oficiais da polícia com funções de comando previstas nos números 1, 2 e 3 do art.º 293.º do CPPM.

Os requerentes entendem que, ao atribuir poderes de ordenar, por escrito, a “prisão preventiva” fora de flagrante delito as referidas entidades contrariam o princípio da liberdade consagrado nas disposições conjugadas dos artigos 59.º e n.º 1 do 64.º da CRM. Consideram que a supracitada disposição legal contraria os princípios constitucionais da liberdade e da separação de poderes, ao atribuir ao Magistrado do Ministério Público²⁰⁰ competência ordinária de determinar “prisão preventiva” fora de flagrante delito e não a título excecional na ausência do juiz.

Os números 1, 2, e 3 do artigo 293.º CPPM refere que os Diretores, Inspectores, Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal; os Oficiais da PRM com funções de comando; os administradores de distrito, chefes de postos administrativos ou presidentes de conselho executivo de localidade, onde não haja oficiais da Polícia com funções de comando podem ordenar a “prisão fora de flagrante delito”.

Por estar em causa os direitos, liberdades e garantias individuais partilhamos e concordamos com a decisão do Conselho Constitucional em declarar as normas constantes no referido artigo inconstitucional com a fundamentação de que:

- a) A manutenção da prisão preventiva, mandado de captura “prisão preventiva” fora de flagrante delito compete exclusivamente à autoridade judicial plasmado nos números 2 e 4 do artigo 64, números 1 e 2 do artigo 212.º todos da CRM;

¹⁹⁹ Preferido pelos Juizes Conselheiros do Conselho Constitucional de Moçambique.

²⁰⁰ Ao MP compete entre outras funções, especialmente, exercer a ação penal; dirigir a instrução dos processos-crimes; fiscalizar/validar os atos processuais dos OPC nos termos das alíneas a), c), j) e q) do art.º 4.º da Lei n.º 22/2007, de 1 de agosto.

- b) A atribuição de competência a essas entidades para ordenarem “prisão preventiva” fora de flagrante delito viola o princípio da separação de poderes consagrado no artigo 133.º da CRM.

Temos aqui um exemplo claro de que os direitos, liberdades e garantias individuais não podem ser restringidos fora dos termos previsto na lei. Isto é, só o juiz pode ordenar ou validar uma “prisão”/detenção fora de flagrante delito porque como já referimos é uma medida restritiva da liberdade. Num Estado de direito democrático, as autoridades administrativas não possuem competências para praticar um ato tão lesivo dos direitos fundamentais, contudo a PRM tem a competência para efetuar a detenção em cumprimento de mandado de captura (mandado de detenção) emitido por AJ competente.

A função judicial é da responsabilidade dos tribunais conforme consagrado na lei²⁰¹, sendo que é a única competente para decidir as situações referentes às detenções efetuadas pelos OPC a saber: a validação e manutenção da prisão sem culpa formada²⁰².

No âmbito das suas competências os magistrados judiciais, especialmente Juiz de Instrução Criminal (JIC) tem grandes responsabilidades no que diz respeito as medidas restritivas dos direitos, liberdades e garantias individuais com destaques para as seguintes medidas de acordo com o n.º 2 do artigo 1 da Lei n.º 2/93, de 24 de junho, que Institui Juiz de Instrução criminal:

- a validação e manutenção das capturas;
- as decisões sobre liberdades provisórias;
- os mandados de buscas e apreensão de objetos e instrumentos do crime;
- a aplicação de medidas de segurança;
- a admissão de assistente
- entre outras.

²⁰¹ Cfr. o art.º 2.º da Lei n.º 24/2007, de 20 de agosto, que aprova a Lei Orgânica Judiciária.

²⁰² Consagrado no n.º 2 do art.º 64.º da CRM.

IV.8. Medidas Cautelares e de Polícia

As medidas cautelares e de polícia compreende um conjunto de ações desenvolvidas pelos elementos policiais tendo em vista a assegurar e preservar os meios de provas. No regime jurídico português as medidas cautelares e de polícia encontra-se previsto em vários diplomas: artigos 248.º a 253.º do CPPP, nos artigos 28.º a 34.º da LSI e na própria Lei Orgânica da PSP.

No caso de Moçambique embora o CPPM não tenha consagrado um artigo com epígrafe medidas cautelares e de polícia, reunimos aqui alguns artigos que falam dos atos desenvolvidos pela polícia que ao nosso ver, dizem respeito as medidas cautelares e de polícia, começamos por destacar os atos previstos nos artigos 160.º e 202.º do CPPM. O art.º 7.º da Lei Orgânica da PRM consagra de forma expressa as medidas cautelares e de polícia. Pois, é no âmbito das medidas cautelares e de polícia que se verificam as privações ou restrições dos direitos fundamentais dos cidadãos, em especial o direito a liberdade. As medidas cautelares e de polícia podem materializar-se em detenção de suspeitos, a realização de buscas e revistas, localização celular entre outras.

V. CONCLUSÃO

O direito à liberdade e à segurança são direitos fundamentais e inalienáveis pelo que ninguém pode ficar privado de usufruir dos mesmos senão nos termos previstos na lei (artigo 59.º da CRM e artigo 27.º da CRP).

A globalização tem sido uma “espécie de moeda” com duas faces que se por um lado trouxe inúmeras vantagens ao nível económico, cultural e social por outro lado trouxe também graves problemas ao nível da liberdade e segurança. Vivemos, atualmente, uma visão simplista do mundo, facilitada pela era da informação e do conhecimento, [com] “novos aceleradores da mudança” como a demografia e a globalização, que exponenciam algumas ameaças e riscos [à liberdade e à segurança dos cidadãos]”²⁰³, fruto da mudança de paradigma no conceito de segurança que passa a privilegiar a segurança humana.

O grande desafio do Estado de direito democrático é como lidar com estas ameaças e riscos sem violar os direitos fundamentais dos cidadãos face aos novos desafios securitários. Aliás, a propósito desta situação assistimos a vários atos terroristas por todo o mundo com destaque para os atentados perpetrados por Estado Islâmico na Europa e pelo Grupo *Boko Haram* em África, causando grande inquietação e insegurança no seio das respetivas populações.

A PRM²⁰⁴ como organismo legítimo para garantir o direito à liberdade e à segurança aos cidadãos moçambicanos deve primar pelo cumprimento das normas constitucionais e das leis e, só em casos justificáveis poderá desencadear uma medida restritiva ou privativa da liberdade. Assim e recorrendo à DUDH, reforçamos “que todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”²⁰⁵. No mesmo sentido, a CEDH consagra que “toda a pessoa tem direito à liberdade e a segurança [sendo que] ninguém pode ser privado da sua liberdade”²⁰⁶. A CADHP também refere que “todo o indivíduo tem direito à liberdade e à segurança da sua pessoa [pois] ninguém pode ser privado da sua liberdade, salvo por motivos e em condições previamente determinada pela lei (...)”²⁰⁷. E por fim, a CRM consagra que

²⁰³ Borges, J. J. V. (2013). *As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades*, In: Revista Militar n.º 2532 – janeiro, p. 2.

²⁰⁴ N.º 1 do art.º 254.º da CRM.

²⁰⁵ Cfr. art.º 3.º da DUDH.

²⁰⁶ Cfr. art.º 5.º da CEDH.

²⁰⁷ Cfr. art.º 6.º da CADHP.

“(…) todos têm direito à segurança, e ninguém pode ser preso e submetido a julgamento senão nos termos da lei”²⁰⁸.

Está claro que o regime jurídico moçambicano prevê casos em que a atuação da PRM²⁰⁹ pode ter carácter restritivo ou limitativo do direito à liberdade individual a saber:

1. Para a salvaguarda de outros direitos ou interesses protegidos pela Constituição;
2. Os direitos, liberdades e garantias só podem ser limitados/restringidos nos casos expressamente previstos na Constituição;
3. As restrições legais dos direitos e das liberdades devem revestir carácter geral e abstrato não podendo possuir efeito retroativo.

Fora dos casos previstos na lei as APC/OPC não podem restringir ou limitar os cidadãos de usufruírem dos seus direitos de maneira alguma sob pena de a sua atuação vir a ser considerada ilegal, e consequentemente, ser aberto um processo crime e disciplinar para o elemento que intervir a margem da lei.

Considera-se, assim, justificada uma detenção como medida (cautelar e de polícia) limitativa ou restritiva do direito à liberdade por parte da PRM ao cidadão que for apanhado em flagrante delito em toda a sua forma a cometer um crime punível com pena de prisão. Já fora de flagrante delito²¹⁰ é preciso que se verifique cumulativamente os requisitos que a lei prevê e que referimos ao longo do nosso estudo.

Quando se analisa os limites da atuação policial em função dos conflitos gerados entre direito à liberdade e à segurança no Estado de direito democrático, evidencia-se logo a ideia do equilíbrio, que é algo muito complexo tendo em conta a nova dinâmica social que se vive atualmente no mundo, e Moçambique não é exceção.

Contudo, apontamos a “legitimidade, a autoridade e a credibilidade da [PRM] perante os seus cidadãos (...) advêm precisamente do cumprimento dos objetivos a que (...) se propõe [como a segurança] dentro dos limites da lei”²¹¹. Como qualquer outro regime político o regime democrático também requer tempo para poder satisfazer os anseios da

²⁰⁸ N.º 1 do art.º 59.º da CRM.

²⁰⁹ N.º 2, 3 e 4 do art.º 59.º da CRM.

²¹⁰ Art.º 291.º CPPM.

²¹¹ Wilkison (2011, p. 95). In: Duque, R. (2015). *Singularidade da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*. In: Correia, E. P. (coord.). *Liberdade e Segurança*, Lisboa: ISCPSI, p. 67.

população, estamos consciencializados de que Moçambique como um Estado de direito democrático ainda não atingiu o patamar desejado por ser uma democracia relativamente jovem que vai ganhando maturidade ano após ano. No entanto, isso não deve pôr em causa o bom funcionamento da PRM, que é o órgão por excelência com a incumbência para garantir o normal funcionamento das instituições e as condições necessárias para os cidadãos gozarem dos direitos consagrados na Constituição e na lei.

Assim, a atuação policial no Estado de direito só é legítima quando se verifica o cumprimento da sua missão em subordinação dos princípios constitucionalmente estabelecidos, nomeadamente, princípio da constitucionalidade e da legalidade, da proporcionalidade em *lato sensu* ou proibição de excesso (adequabilidade, *exigibilidade ou da necessidade, proporcionalidade em sentido restrito ou da razoabilidade*), da igualdade, da justiça, da imparcialidade, do interesse público, da isenção e da boa-fé. Ao nosso ver qualquer atuação policial, que respeite estes princípios, respeita igualmente os direitos, liberdades e garantias individuais e alcançará o tão desejável equilíbrio entre o direito à liberdade e à segurança digno de um Estado de direito democrático.

Quanto ao objetivo geral do nosso estudo face à revisão da literatura feita ao longo do nosso trabalho, foi possível verificar que o direito à liberdade e à segurança carregam grande valor jurídico-constitucional, pois a liberdade e segurança são valores jurídicos fundamentais e, como tal, estão consagrados na CRM, que é uma Constituição do Estado de direito democrático. Logo, a atuação policial deve-se salvaguardar sempre estes dois direitos.

E, no que diz respeito aos objetivos específicos que estabelecemos para o presente estudo entendemos que num Estado de direito democrático, a Polícia não está acima da lei, ou seja, subordina-se à Constituição e à lei. Portanto, ao longo do capítulo III do presente estudo elencamos os princípios da atuação policial.

Quanto aos principais constrangimentos apontamos o equilíbrio desejável entre direito à liberdade e direito à segurança e a limitação ou restrição de um direito face ao outro.

Verificamos, ainda, que a detenção [*prisão*] como forma de privação do direito à liberdade e garantia do direito à segurança dos cidadãos fazem parte das medidas cautelares e de polícia e reveste carácter precário, temporário e carece de validação do juiz.

E, por fim, constatamos que as detenções/prisão restringem ou limitam a liberdade do cidadão, contudo isso não significa necessariamente mais segurança. Podemos, assim, afirmar que os nossos objetivos foram cumpridos.

V.1.1. Limitações da Investigação e Orientações Futuras

Inicialmente era nossa intenção a realização de entrevistas a alguns Magistrados Judiciais e Oficiais da PRM para tentar perceber a perceção que se tem sobre a problemática em estudo, contudo não foi possível por seguintes motivos:

- o facto de a investigadora encontrar-se fora do país sobre o qual incide o estudo;
- não foi possível obter resposta positiva por parte dos visados atempadamente.

A fraca bibliografia moçambicana sobre o tema em estudo também se afigura no leque das limitações do presente estudo.

A presente investigação marca o primeiro passo para os futuros estudos numa área sensível - direitos fundamentais e a atuação policial – pois, fica claro o papel da PRM na sociedade moçambicana e a forma como a mesma deve cumprir a sua missão. Contudo, para estudos futuros seria de todo pertinente, analisar o modelo de atuação da PRM. Pois, entendemos que o modo de agir da Polícia dita, se a mesma cumpre ou não os preceitos constitucionais e, conseqüentemente, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias individuais.

Lisboa e ISCPSI, 26 de junho de 2017

Ruth Armando Chau

Aspirante a Oficial de Polícia, n.º 800031/44M

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, D. F.** (1996). *Curso de Direito Administrativo*, Vol. I, 2.^a Edição. Coimbra: Almedina.
- Amaral, D. F.** (1988). *Direito administrativo* – Volume II, Lisboa.
- Andrade, J. V.** (2012). *Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.^a Edição, Coimbra: Almedina, p. 309.
- Andrade, J. C. V.** (2001). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 2.^a Edição, Coimbra: Almedina.
- Araújo, E. N.** (2009). *Curso de Direito Administrativo*, 4.^a Ed., São Paulo: Editora Saraiva
- Ascensão, J. de O.** (2001). *O Direito: Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 11.^a Edição, Revista, Coimbra: Almedina.
- Beleza, T. P. e Pinto, F. C.** (2015). *Enciclopédia de Direito e Segurança*, coordenação: Gouveia, J. B e Santos, S. - Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa.
- Bobbio, N.** (2000). *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Borges, J. J. V.** (2013). *As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e Realidades*, In: Revista Militar N.º 2532 – janeiro.
- Caetano, M.** (2004). *Manual de Direito Administrativo* – Vol. II, 7.^a Reimpressão da 10.^a Edição, Coimbra: Almedina.
- Caetano, M.** (2009). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6.^a Ed., Tomo I, Reimpressão, Coimbra: Almedina.
- Canotilho, G. e Moreira, V.** (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.^a Edição, Coimbra, Editora Coimbra.
- Canotilho, G.** (1999). *Direito Constitucional e teoria da Constituição*, Almedina. 3.^a Edição – Reimpressão.
- Canotilho, G. e Moreira, V.** (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Vol. I, 4.^a Edição, Coimbra: Coimbra Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M.** (1998). *Metodologia de investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Clemente, P. J. L.** (2009). *A Ordem em Público*. In: Valente, M. M. G. (Coord), *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*, Coimbra: Almedina.

- Clemente**, P. J. L (2015). *Cidadania Polícia e Segurança*, Lisboa- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Coutinho**, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*, Coimbra: Almedina.
- Correia**, E, P. (2015). *Liberdade e Segurança*, Lisboa: ISCPSI.
- Dias**, M. D. A. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*, Coimbra: Almedina.
- Duque**, R. (2015). *Singularidades da Coexistência da Liberdade e da Segurança em Democracia*. In, Correia, E. P, (coord.), *Liberdade e Segurança*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Espírito Santo**, P. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Silabo.
- Faria**, M. J. (1992). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, Lisboa: Escola Superior de Polícia.
- Faria**, M. J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Vol. I, 3.^a Edição. Revista e Ampliada, Lisboa: ISCPSI, 2001, p. 103-104.
- Ferreira**, C. (1986). *Curso de Processo Penal* – Vol. 1, Editora Danúbio, Lda.
- Ferreira**, M. C. (1981). *Curso de Processo Penal* – Vol. 2º, Lisboa.
- Fernandes**, J. A. (1991). *Ciência Política, Teorias, métodos e Temáticas*, Escola Superior de Polícia.
- Fernandes**, J. A. (2004). *Poder Político e a Segurança Interna*, In: Valente, M. M. G. (coord), *I Colóquio de Segurança Interna*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes**, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*, Lisboa, Edição ISCPSI.
- Feldens**, L (2012). *Direitos Fundamentais e Direito Penal – A Constituição Penal* -, 2.^a Edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Fontes**, J. (2015). *A Superioridade Ética do Estado*. In Correia, E. P. (coord). *Liberdade e Segurança*. ISCPSI-ICPOL. Lisboa.
- Lara**, A. de S. (2009). *Ciência Política - Estudo da Ordem e da Subversão*, 5.^a Edição, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Manuel**, H. (2015). *A Investigação Criminal no Estado de Direito Democrático: Autonomia e Dependência da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI.

- Matsimbe, M. A.** (2012). *Detenção em flagrante delito – Comparação dos regimes jurídicos vigentes em Moçambique e Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI
- Miranda, J.** (2013). *Manual de Direito Constitucional*, Tomo VI, 4.^a edição, Coimbra Editora.
- Moreira, A. e Melo, B.** (2009). *A Administração da Justiça no estado de direito democrático: o Caso português*, Faculdade de Direito de Coimbra.
- Novais, J. R** (2004). *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora.
- Samanango, M.** (2016). *Atuação Policial no Estado de Direito Democrático no contexto guineense: uma polícia em afirmação*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCPSI.
- Santos, A. R.** (2007) *A Origem do Estado*, *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, ISCSP-UTL, n.º 1.
- Raposo, J.** (2006). *Direito Policial – I*, – ICPOL-ISCPSI, Coimbra: Almedina.
- Rawls, J.** (1993). *Uma Teoria para Justiça*, (Tradução de Correia, C. P.), Lisboa: Editorial, p.197.
- Rebelo, M. de S. e Salgado, A de M.** (2004). *Direito Administrativo Geral- Introdução e Princípios Fundamentais*, Tomo I, Lisboa, Dom Quixote.
- Silva, G. M.** (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*, ISCPSI.
- Silva, G. M.** (2008). *Curso de Processo Penal II*, 4.^a Edição Revista e Actualizada, Verbo, Lisboa.
- Silva, G. M.** (2009). *Introdução ao Estudo do direito*, 3.^a Edição, Revista e Actualizada, Lisboa: Universidade Católica.
- Valente, M. M. G.** (2006). *Da Polícia da República de Moçambique* (Parecer). Por solicitação do Coordenador do Projecto “Apoio ao Cidadão no Acesso a Justiça”, da União Europeia/ Programa da Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento (PNUD), supervisionado pelo Ministério da Justiça da República de Moçambique, março de 2006 (Coordenador científico da obra).
- Valente, M. M. G.** (2009). *Teoria Geral do Direito Policial*, 2.^a Edição, Coimbra: Almedina.
- Valente, M. M. G.** (2012). *Teoria geral do Direito Policial*, 3.^a Edição, Coimbra: Almedina.
- Valente, M. M. G.** (2013). *Do Ministério Público e da Polícia: Prevenção criminal e acção penal como execução de uma política criminal do ser humano*, Lisboa: UC.
- Valente, M. M. G.** (2014). *Ciências Policiais: Ensaio*, Lisboa, Universidade Católica, Unipessoal.

Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, 4.^a Edição, Coimbra, Lisboa: Almedina.

Valente, M. M. G. (2015). *Liberdade e Segurança – Olhar Integrador*, In: Correia, E. P. (coord.), *Liberdade e Segurança*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Zippelius, R. (1997), *Teoria Geral do Estado*, 3.^a Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Legislação

Acordo de Lusaka, assinado em 07 de setembro, de 1974. Que um ano depois se materializou na criação do Decreto-Lei n.º 54/75, de 17 de maio, do Governo de Transição.

Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

Código de Processo Penal Moçambicano.

Código de Processo Penal Português (alteração Lei n.º 40-A/2026, de 22 de dezembro).

Constituição da República de Moçambique, BR n.º 51.º I Série, de 22 de dezembro de 2004. Editora Minerva Press.

Constituição da República Portuguesa.

Convenção Americana sobre os Direitos dos Homens.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Declaração de Direitos de Virgínia.

Declaração Universal dos Direitos dos Homens.

Lei n.º 2/93, de 24 de junho, que Institui Juiz de Instrução criminal.

Lei n.º 14/2011, de 10 de agosto, que Regula a Formação da Vontade da Administração Pública, estabelece as normas de defesa dos direitos e interesses dos particulares.

Lei n.º 7/2012, de 8 de fevereiro, que aprova a Lei de Base da Organização e Funcionamento da Administração Pública de Moçambique.

Lei n.º 12/2012, de 8 de fevereiro - Altera a Lei n.º 22/2007, de 1 de agosto. Lei Orgânica do Ministério Público e o Estatuto dos Magistrados do Ministério Público de Moçambique.

Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia da República de Moçambique.

Lei n.º 17/97, de 1 de outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança de Moçambique.

Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro, cria a Polícia da República de Moçambique.

Lei n.º 24/2007, de 20 de agosto, que aprova a Lei Orgânica Judiciária.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. Lei da Segurança Interna de Portugal.

Lei n.º 26/2010, de 30 de agosto. Décima nova alteração ao Código de Processo Penal.

Magma Carta Libertatum.

Jurisprudência

Acórdão de Supremo Tribunal de Justiça de Portugal (Ac. STJ) de 19-11-2008, sobre a providência de *Habeas corpus* e atualidade da prisão ou detenção ilegal.

Acórdão n.º 04/CC/2013, de 17 de setembro, preferido pelo Conselho Constitucional de Moçambique.

Anexos

Anexo I - Relatório da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos sobre os Procedimentos de Detenção e Tratamento dos Detidos (2014)

A lei determina que um juiz ou procurador deve emitir primeiro um mandado de prisão, exceto se a pessoa é apanhada em flagrante de delito. Por lei, o período máximo de detenção é de 48 horas para investigação sem mandado ou de seis meses com mandado, períodos durante os quais um detido tem o direito à revisão judicial do caso. O indivíduo pode ser detido por 90 dias adicionais enquanto a Polícia de Investigação Criminal (PIC) prossegue com a sua investigação. Quando uma pessoa é acusada de um crime cuja pena é superior a oito anos, pode ser detida por um período adicional de até 84 dias sem acusação formal. Um tribunal pode aprovar dois períodos adicionais de 84 dias de detenção sem acusação formal enquanto a polícia leva a cabo a sua investigação. O detido deve ser libertado se não forem formuladas acusações contra ele dentro do prazo prescrito para a investigação. A lei prevê que os cidadãos tenham acesso aos tribunais, bem como o direito de representação jurídica, independentemente da sua capacidade de pagar por tais serviços.

A Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LMDH) relata que o Procurador-Geral notou a “prevalência de detenções ilegais” pela PRM na Província de Nampula, dado que muitos dos suspeitos não tiveram oportunidade de apresentar os seus casos a um juiz no prazo das 48 horas estipuladas por lei. A LMDH afirmou que durante o ano 2014, 31% dos prisioneiros em todo o país estavam detidos em regime de prisão preventiva, em alguns casos durante vários meses, nalguns casos mais do que 1 ano, para além do período máximo de detenção para o processo investigativo. Esta situação demonstra que há pouco celeridade processual.

Anexo II – Relatório das Nações Unidas Sobre os Direitos Humanos em Moçambique de 30.01.2014

Na altura a representante da ONU em Moçambique, Jennifer Topping, afirmou que a criação da Comissão dos Direitos Humanos foi um grande passo adotado pelo país o que melhorou significativamente a forma de lidar com os direitos humanos no país. Disse ainda, que o país esta mais capacitado em para efetivamente garantir a proteção dos direitos humanos. Outros aspetos que também mereceu destaque para a representante a ONU, foi a ratificação de acordos internacionais sobre os direitos humanos dos quais destaca-se o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura e a Convenção sobre Migrantes e dos Membros das suas Famílias esta última servindo-se de mecanismo de proteção para as pessoas mais vulneráveis.

Contudo, Jennifer Topping referiu-se também aos desafios que o país tem pela frente por exemplo: a melhoria da atuação do sistema prisional; torturas, e execuções sumárias. Neste sentido, na altura o presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Custódio Duma, referiu que é preciso informar os moçambicanos sobre os seus direitos.

Anexo III – Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia da República de Moçambique.

Segunda-feira, 12 de Agosto de 2013

I SÉRIE — Número 64



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

7.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 13/2013:

Aprova a Orgânica da Assembleia da República e revoga a Lei n.º 31/2009, 29 de Setembro.

Lei n.º 14/2013:

Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e que revoga a Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro.

Lei n.º 15/2013:

Lei que estabelece o Estatuto dos Juízes Eleitos para o Tribunal Supremo, Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais.

Lei n.º 16/2013:

Lei da Polícia da República de Moçambique e revoga a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

Lei n.º 17/2013:

Aprova o Regimento da Assembleia da República e revoga a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho.

Lei n.º 18/2013:

Altera o artigo 2 da Lei n.º 13/2002, de 3 de Maio, que aprova a Letra e a Música do Hino Nacional, "Pátria Amada" e republica a Lei n.º 13/2002, de 3 de Maio.

Lei n.º 13/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de rever a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro, Lei Orgânica da Assembleia da República, com vista a adequá-la à evolução e desenvolvimento da actividade parlamentar, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovada a Orgânica da Assembleia da República, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2. A presente Lei tem por objecto definir e regular a orgânica geral da administração, da gestão financeira, de recursos humanos e a prestação de serviços de apoio da Assembleia da República.

Art 3. A presente Lei aplica-se, com as devidas adaptações, às delegações do Secretariado Geral da Assembleia da República.

Art. 4. 1. Os serviços da Assembleia da República regem-se pelo disposto na presente Lei, nas Normas de Execução e nos demais regulamentos internos.

2. Constitui direito subsidiário a legislação aplicável à Função Pública.

Art. 5. Compete à Comissão Permanente da Assembleia da República regulamentar a presente Lei.

Art. 6. É revogada a Lei n.º 31/2009, de 29 de Setembro.

Art. 7. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 28 de Março de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada em 28 de Junho de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Orgânica da Assembleia da República

CAPÍTULO I

ARTIGO 1

(Princípios de administração)

O funcionário parlamentar, além dos deveres gerais contidos na Constituição e, sem prejuízo do que dispuser a legislação

CAPÍTULO IV

Direitos e deveres

ARTIGO 23

(Direitos)

Os juízes eleitos têm os seguintes direitos:

- a) desempenhar a função;
- b) receber honorários e participação emolumentar de cada processo em que intervém, nos termos a serem determinados pelo Conselho de Ministros;
- c) ser dispensado do serviço para o desempenho das suas funções;
- d) beneficiar de formação adequada ao exercício das funções.

ARTIGO 24

(Garantias dos Juízes Eleitos)

1. Os juízes eleitos não podem ser prejudicados nos seus direitos por virtude daquelas funções, que são consideradas de elevado interesse público.

2. Os juízes eleitos têm direito de receber informações para o correcto exercício das suas funções.

ARTIGO 25

(Deveres)

Os juízes eleitos têm o dever de observar, com as necessárias adaptações, o estabelecido no Estatuto dos Magistrados Judiciais.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 26

(Actuais Juízes Eleitos)

Os actuais juízes eleitos permanecem em funções até à tomada de posse dos novos.

ARTIGO 27

(Primeiras eleições e subsequentes)

As primeiras eleições devem decorrer até 15 de Dezembro de 2013 e as subsequentes dois meses antes do fim do mandato.

ARTIGO 28

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada em 28 de Junho de 2013.

O Presidente da República, *ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA*.

Lei n.º 16/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de se proceder a revisão da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro, que cria a Polícia da República de Moçambique e da Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, que cria o Sistema de Patentes e Postos da Polícia da República de Moçambique, de forma a adequá-las ao quadro jurídico-constitucional vigente

e à actual dinâmica do desenvolvimento organizacional e funcional da Polícia da República de Moçambique, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 255 conjugado com n.º 1 do artigo 179, ambos da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Natureza)

1. A Polícia da República de Moçambique, abreviadamente designada por PRM, é um serviço público, apartidário, de natureza paramilitar, integrado no Ministério que superintende a área da ordem e segurança pública.

2. A existência da PRM não exclui a criação de outros organismos especializados integrados noutras instituições públicas.

ARTIGO 2

(Princípios fundamentais)

1. A PRM no seu funcionamento e actuação, observa os princípios do respeito pela Constituição, leis e demais normas vigentes na República de Moçambique.

2. A PRM rege-se pelo princípio do respeito pelas instituições democraticamente estabelecidas e deve especial obediência ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

3. No exercício das suas funções, a PRM pauta pelo rigor no respeito pela legalidade, imparcialidade, isenção, objectividade, igualdade de tratamento, respeito pelos direitos humanos, apartidarismo e envolvimento de todos os sectores do Estado na prevenção e combate ao crime.

4. No uso dos meios ofensivos para a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, a PRM observa os limites da necessidade, razoabilidade, proporcionalidade e adequabilidade.

ARTIGO 3

(Funções)

A PRM, em colaboração com outras instituições do Estado e da sociedade em geral, tem como função garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

ARTIGO 4

(Competências)

1. No quadro da Política de Defesa e Segurança, a PRM tem como competências gerais:

- a) assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) proteger pessoas e bens;
- c) adoptar as providências adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos, sem prejuízo das competências específicas atribuídas por lei a outros organismos;
- d) garantir o funcionamento normal das instituições e o regular exercício dos direitos, garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos;
- e) garantir a protecção, a ordem e a segurança das instituições públicas e dos objectos económicos estratégicos e sociais;

- f) garantir a protecção e segurança costeira, lacustre e fluvial;
- g) garantir a segurança e a protecção da fronteira estatal;
- h) garantir a protecção de florestas, fauna e meio ambiente.

2. Constituem competências específicas da PRM:

- a) garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) prevenir e reprimir a criminalidade;
- c) desenvolver a actividade de investigação criminal;
- d) promover as medidas de polícia;
- e) garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos centrais do Estado;
- f) garantir a segurança pessoal de altas entidades nacionais ou estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- g) organizar, fiscalizar e controlar o trânsito de veículos e de pessoas nas vias públicas;
- h) organizar o cadastro e proceder à fiscalização de armas, munições, substâncias explosivas, radioactivas e demais materiais a elas conexos, com excepção das que estiverem afectas às Forças Armadas de Defesa de Moçambique;
- i) organizar a participação das comunidades na manutenção da ordem e tranquilidade públicas no respectivo território;
- j) exercer as demais competência fixadas na lei, regulamentos ou directivas hierárquicas.

ARTIGO 5

(Dever de colaboração)

Os cidadãos, as entidades públicas e privadas devem prestar à PRM a colaboração que justificadamente lhes for solicitada.

ARTIGO 6

(Estado de guerra, estado de sítio ou de emergência)

A PRM pode ser colocada pelo Presidente da República na dependência das Forças Armadas de Defesa de Moçambique; em caso de estado de guerra, estado de sítio ou de emergência.

CAPÍTULO II

Medidas de Polícia e Autoridade de Polícia

ARTIGO 7

(Medidas de polícia)

1. No desenvolvimento da sua actividade, as autoridades da PRM podem, nos termos da lei e de harmonia com as respectivas competências, determinar a aplicação de medidas de polícia relativas à manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.
2. A PRM pode aplicar as seguintes medidas de polícia:
 - a) vigilância organizada de pessoas e bens, edifícios e estabelecimentos por período determinado, podendo, para o efeito, utilizar meios técnicos e equipamento adequado;
 - b) a exigência de prova de identificação e revista a qualquer pessoa ou viatura suspeita que se encontre ou circule em lugar público, aberto ao público ou sujeito à vigilância policial;
 - c) apreensão temporária ou definitiva de armas, munições, substâncias explosivas, radioactivas e materiais a elas conexos;
 - d) suspensão ou encerramento de paióis, depósitos ou fábricas de armamentos ou explosivos e respectivos componentes, excepto as de organismos das Forças de Defesa e Segurança;

- e) suspensão ou cancelamento do uso de licenças de estabelecimentos destinados à venda de armas, munições e explosivos;
- f) suspensão ou cancelamento do uso de licenças das empresas de segurança privada e dos respectivos estabelecimentos de formação;
- g) outras medidas que se mostrem convenientes à manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

3. As medidas previstas nas alíneas c), d), e) e f) do número anterior são, sob pena de nulidade, imediatamente comunicadas ao tribunal competente e apreciadas pelo juiz em ordem à sua validação.

4. As pessoas e entidades que exerçam funções de vigilância, protecção e segurança a pessoas e bens e instituições públicas têm o especial dever de colaborar com a PRM.

ARTIGO 8

(Autoridades de polícia)

1. Podem determinar a aplicação das medidas referidas no artigo anterior, os oficiais da PRM com funções de comando, direcção e chefia, de acordo com as suas competências.

2. São autoridades de polícia, no âmbito de investigação criminal, além do Ministério Público, o pessoal com funções de direcção e chefia da Polícia de Investigação Criminal.

3. A aplicação da medida prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 7 da presente Lei pode ser determinada por qualquer agente da PRM, com funções policiais, de harmonia com as ordens dos seus superiores hierárquicos.

CAPÍTULO III

Direcção e organização

ARTIGO 9

(Direcção e nomeação)

1. A PRM é dirigida por um Comandante-Geral, coadjuvado por um Vice-Comandante-Geral, que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

2. O Presidente da República nomeia, exonera e demite o Comandante-Geral e o Vice-Comandante-Geral da PRM.

ARTIGO 10

(Competências do Comandante-Geral da PRM)

1. Compete ao Comandante-Geral:
 - a) dirigir a PRM;
 - b) convocar e presidir os órgãos da PRM;
 - c) nomear, promover e determinar a passagem à reserva e reforma dos membros da PRM até a classe de Inspectores da Polícia;
 - d) exonerar, demitir, transferir ou reintegrar os membros da PRM até a classe de Inspectores da Polícia;
 - e) nomear, exonerar, demitir e transferir os membros da PRM para os cargos de comando, direcção e chefia a nível distrital ou inferior;
 - f) nomear membros da PRM para funções de nível de Chefe de Departamento Central ou inferior;
 - g) assegurar a educação cívica e patriótica dos membros da PRM;
 - h) inspecionar ou mandar inspecionar os órgãos e serviços da PRM em todos os aspectos da sua actividade;
 - i) dirigir a participação da PRM na realização de compromissos decorrentes de acordos internacionais e das relações de cooperação policial com outros países;

- j) orientar e supervisionar a actividade dos estabelecimentos de ensino da PRM;
- k) orientar e supervisionar a actividade de inteligência e contra-inteligência policial;
- l) exercer o poder disciplinar nos termos do regulamento disciplinar e demais legislação aplicável;
- m) exercer outras competências que forem superiormente atribuídas.

2. Para os aspectos e níveis superiores aos mencionados nas alíneas e), f), do n.º 1, a competência é do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública.

ARTIGO 11

(Delegação de competências)

O Comandante-Geral pode delegar parte das suas competências ao Vice-Comandante-Geral, excepto as referidas nas alíneas b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 10 da presente Lei.

SECÇÃO I

Organização

ARTIGO 12

(Níveis de organização)

1. A PRM organiza-se nos níveis central, provincial, distrital, de posto administrativo, de localidade e povoação.

2. Funcionalmente, a nível central organiza-se em Comando-Geral e ao nível local em comandos provinciais e distritais.

3. Nos postos administrativos, localidades e povoações a PRM organiza-se em postos policiais.

4. Nas cidades e vilas a PRM organiza-se em esquadras, postos policiais e sectores policiais.

5. A PRM está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, com respeito pela diferenciação entre funções policiais e funções não policiais, obedecendo, quanto às primeiras, à hierarquia de comando, quanto às segundas, às regras de hierarquia da administração pública.

6. A organização da PRM obedece ao princípio de desconcentração, visando o descongestionamento do escalão central e uma maior aproximação dos serviços de segurança às populações.

7. A desconcentração referida no número anterior ocorre com respeito à unidade de acção e aos poderes de comando, direcção e supervisão dos níveis hierarquicamente superiores.

8. Na PRM funcionam estabelecimentos de ensino básico, médio, superior e especializado.

ARTIGO 13

(Organização da PRM)

1. A PRM organiza-se em ramos e unidades de operações especiais e de reserva.

2. São Ramos da PRM:

- a) Polícia de Ordem e Segurança Pública;
- b) Polícia de Investigação Criminal;
- c) Polícia de Fronteiras;
- d) Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial.

3. São Unidades de Operações Especiais e de Reserva:

- a) Unidade de Intervenção Rápida;
- b) Unidade de Protecção de Altas Individualidades;
- c) Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns;
- d) Unidade Canina;
- e) Unidade de Cavalaria;
- f) Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos.

SUBSECÇÃO I

Ramo da Polícia de Ordem e Segurança Pública

ARTIGO 14

(Funções)

1. A Polícia de Ordem e Segurança Pública é responsável pela actividade de direcção e de preparação de técnicas e metodologias visando:

- a) a prevenção da prática de crimes, contravenções e outros actos contrários à lei e o desenvolvimento de acções de garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) a protecção de pessoas, bens e instituições públicas;
- c) a protecção de objectos económicos estratégicos;
- d) a protecção de representações Diplomáticas, Consulares e outros locais similares ao abrigo do disposto em convenções internacionais;
- e) a organização da participação das comunidades na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no respectivo território;
- f) a organização do cadastro e controlo do cumprimento das disposições legais referentes ao uso, porte, transporte e armazenamento de armas de fogo, munições, explosivos, substâncias químicas, tóxicas, radioactivas ou outras que representem o perigo para o público;
- g) a garantia da observância e do cumprimento das disposições legais que regem a realização de reuniões, manifestações e espectáculos públicos;
- h) a garantia da segurança e protecção dos terminais rodoviários, portuários, ferroviários, aeroportuários, gares de mercadorias e vias de comunicação;
- i) a garantia da protecção de florestas, fauna e meio ambiente;
- j) a garantia da fiscalização e controlo do funcionamento das empresas de segurança privada e dos respectivos estabelecimentos de formação;
- k) o apoio às autoridades judiciais, do Ministério Público e de Investigação Criminal na realização de diligências processuais;
- l) a garantia de protecção de comboios de passageiros e de mercadorias, embarcações e aeronaves;
- m) a garantia da segurança e policiamento das vias de comunicação e de equipamentos de telecomunicações, tais como pontes, vias-férras, cabos de fibra óptica e antenas;
- n) a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relativos ao trânsito de veículos e pessoas, bem como a regulação de trânsito e prevenção dos acidentes do trânsito rodoviário;
- o) o desenvolvimento de campanhas para a segurança rodoviária recorrendo, nomeadamente à mobilização popular e educação dos cidadãos na observância das regras de trânsito, coordenando, para tal, com outras instituições;
- p) a garantia da segurança dos estabelecimentos de prisão preventiva e zelar pelo cumprimento das normas relativas à matéria prisional;
- q) a inspecção e controlo do ponto de vista operacional dos órgãos sob sua dependência;
- r) exercer as demais competências fixadas na lei e regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública e do Comandante-Geral da PRM.

SUBSECÇÃO II

Ramo da Polícia de Investigação Criminal

ARTIGO 15

(Investigação criminal)

A Polícia de Investigação Criminal, abreviadamente designada PIC, tem como função garantir as diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de crime, determinar os seus agentes e sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, no âmbito do processo.

ARTIGO 16

(Funções das direcções e delegações)

1. Constituem funções das direcções e das delegações a prevenção, investigação e combate a criminalidade nas respectivas áreas territoriais.

2. As competências e composição das direcções e das delegações da Polícia de Investigação Criminal são estabelecidas em regulamento próprio.

ARTIGO 17

(Direcção da instrução preparatória)

Na instrução preparatória dos processos-crime, a Polícia de Investigação Criminal actua sob direcção do Ministério Público, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.

ARTIGO 18

(Funções gerais)

Constituem Funções gerais da Polícia de Investigação Criminal:

- a) investigar actos de natureza criminal e realizar actividades atinentes à instrução preparatória dos processos-crime, nos termos da lei;
- b) realizar as diligências requisitadas pelas autoridades judiciais, do Ministério Público e outras instituições, nos termos da lei;
- c) realizar acções de vigilância e fiscalização de locais suspeitos ou propensos à preparação e execução de crimes ou à utilização dos seus resultados;
- d) promover e realizar acções destinadas a incentivar a prevenção geral, motivando os cidadãos a adoptarem medidas de precaução e evitarem os actos e situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas;
- e) promover medidas especiais de controlo sobre o comportamento de delinquentes habituais e por tendência;
- f) coligir, centralizar, analisar e difundir, a todos os níveis, a informação relativa à criminalidade, com vista a apoiar as acções da polícia e dos demais órgãos de administração da justiça.

ARTIGO 19

(Funções específicas)

1. Constituem funções específicas da Polícia de Investigação Criminal:

- a) proceder a intercepção e gravação devidamente autorizada, pela entidade judicial competente, da conversação e imagem ou qualquer outro tipo de comunicação, no âmbito da investigação criminal;
- b) assegurar a ligação dos órgãos de investigação criminal e organismos públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal, designadamente a INTERPOL e outras congéneres.

2. Constitui ainda função da Polícia de Investigação Criminal, em coordenação com outras instituições especializadas, a investigação e instrução de processos relativos aos seguintes tipos de crimes:

- a) falsificação de documentos;
- b) sequestro e rapto ou tomada de reféns;
- c) tráfico de pessoas e de órgãos humanos;
- d) associações para delinquir;
- e) cultivo, produção, fabrico, emprego, comércio, extracção, preparação, oferta, venda, distribuição, cedência, recepção, transporte, importação, exportação e trânsito ilícito de plantas, substâncias ou preparados constantes do regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores ou outras substâncias de efeitos similares;
- f) corrupção, crimes económicos e financeiros;
- g) branqueamento de capitais, bens, produtos ou direitos provenientes de actividades criminosas;
- h) contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem.

ARTIGO 20

(Funções no domínio da prevenção criminal)

1. No domínio da prevenção da criminalidade, são funções da Polícia de Investigação Criminal:

- a) vigiar e fiscalizar os estabelecimentos em que se proceda a exposição, guarda, fabrico, transformação, restauração e comercialização de antiguidades, livros e imobiliário usado, ferro-velho, sucata, veículos e acessórios, artigos penhorados de joalharia, ourivesaria, eléctricos, electrónicos e quaisquer outros que possam ocultar actividades de receptação ou comercialização ilícita de bens;
- b) vigiar e fiscalizar hotéis, casas de pernoita, restaurantes, cafés, bares e outros locais sempre que exista fundada suspeita da prática de tráfico de pessoas, jogo clandestino, tráfico de armas, munições e explosivos, tráfico de estupefacientes e fabrico ou passagem de moeda falsa;
- c) vigiar e fiscalizar locais de embarque e de desembarque de pessoas ou de mercadorias, fronteiras, meios de transporte, locais públicos onde se efectuem operações comerciais, de bolsa ou bancárias, estabelecimentos de venda de valores selados, casas ou recintos de reunião, de espectáculos ou de diversões, casinos e salas de jogo, parques de campismo e quaisquer locais que possam favorecer a delinquência;
- d) vigiar e fiscalizar estabelecimento de venda ao público de aparelhos electrónicos e informáticos, sempre que pela sua natureza, através de utilização ilícita permitam a prática de crimes de contrafacção de moeda, falsificação de documentos ou crimes cibernéticos;
- e) realizar acções destinadas a limitar o número de vítimas de crimes, motivando os cidadãos a adoptarem precauções ou evitarem actos e situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas;
- f) controlar e fazer o acompanhamento de delinquentes perigosos ou reincidentes e dos que fiquem em regime de liberdade condicional ou sujeitos a medida de segurança, em articulação com os órgãos competentes;
- g) exercer controlo dos reincidentes em crimes dolosos quando o seu modo de vida faça presumir a perpetração de novos crimes.

2. A Polícia de Investigação Criminal tem acesso à informação necessária para a caracterização, identificação e localização das actividades referidas no número anterior podendo proceder a identificação de pessoas e realizar vigilâncias, se necessário com recursos a todos meios e técnicas de registo de som e de imagem, bem como a revistas e buscas nos termos do disposto no Código de Processo Penal.

ARTIGO 21

(Competências dos Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal)

Compete aos Inspectores e Subinspectores da Polícia de Investigação Criminal:

- a) coordenar e orientar as buscas domiciliares e apreensão de bens;
- b) ordenar e orientar a vigilância de pessoas e locais suspeitos;
- c) ordenar e orientar a detenção de pessoas e apreensão de bens suspeitos;
- d) coordenar e orientar as rusgas e rondas nos lugares frequentados por indivíduos sujeitos a vigilância policial;
- e) orientar a perseguição e captura de criminosos.

ARTIGO 22

(Segredo de justiça e profissional)

1. Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciais e do Ministério Público estão sujeitos ao segredo de justiça nos termos de lei.

2. As acções de prevenção, os processos disciplinares, de inquérito, sindicância e de inspecção estão sujeitas ao segredo profissional, nos termos da lei geral.

SUBSECÇÃO III

Ramo da Polícia de Fronteiras

ARTIGO 23

(Funções)

1. Constituem funções da Polícia de Fronteiras as seguintes:

- a) a protecção e guarda da fronteira estatal, em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança;
- b) o combate à imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de pessoas e de órgãos humanos, o tráfico de drogas e de mercadoria diversa ao longo da fronteira estatal;
- c) a realização de outras actividades que sejam determinadas por lei.

2. No exercício das suas actividades, a Polícia de Fronteiras coordena com as demais Forças de Defesa e Segurança.

SUBSECÇÃO IV

Ramo da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial

ARTIGO 24

(Funções)

1. A Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial tem como função desempenhar as actividades policiais no espaço marítimo, lacustre e fluvial.

2. Para o cumprimento do estipulado no número anterior a Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial desempenha as seguintes actividades:

- a) a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas no espaço marítimo, lacustre e fluvial;
- b) o exercício de autoridade, em matéria de fiscalização, policiamento e segurança de navegação costeira, de pessoas e bens na respectiva área de jurisdição;
- c) a preparação, em coordenação com a Marinha de Guerra das Forças Armadas de Defesas de Moçambique e demais instituições da administração costeira,

- dos meios necessários para garantir a defesa, controlo e a vigilância da zona costeira e das águas interiores;
- d) a coordenação e execução das acções de fiscalização e vigilância que se enquadrem no seu âmbito e área de jurisdição;
- e) a garantia em coordenação com as competentes autoridades do assinalamento costeiro;
- f) a realização em coordenação com os demais organismos públicos, de acções de busca e salvamento de pessoas e bens em caso de acidentes e calamidades;
- g) a participação no transporte de bens em apoio às populações, em caso de catástrofes, acidentes e calamidades;
- h) a realização e apoio das actividades de fiscalização costeira e pesqueira;
- i) a garantia do apoio técnico às actividades de investigação e instrução de processos em todas as infracções ocorridas nas zonas da sua jurisdição;
- j) o exercício das demais competências fixadas na lei e regulamentos ou em directivas do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública e do Comandante-Geral da PRM.

SECÇÃO III

(Unidades de Operações Especiais e de Reserva)

ARTIGO 25

(Conceito)

As Unidades de Operações Especiais e de Reserva são vocacionadas para operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes tático-políciais que ultrapassem o âmbito de policiamento clássico, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas individualidades, entre outras missões especiais.

ARTIGO 26

(Missões especiais)

Para efeitos do artigo anterior da presente Lei, consideram-se missões especiais as seguintes:

- a) o combate a situações de violência declarada, cuja resolução ultrapasse os meios normais de actuação;
- b) a garantia da segurança de grandes eventos;
- c) o controlo de massas;
- d) o combate ao terrorismo;
- e) a realização de acções de resgate de reféns;
- f) a detecção e desactivação de explosivos;
- g) o patrulhamento em zonas de difícil acesso;
- h) a garantia da segurança pessoal de altas entidades nacionais e estrangeiras e de outros cidadãos quando sujeitos à situação de ameaça relevante;
- i) a avaliação de equipamento policial especializado;
- j) a prestação de assistência a outras unidades policiais ou das Forças de Defesa e Segurança;
- k) a prestação de assistência para a recuperação de cadáveres em locais de difícil acesso;
- l) a realização de outras actividades que sejam determinadas por lei.

ARTIGO 27

(Unidade de Intervenção Rápida)

A Unidade de Intervenção Rápida é preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir nas seguintes situações:

- a) acções de manutenção e reposição de ordem pública;
- b) controlo de massas;
- c) combate a situações de violência concertada;

- d) combate a situações de violência declarada;
- e) colaboração com outras forças policiais na manutenção da ordem, na acção contra a criminalidade violenta e organizada, na protecção e segurança de altas individualidades e objectos estratégicos.

ARTIGO 28

(Unidade de Protecção de Altas Individualidades)

A Unidade de Protecção de Altas Individualidades é preparada e vocacionada para garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania do Estado e de altas individualidades nacionais e estrangeiras.

ARTIGO 29

(Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns)

A Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns é preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir nas seguintes situações:

- a) combater situações de alto risco que ultrapassem os meios do policiamento clássico;
- b) combater o terrorismo;
- c) levar a cabo acções para o resgate de reféns.

ARTIGO 30

(Unidade Canina)

1. A Unidade Canina é vocacionada, fundamentalmente, para participar em acções de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de cães, especialmente treinados para o efeito:

2. A Unidade Canina presta auxílio nas seguintes situações:

- a) controlo de massas;
- b) detecção de explosivos;
- c) detecção de drogas;
- d) detecção de pessoas e cadáveres em casos de acidentes e catástrofes;
- e) segurança fronteira, aeroportos, portos, gares e outros terminais de passageiros e mercadorias.

ARTIGO 31

(Unidade de Cavalaria)

1. A Unidade de Cavalaria é vocacionada, fundamentalmente, para participar em acções de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de cavalos, especialmente treinados para o efeito.

2. A Unidade de Cavalaria presta auxílio nas seguintes situações:

- a) patrulhamento;
- b) controlo de massas.

ARTIGO 32

(Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos)

A Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos é preparada para a detecção e desactivação de explosivos.

CAPÍTULO IV

(Direitos e deveres dos membros da PRM no exercício das suas funções)

ARTIGO 33

(Uso de meios coercivos)

1. A qualquer resistência ilegítima aos membros da PRM, no exercício das suas funções ou em caso de perturbação da ordem e tranquilidades públicas, é permitido o uso da força e meios estritamente necessários e proporcionais à resistência, se outros meios de persuasão não forem suficientes.

2. É permitido o uso de meios coercivos, especialmente nos seguintes casos:

- a) para repelir uma agressão ilícita, em curso ou eminente, de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros;
- b) para vencer a resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter procedido à intimação formal de obediência e esgotados outros meios para o conseguir;
- c) para efectuar detenções, nos precisos termos fixados em legislação processual penal.

3. O uso de meios coercivos conforma-se com os princípios da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade.

ARTIGO 34

(Uso de arma de fogo)

1. No exercício das suas funções a PRM tem o direito à posse e uso de armas individuais e colectivas e de outros meios auxiliares e adequados ao cumprimento da sua tarefa.

2. A utilização de armas de fogo obedece ao fixado em regulamentos específicos.

ARTIGO 35

(Direitos dos membros da PRM)

1. O membro da PRM goza de todos direitos, liberdades e garantias reconhecidos aos demais cidadãos, sem prejuízo das restrições previstas por lei.

2. O membro da PRM goza ainda de todos os direitos dos funcionários e agentes do Estado, sem prejuízo dos direitos que lhe possam assistir na qualidade de membro das Forças de Defesa e Segurança.

ARTIGO 36

(Deveres dos membros da PRM)

Os membros da PRM devem em todas as acções fortalecer a honra, o prestígio e a dignidade da Polícia, particularmente:

- a) ter comportamento exemplar, cortês, disciplinado e apartidário;
- b) agir pela persuasão e autoridade moral, só recorrendo à força em caso de necessidade;
- c) ostentar a sua identificação quando uniformizados;
- d) identificar-se sempre que haja necessidade de fazer uso das suas atribuições profissionais, quando trajado à civil;
- e) respeitar a ética e a deontologia profissional.

CAPÍTULO V

Normas gerais de ingresso e juramento

ARTIGO 37

(Normas gerais de ingresso)

1. O ingresso na PRM efectiva-se com a formação e juramento da bandeira, nos termos da lei.

2. São normas gerais de ingresso na PRM:

- a) ser cidadão moçambicano de nacionalidade originária;
- b) ter idade não inferior a 18 anos e não superior a 30 anos;
- c) ser voluntário;
- d) ter condição física e psíquica compatível com a função policial;
- e) ter complexão física adequada para o exercício da função;
- f) possuir formação académica adequada para exercício da função;
- g) ter aprovado nos procedimentos de selecção para o curso de ingresso;
- h) ter aprovado no curso de ingresso.

3. Os cidadãos que tenham cumprido o Serviço Efectivo Normal nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique gozam de preferência no ingresso na PRM, nos termos da lei.

ARTIGO 38

(Juramento)

Os membros da PRM prestam o seguinte juramento:

“Eu (nome), membro da Polícia da República de Moçambique, juro por minha honra, respeitar, cumprir e defender a Constituição e as leis da República de Moçambique; defender a Pátria e soberania nacional; respeitar e ser fiel ao Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança; combater a criminalidade; garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas; respeitar a disciplina e a ética da Polícia da República de Moçambique”.

CAPÍTULO VI

Símbolos, títulos, honras e dia da PRM

ARTIGO 39

(Símbolos)

1. São símbolos da PRM:

- a) emblema;
- b) estandartes;
- c) flâmulas.

2. A PRM tem o emblema, constante do Anexo I da presente Lei e que dela faz parte integrante, que contém, em fundo circular verde os seguintes elementos que constam da bandeira nacional, orlados em cor preta: uma estrela tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõe uma arma e uma enxada cruzadas. Na parte superior do conjunto de elementos consta a inscrição “Polícia” e na parte inferior a inscrição “Moçambique” em cor preta. A circundar este conjunto está uma roda dentada, de cor prateada, assente sobre um raio de cor castanha – alaranjada, de centro amarelo.

3. O estandarte da PRM, constante do Anexo II da presente Lei e que dela faz parte integrante, contém, no centro em fundo, verde, o emblema da PRM, circundado por duas folhas de louros douradas, assentes num listel de fundo amarelo, constituído por três semi-círculos virados para baixo com a inscrição “PELA LEI E ORDEM” em cor preta, de fonte Arial.

4. A flâmula da PRM, constante do Anexo III da presente Lei e que dela faz parte integrante, é constituída pelo estandarte com as bordaduras onduladas de cor dourada.

5. Os estandartes e as flâmulas dos Ramos da Polícia de Ordem e Segurança Pública, da Polícia de Investigação Criminal, da Polícia de Fronteiras, da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial e das Unidades de Operações Especiais e de Reserva, nomeadamente, a Unidade de Intervenção Rápida, Unidade de Protecção de Altas Individualidades, Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns, Unidade Canina, Unidade de Cavalaria e Unidade de Desactivação de Engenheiros Explosivos são aprovados pelo Governo e constam do Regulamento da presente Lei.

ARTIGO 40

(Títulos e honras)

1. A PRM e os respectivos órgãos identificam-se por insígnias e outros símbolos específicos da instituição policial.

2. Os membros da Polícia têm direito aos títulos, honras, distinções e precedências adequadas à sua condição nos termos da lei.

ARTIGO 41

(Dia da PRM)

A data comemorativa da PRM é o dia 17 de Maio, dia da criação do corpo de Polícia de Moçambique, pelo Governo de transição, em 1975.

CAPÍTULO VII

Sistema de patentes e postos

ARTIGO 42

(Objectivo)

O Sistema de Patentes e Postos na Polícia da República de Moçambique visa a hierarquização dos membros da PRM nas diferentes classes e postos, contribuir para elevação do nível de disciplina dos membros da PRM, bem como facilitar a sua identificação.

CAPÍTULO VIII

Hierarquia

ARTIGO 43

(Classes e postos)

Existem na Polícia da República de Moçambique as seguintes classes e postos hierárquicos:

1. Classe de oficiais que compreende:

- a) Inspector-Geral da Polícia;
- b) Comissários da Polícia;
- c) Superintendentes da Polícia;
- d) Inspectores da Polícia.

2. O Inspector-Geral da Polícia e os oficiais comissários, assim como os oficiais superintendentes e oficiais inspectores da Polícia da República de Moçambique são oficiais gerais, superiores e subalternos, respectivamente.

3. Posto de Sargentos da Polícia.

4. Posto de Guardas da Polícia.

ARTIGO 44

(Patentes e postos)

1. Na Polícia da República de Moçambique as denominações hierárquicas correspondentes as classes de oficiais designam-se Patentes e às correspondentes a classe de sargentos e guardas designam-se Postos.

2. As patentes e postos que identificam a hierarquia policial, exprimem-se por Galões e Divisas conforme os modelos constantes do Anexo IV da presente Lei e que dela fazem parte integrante.

3. Os elementos de fundo das patentes do Inspector-Geral e dos oficiais comissários da Polícia são dourados, e os elementos de fundo das patentes dos oficiais superiores, subalternos e postos, são prateados.

ARTIGO 45

(Designação de graus de patentes e postos)

1. As patentes compreendem os seguintes graus:

a) Na classe de Comissários da Polícia/Oficiais Gerais:

- Inspector-Geral da Polícia;
- Comissário da Polícia;
- Primeiro- Adjunto do Comissário da Polícia;
- Adjunto do Comissário da Polícia.

b) Na classe de Superintendentes da Polícia/oficiais superiores:

- Superintendente Principal da Polícia;
- Superintendente da Polícia;
- Adjunto de Superintendente da Polícia.

c) Na classe de Inspectores da Polícia/oficiais subalternos:

- Inspector Principal da Polícia;
- Inspector da Polícia;
- Subinspector da Polícia.

2. Os postos compreendem os seguintes graus:

a) Na classe de Sargentos da Polícia:

- Sargento Principal da Polícia;
- Sargento da Polícia;

b) Na classe de Guardas da Polícia:

- Primeiro-Cabo da Polícia;
- Segundo-Cabo da Polícia;
- Guarda da Polícia.

ARTIGO 46

(Critério de atribuição de patente e postos)

A atribuição de patentes e postos e as promoções subsequentes são feitas nos termos do Estatuto da Polícia e tendo em conta, entre outros, os seguintes critérios:

- a) fidelidade à Nação e à Pátria moçambicana;
- b) competência profissional;
- c) dedicação, disciplina e bom comportamento;
- d) habilitação com curso adequado;
- e) nível académico;
- f) antiguidade;
- g) selecção;
- h) escolha;
- i) a título excepcional.

CAPÍTULO IX

Competências para a atribuição de patentes e postos

ARTIGO 47

(Comissários da Polícia)

A atribuição de patentes, bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Comissários da Polícia, são da competência do Presidente da República de Moçambique, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, sob proposta do Ministro que superintende a área da ordem e segurança públicas.

ARTIGO 48

(Superintendentes da polícia)

A atribuição de patentes, bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Superintendentes da Polícia, são da competência do Ministro que superintende a área da ordem e segurança pública, sob proposta do Comandante-Geral da PRM.

ARTIGO 49

(Inspectores, Sargentos e Guardas da Polícia)

A atribuição de postos bem como a promoção, despromoção, demissão, expulsão e passagem à reserva de Oficiais Inspectores, bem como de sargentos e guardas da Polícia, são da competência do Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique, sob proposta das respectivas hierarquias.

CAPÍTULO X

Disposições diversas

ARTIGO 50

(Protecção de identificação e registo)

1. Por motivos de ordem e segurança públicas e por conveniência da investigação criminal a identidade e categoria dos agentes de investigação criminal podem ser codificadas, emitindo-se documentos legais de identidade alternativa.

2. O disposto no número anterior aplica-se, com as necessárias adaptações, aos meios materiais e equipamentos utilizado na investigação criminal.

ARTIGO 51

(Fiscalização preventiva)

Ficam isentos de fiscalização prévia, sem prejuízo de fiscalização sucessiva os actos relativos a nomeação, promoções, progressões, substituições e transferências dos membros da PRM.

ARTIGO 52

(Regime disciplinar)

A Polícia da República de Moçambique rege-se por normas de disciplina próprias, aprovadas pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 53

(Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros regulamentar a presente Lei, no prazo de 90 dias após a sua entrada em vigor, definindo, igualmente, os termos de transição do pessoal da antiga nomenclatura sem perda dos direitos adquiridos.

ARTIGO 54

(Revogação)

São revogadas a Lei n.º 5/88, de 27 de Agosto, e a Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

ARTIGO 55

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Publique-se.

Promulgada, aos 28 de Junho de 2013.

O Presidente da República, *Armando Emílio Guebuza*.

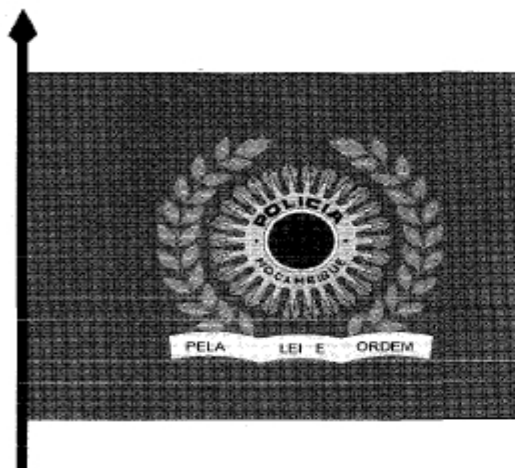
ANEXO I – Emblema da PRM a que se refere o artigo 39, da presente Lei



O emblema da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, que contém, em fundo circular verde, os seguintes elementos que constam da bandeira nacional, orlados em cor preta: uma estrela tendo sobre ela um livro, ao qual se sobrepõem uma arma e uma enxada cruzadas. Na parte superior do conjunto de elementos consta a inscrição «Polícia» e na parte inferior a inscrição «Moçambique», em cor preta.

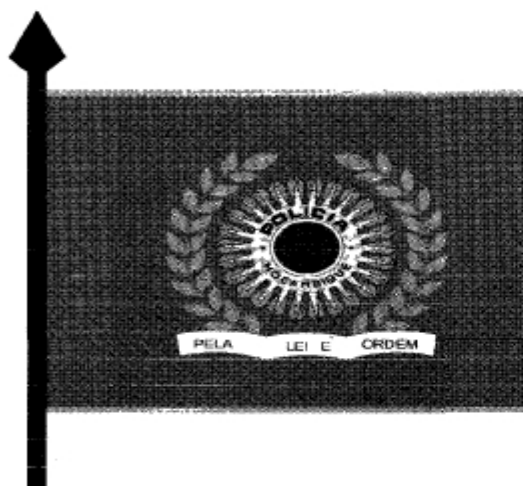
A circundar este conjunto está uma roda dentada, de cor prateada, assente sobre um raioado de cor castanha-alaranjada, de centro amarelo.

**ANEXO II – Estandarte a que se refere o artigo 39,
da presente Lei**



O Estandarte é o Brazão da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, contém no centro, em fundo verde, o emblema da PRM, circundados por duas folhas de louros douradas, assentes num listel de fundo amarelo, constituído por três semi-círculos virados para baixo com a inscrição «PELA LEI E ORDEM» em cor preta, de fonte Arial.

**ANEXO III - Flâmula a que se refere o artigo 39,
da presente Lei**



A Flâmula da PRM é o Galhardete da PRM, em anexo a presente Lei e que dela faz parte integrante, constituído pelo Estandarte, com as bordaduras onduladas de cor dourada.

**ANEXO IV– A que se refere o artigo 44 da presente
Lei**

1. Classe de Comissários da Polícia (Oficiais Gerais)

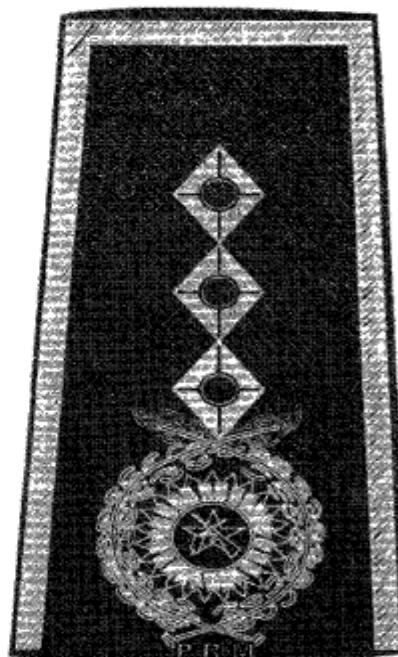
a) **Inspector-Geral da Polícia**



Inspector-Geral da Polícia

Uniforme de gala e em fundo do mesmo tecido do casaco dos uniformes de cerimónia, de serviço e de campanha, antecedido das iniciais PRM.

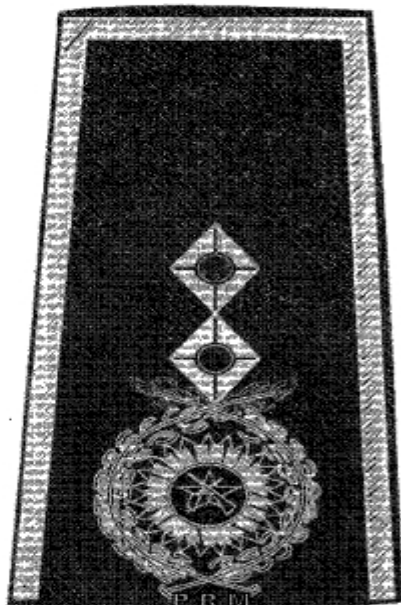
b) **Comissário da Polícia**



Comissário da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor dourada, o emblema da PRM, circundado por dois ramos de louro e três losangos com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

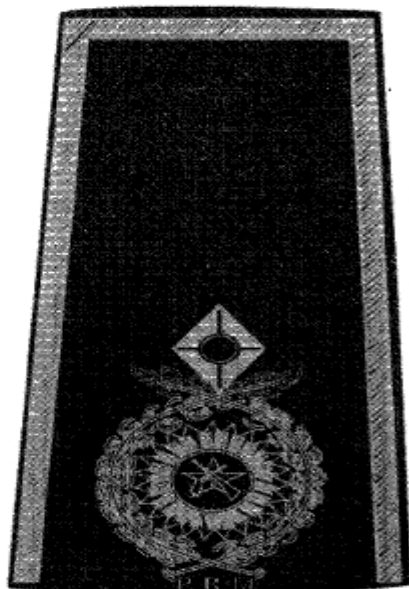
c) Primeiro Adjunto do Comissário da Polícia



Primeiro Adjunto do Comissário da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor doirada, o emblema da PRM e dois losangos com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

d) Adjunto do Comissário da Polícia



Adjunto do Comissário da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor doirada, o emblema da PRM e um losango com centro circular em preto assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

2. Classe de Superintendentes da Polícia (Oficiais Superiores)

a) Superintendente Principal da Polícia



Superintendente Principal da Polícia

O distintivo tem como elementos centrais, em cor prateada, o emblema da PRM e três losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior, antecedido de iniciais PRM.

b) Superintendente da Polícia



Superintendente da Polícia

O distintivo tem como elemento principal, em cor prateada, o emblema da PRM e dois losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Adjunto de Superintendente da Polícia

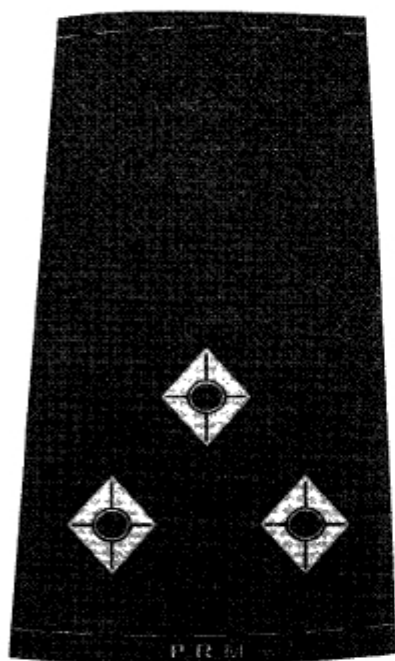


Adjunto de Superintendente da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, o emblema da PRM e um losango, com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

3. Classe dos Inspectores da Polícia (Oficiais Subalternos)

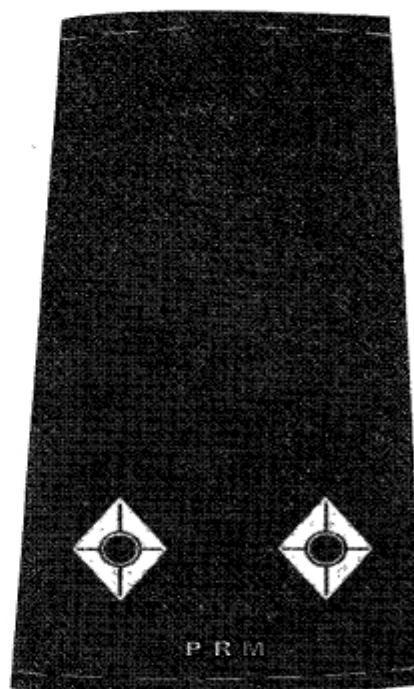
a) Inspector Principal da Polícia



Inspector Principal da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, três losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

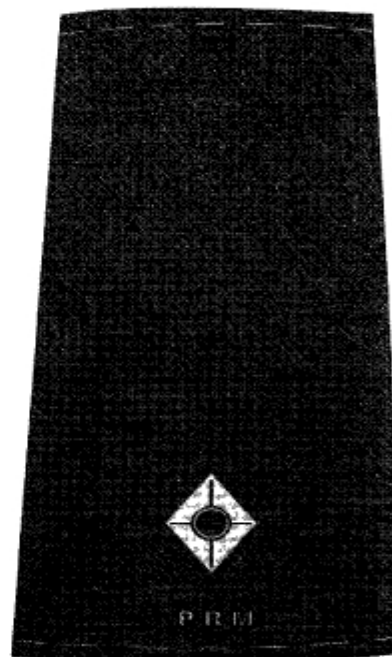
b) Inspector da Polícia



Inspector da Polícia

O distintivo, tem como elementos principais, em cor prateada, dois losangos com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

c) Subinspector da Polícia



Subinspector da Polícia

O distintivo, tem como elemento principal, em cor prateada, um losango com centro circular em preto, assentes nos mesmos fundos do distintivo anterior.

4. Classe de Sargentos da Polícia
a) Sargento Principal da Polícia



Sargento Principal da Polícia

O distintivo, contém como elementos principais, três divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior e um galão, em cor prateada, assentes em passadores do mesmo tecido do casaco do uniforme de cerimónia e do dólman do uniforme de serviço.

b) Sargento da Polícia



Sargento da Polícia

O distintivo contém como elementos principais, três divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior em cor prateada, assentes em passadores com os mesmos fundos do distintivo anterior.

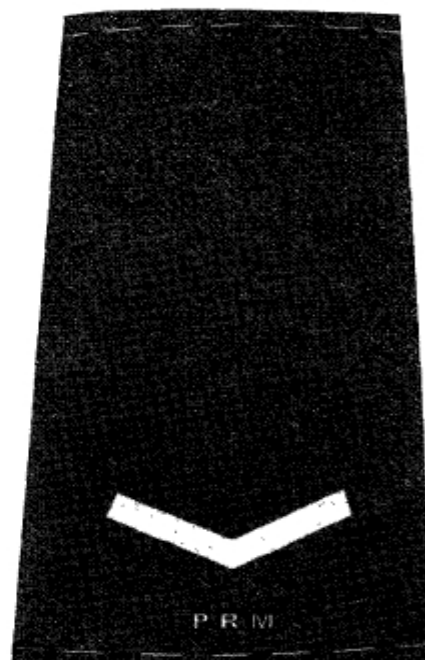
5. Classe dos Guardas da Polícia
a) 1.º Cabo da Polícia



Primeiro Cabo da Polícia

O distintivo tem como elementos principais, duas divisas em ângulo, com vértice para a parte inferior, em cor prateada, assentes em passadores do mesmo tecido do dólman do uniforme de serviço.

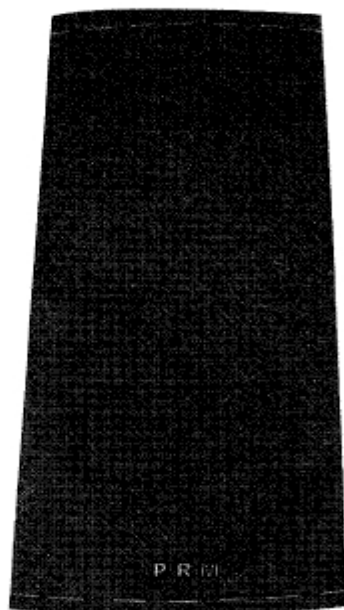
b) 2º Cabo da Polícia



Segundo Cabo da Polícia

O distintivo tem como elemento principal, uma divisa em ângulo, com vértice para a parte inferior, em cor prateada, assente em passadores do mesmo tecido do distintivo anterior

3. Guarda da Polícia



Guarda da Polícia

O distintivo tem apenas iniciais “PRM” assentes em passadores do mesmo tecido do distintivo anterior

Lei n.º 17/2013

de 12 de Agosto

Havendo necessidade de rever a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho, Regimento da Assembleia da República, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovado o Regimento da Assembleia da República, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2. É revogada a Lei n.º 17/2007, de 18 de Julho.

Art. 3. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 22 de Maio de 2013. — A Presidente da Assembleia da República,
Verónica Nataniel Macamo Dlhovo.

Publique-se.

Promulgada em 28 de Junho de 2013. O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Regimento da Assembleia da República

A Assembleia da República é o órgão representativo dos moçambicanos que, no seu funcionamento observa os princípios de democracia, transparência e de igualdade.

Desde a sua criação em 1975 funcionou com base em regras que experimentaram profundas transformações.

Em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz e à luz da Constituição de 1990, consolidou-se a democracia multipartidária e melhorou-se o mecanismo de relacionamento dos órgãos de soberania e demais instituições.

A Assembleia da República multipartidária aprovou Regimentos, em 1995, 2001 e 2007, visando adequar o seu funcionamento à realidade política, social e económica do País.

A Assembleia da República acompanha a dinâmica do País, a necessidade de adequar o seu funcionamento à Constituição, consagra as boas práticas, atenta à sua modernização.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Objecto)

O Regimento da Assembleia da República tem por objecto definir e regular as competências da Assembleia da República, bem como o seu relacionamento com as demais instituições do Estado e outras pessoas jurídicas.

ARTIGO 2

(Definição)

1. A Assembleia da República é o órgão representativo de todos os cidadãos moçambicanos.

2. O Deputado representa todo o país e não apenas o círculo pelo qual é eleito.

ARTIGO 3

(Âmbito)

O Regimento da Assembleia da República, abreviadamente, designado por RAR, estabelece as normas de organização e funcionamento da Assembleia da República, bem como o seu relacionamento com os demais órgãos e instituições do Estado e outras pessoas jurídicas.

ARTIGO 4

(Função)

1. A Assembleia da República é o mais alto órgão legislativo na República de Moçambique.

2. A Assembleia da República determina as normas que regem o funcionamento do Estado e a vida económica e social através de leis, resoluções, moções e deliberações de carácter genérico.

ARTIGO 5

(Sede da Assembleia da República)

1. A Assembleia da República tem a sua sede na capital da República de Moçambique.

2. As instalações da Assembleia da República são invioláveis.

ARTIGO 6

(Legislatura)

1. A legislatura tem a duração de cinco anos e inicia com a sessão da investidura dos deputados da Assembleia da República, nos termos do artigo 185 da Constituição e termina com a investidura de novos deputados eleitos.

2. A sessão para a investidura dos Deputados da Assembleia da República tem lugar até vinte dias após a validação e proclamação dos resultados eleitorais.

ARTIGO 7

(Convocação e presidência da sessão para a investidura dos Deputados)

1. A sessão, para investidura dos Deputados é convocada e presidida pelo Chefe do Estado, nos termos da Constituição.

2. Depois de aberta a sessão, o Presidente do Conselho Constitucional procede à leitura da acta que valida e proclama os resultados das eleições.